

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNO MARQUES SCHAEFER

AS LÓGICAS DE DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO: CENTRALIZAÇÃO
E NACIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS BRASILEIROS (2011-2015).

PORTO ALEGRE

2018

BRUNO MARQUES SCHAEFER

**As Lógicas de Distribuição do Fundo Partidário: Centralização e Nacionalização
dos Partidos brasileiros (2011-2015).**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no
Curso de Pós-Graduação em Ciência Política,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silvana Krause

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Schaefer, Bruno Marques

As Lógicas de Distribuição do Fundo Partidário:
Centralização e Nacionalização dos Partidos
Brasileiros (2011-2015) / Bruno Marques Schaefer. --
2018.

136 f.

Orientadora: Silvana Krause.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Partidos Políticos. 2. Financiamento
Partidário. 3. Fundo Partidário. 4. Organização. 5.
Elites Políticas. I. Krause, Silvana, orient. II.
Título.

EPÍGRAFE

“É como se o tempo desse voltas sobre si mesmo e tivéssemos voltado ao princípio”.
Ursula Buendía, em “Cem Anos de Solidão”, de Gabriel García Márquez.

*“É isto a mortalidade: mover-se ao longo de uma linha reta num universo em que tudo
o que se move o faz em um sentido cíclico”¹*

¹ ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. (p.27).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Maira e Romário, pelo apoio afetivo e financeiro. Sem vocês a realização deste trabalho teria sido muito difícil, para não dizer impossível.

Nesta caminhada pelos corredores e intestinos da Pós-Graduação foram muitos os cúmplices que criei e mantive, para a minha sorte e talvez a deles também. Agradeço a minha orientadora, Silvana Krause, por acreditar no trabalho, mesmo com as idas e vindas naturais de um jovem a procura de seu objeto acadêmico. Espero que os frutos do trabalho e da parceria possam ainda ser colhidos no futuro.

Agradeço a “família” que constitui especialmente durante a realização do curso de mestrado: Tiago e Vinícius. Vocês, com certeza, fizeram deste percurso algo muito mais tenro e interessante. As cumplicidades que mantivemos ao longo do tempo serão por mim lembradas com a expectativa de que se repitam, mais intensas, no futuro. Agradeço sobremaneira o respeito e o carinho que cimentou nossa amizade. Agradeço a David, pelas insistentes Bud’s tomadas no bar da Elô. Pessoa que também fez parte desta caminhada, sempre disposta a ouvir e falar.

Agradeço aos amigos que vem me presenteando com a presença, conversas e conselhos desde a realização da graduação: Lizoto, Otávio, Benny, Zirbes e Vitória. Sempre presentes e interessados, mesmo que o tema de que tanto falei neste tempo não lhes fosse do agrado. Lizoto, em especial, agradeço pela leitura atenta deste humilde trabalho. A paciência e dedicação com que encaras o trabalho acadêmico me é cara, bem como a parceria de amizade destes já longos anos. Otávio, pela parceira e empolgação, espero que nossa amizade continue forte no futuro, com os desafios que se apresentam. Benny, pela irreverência e pelos elogios, muitas vezes exagerados, a este que aqui escreve. Zirbes, pela atenção com que lidas com os fatos da vida. E Vitória, por ter sido uma amiga leal e confidente desde os tempos idos de nossas respectivas graduações. Alex e Melissa, como esquecer? Agradeço a vocês dois por estarem presentes nos momentos importantes destes últimos anos. A parceria de vocês me serve de modelo.

Agradeço a minha família, pelo suporte e encorajamento: as avós Iraci e Eri; as tias Janine, Marcia e Marta, e as primas Eloísa, Eduarda e Ana. Cássio, pela amizade constante que mesmo com a distância permanece forte.

Apesar do esforço de memória, talvez tenha esquecido alguns nomes que foram importantes nesta trajetória, mas gostaria de ressaltar que o esquecimento nestas páginas não é o esquecimento afetivo. Muitos e muitas foram as pessoas que passaram pela minha vida e que tive o prazer de trocar ideias, palavras, sufocos e alegrias. Mesmo que a distância, por vezes, nos aparte, sempre haverá lugar para as lembranças.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo operacionalizar dois conceitos caros a literatura sobre partidos políticos no Brasil e no mundo, quais sejam: centralização e nacionalização. Ambos são importantes não só para entender as organizações partidárias como unidades individuais, mas suas interações, em sistemas complexos. Ao invés de trabalhar com dados eleitorais enquanto indicadores de mensuração dos conceitos, operacionalizamos os mesmos a partir de informações referentes as prestações de contas dos partidos políticos brasileiros. Em especial, a distribuição que estes realizam dos recursos públicos oriundos do Fundo Partidário (FP), em sua dimensão federativa. A partir do tratamento quantitativo e qualitativo dos dados constatamos que os partidos no Brasil, de modo geral, tendem a manter os recursos do FP em sua esfera nacional, uma tendência centralizadora em termos financeiros. A distribuição dos recursos está associada a fatores como: ideologia, força eleitoral, número proporcional de mandatários e ex-mandatários nas Executivas Nacionais (“Parlamentarização”) e normas internas. Quanto a dimensão da nacionalização observamos que os partidos têm dois comportamentos estratégicos distintos: concentram recursos em estados específicos, quando estes são distribuídos; ou distribuem os recursos de maneira mais equânime entre os estados. A lógica se ancora no fortalecimento de bases eleitorais e organizacionais já existentes, mas, sobretudo, no beneficiamento dos estados em que há membros da Executiva Nacional e/ou lideranças regionais do partido com projeção nacional no interior da organização.

Palavras-chave: centralização; nacionalização; Fundo Partidário; Organização.

ABSTRACT

This work aims to operationalize two important concepts in the literature on political parties in Brazil and in the world, namely: centralization and nationalization. Both are important not only to understand party organizations as individual units, but their interactions, in complex systems. Instead of working with electoral data as indicator of the measurement of concepts, we operate them from information related to the rendering of accounts of Brazilian political parties. In particular, the distribution they make of the public resources coming from the Party Fund (PF), in its federative dimension. From the quantitative and qualitative treatment of the data, we find that the parties in Brazil, in general, tend to keep the resources of the PF in their national sphere, a centralizing tendency in financial terms. The distribution of resources is associated with factors such as: ideology, electoral strength, proportional number of leaders and ex-leaders in the National Executive Offices ("Parliamentarization") and internal norms. Regarding the dimension of nationalization, we observe that the parties have two distinct strategic behaviors: they concentrate resources in specific states, when these are distributed; or distribute resources more equitably across states. The logic are anchored in the strengthening of existing electoral and organizational bases, but above all in the beneficitation of states where there are members of the National Executive and / or regional leadership of the party with national projection within the organization.

Key-Words: Centralization; Nationalization; Party Public Fund; Organization.

LISTA DE TABELAS

Número	Nome	Página
1	Modelo Multivariado	57
2	Ideologia	62
3	Tipologia partidos, desde a distribuição do “bolo” do Fundo Partidário	67
4	Correlação de Pearson (R^2) - Centralização	78
5	Diferença de Médias - Centralização	80
6	Regressão Linear (Variáveis Contínuas)	82
7	Regressão Linear (Variáveis Dicotômicas)	83
8	Burocratização	84
9	Partidos e distribuição de recursos	86
10	Variáveis Contínuas - lógica de reforço	88
11	Variáveis Dicotômicas – lógica de reforço	89
12	Variáveis Dicotômicas – lógica de reforço (dados desagregados).	90
13	Variáveis Contínuas - lógica de investimento	91
14	Variáveis Dicotômicas – lógica de investimento	92
15	Variáveis Dicotômicas – lógica de investimento (dados desagregados).	93
16	Estados mais beneficiados por cada partido	97

LISTA DE GRÁFICOS

Número	Nome	Página
1	Evolução da distribuição total do Fundo Partidário	55
2	Distribuição percentual entre partidos (2011-2015) (%)	56
3	Distribuição de recursos (%)	60
4	Previsão Estatutária	64
5	Força Eleitoral (%)	69
6	Diretórios Estaduais que mais recebem recursos (%)	85
7	CRP (Financeiro)	96
8	Centralização x Nacionalização	97

LISTA DE QUADROS

Número	Nome	Página
1	Estrutura do trabalho	18
2	Padrões de Disputa	30
3	Competição e Inclusão	36
4	Estrutura Federativa	37
5	Classificação dos partidos conforme seu grau de desenvolvimento organizacional	37
6	Modelo de centralização proposto por Ribeiro (2013)	38
7	Centralização x Nacionalização	47
8	Tipologia	76

LISTA DE ABREVIATURAS

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

FP: Fundo Partidário

PT: Partido dos Trabalhadores

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

DEM: Democratas

PTdoB: Partido Trabalhista do Brasil

PPS: Partido Popular Socialista

PMDB: Partido do Movimento Democrática Brasileiro

PSC: Partido Social Cristão

PCO: Partido da Causa Operária

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PMB: Partido da Mulher Brasileira

PSDC: Partido da Social Democracia Cristã

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PR: Partido da República

UDN: União Democrática Nacional

PSD: Partido Social Democrático

SUMÁRIO

Introdução	p.14
Capítulo 1: Centralização e Nacionalização nos partidos políticos	p.20
1.1 O que dizemos quando dizemos centralização?	p.20
1.1.1 Centralização Burocrática	p.21
1.1.2 Centralização Geográfica	p.26
1.1.3 Centralização nos partidos brasileiros	p.30
1.2 Nacionalização partidária: definições	p.39
1.3 Centralização x Nacionalização	p.45
Capítulo 2: A Dinâmica da distribuição do Fundo Partidário	p.49
Capítulo 3: Modelo de Análise	p.58
3.1 Variável Dependente	p.60
3.2 Modelo 1: Variáveis independentes	p.61
3.2.1 Ideologia	p.61
3.2.2 Previsão Estatutária	p.63
3.2.3 Tempo de Existência do Partido	p.65
3.2.4 Ano Eleitoral	p.65
3.2.5 Tamanho do partido	p.67
3.2.6 Força Eleitoral	p.68
3.2.7 Centralização Burocrática	p.69
3.3 Modelo 2: Variáveis	p.71
Capítulo 4: Análise de Resultados	p.77
4.1 Modelo 1: quais partidos centralizam recursos e quais não?	p.77

4.2 Modelo 2: nacionalização ou a distribuição de recursos	p.84
4.3 Além dos Números	p.94
4.3.1 Nacionalizados: os maiores partidos e suas lutas internas	p.102
4.3.2 Regionalizados: partidos com “dono”	p.106
Considerações Finais	p.112
Referências Bibliográficas	p.116
Anexos	p.127

INTRODUÇÃO

Além disso, o senador declarou que pretende falar com o Procurador da República junto ao Superior Eleitoral para que se cogite uma investigação sobre a destinação que é dada aos, segundo ele, "R\$ 55 milhões, de dinheiro público, que o PDT recebe do fundo partidário a cada ano".²

Em 2015, no início do segundo governo Dilma Rousseff (PT), Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. O parlamentar, opositor do governo³, iniciou um processo de “chantagem” em relação a Dilma, paralisando os trabalhos da Casa em pontos importantes da agenda do Executivo e ameaçando a presidência com a possibilidade de *impeachment*. No final do mesmo ano, Cunha aceitou um dos processos de impedimento protocolados e deu início ao fim da gestão petista. Na esteira da crise, diversos partidos da base adotaram posição de “independência” e/ou tomaram o rumo da oposição, enquanto que outros mantiveram o apoio. O PDT, neste sentido, foi um dos partidos que tiveram, a partir de sua Executiva Nacional, posição de sustentação do governo de Dilma, inclusive bancando conflitos internos contra lideranças *pró-impeachment*.

Neste contexto, é que a frase do Senador Lasier Martins (PDT-RS), citada acima, foi proferida. O mesmo pediu a destituição do presidente nacional do partido, Carlos Lupi, e tocou em um ponto pouco debatido pela Ciência Política brasileira: a distribuição interna dos recursos do Fundo Partidário. Para o Senador, seria ímpar a investigação de para onde os recursos recebidos pelo partido, através de sua Executiva Nacional, estariam sendo destinados. Este trabalho se propõe, então, a responder esta pergunta mais geral: como os partidos brasileiros distribuem, internamente, os recursos públicos que recebem?

O Fundo Partidário constitui uma das principais fontes de recursos dos partidos brasileiros (KRAUSE, REBELLO & SILVA, 2015; BOLOGNESI, 2016), principalmente nos menores partidos. O impacto do aporte de recursos públicos nas organizações partidárias foi extensamente estudado em sua dimensão sistêmica (KATZ & MAIR, 1995; SCARROW, 2006). Ou seja, na dimensão externa, de competição

² <http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/senador-lasier-martins-diz-que-pedira-renuncia-de-presidente-do-pdt-164342.html>, acesso em 25 de abril de 2017.

³ Apesar de seu partido estar na base de sustentação.

eleitoral e interação entre partidos no interior do sistema partidário. Para alguns autores, os recursos públicos são uma reação dos atores políticos frente a contínua diminuição do papel representativo dos partidos e, conseqüente, descolamento dos vínculos dos eleitores para com as legendas. A conseqüência deste processo seria o “congelamento” da competição partidária, com a formação de cartéis partidários. Para outros autores, o aporte de recursos públicos, dependendo a maneira como isso é feito, pode, ao contrário, incentivar a entrada de novos partidos, com o incremento da competição (TAVITS, 2006; 2008). No entanto, ainda são escassos os trabalhos que tratam dos efeitos do Fundo Partidário sobre a competição interna dos partidos.

Para Laswell (1936), o estudo da política se resume a questões de distribuição: quem ganha o que, onde e por quê? Arretche & Rodden (2004), utilizam esta pergunta como ponto de partida para seu estudo sobre a distribuição de recursos fiscais do Governo Federal para os estados. Neste trabalho, seguimos lógica semelhante. Buscamos identificar quem ganha os recursos do Fundo Partidário e como se dá este processo no âmbito da política intrapartidária, a “política real”, nas palavras de Sartori (1982). As Executivas Nacionais dos partidos brasileiros⁴ recebem os recursos do Fundo Partidário mês a mês ao longo do ano⁵. Após definidos os valores gerais do Fundo, composto por dotações orçamentárias diretas e multas devidas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os partidos recebem os valores que lhes cabem: de maneira proporcional (95% distribuído de acordo com as votações para a Câmara dos Deputados na eleição imediatamente anterior), e de maneira equânime (5% que são distribuídos a todos os partidos). Após isto, é de prerrogativa das Executivas distribuírem ou não os recursos. Excetuando-se os 20% destinados legalmente a Fundação de pesquisas do partido, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), de 1995, dá total liberdade às organizações distribuírem os recursos da maneira que quiserem no que concerne a dimensão federativa.

⁴ A Executiva Nacional é o órgão mais importante nos partidos brasileiros, desta feita, por vezes, a chamaremos de elite nacional partidária, em contraposição as elites estaduais.

⁵ Em setembro de 2017 foi aprovada uma espécie de “mini” Reforma Política no Congresso Nacional, em que ficou estabelecido a criação de um Fundo Público de financiamento exclusivo para as eleições. Ou seja, além dos recursos do Fundo Partidário, distribuídos ano a ano, os partidos terão mais recursos disponíveis para a competição eleitoral. Os critérios de distribuição deste Fundo são os seguintes: 2% para todas as legendas registradas no TSE que se apresentam no pleito, 49% proporcionalmente à votação dos partidos para a Câmara dos Deputados, 34% de acordo com o número de Deputados Federais e 15% relativo ao número de senadores de cada legenda.

A lei exige, no entanto, que esta distribuição seja lançada no balancete anual de prestação de contas da organização partidária⁶. Utilizando como guia a questão de Laswell, podemos colocar que quem ganha, por força legal, é a esfera nacional do partido. No entanto, após análise preliminar dos dados, e leitura de outros trabalhos que tratam sobre o tema (CAMPOS, 2009), observamos que mesmo amparadas na lei, as Executivas Nacionais distribuem recursos para suas subunidades, de modo geral, e “privilegiam” alguns estados em detrimento de outros. A nossa questão, então, passa a outro momento: por que alguns partidos distribuem recursos e outros não? E por que alguns estados são mais beneficiados do que outros?

Nossas hipóteses são que:

- 1) Os partidos brasileiros, na figura de suas elites nacionais, sofrem pressões para distribuir recursos para suas subunidades. Quanto maior o partido, eleitoralmente, maior será a distribuição efetiva. Em outras palavras, quanto mais representantes, mais recursos, quanto mais recursos, maior o nível de distribuição. Esta questão parece trivial, no entanto, dado o ineditismo do tratamento dos dados, manteremos a mesma como está para o tratamento da fonte.
- 2) Ideologia, origem do partido, bem como sua própria configuração de disputas internas (regulamentadas nos Estatutos), são importantes na determinação do quanto o partido distribuirá de recursos.
- 3) A distribuição de recursos é um indicador que pode ser usado para operacionalização de conceitos como: centralização e descentralização, nos partidos políticos brasileiros, de modo particular.
- 4) Os partidos tendem a distribuir os recursos entre os estados de acordo com duas lógicas: de reforço (quando “premiar” os estados com melhor desempenho eleitoral), e de investimento (quando “premiar” os estados com menor grau de competição e maior abertura)⁷.

⁶ LOPP (1996): Art. 33. Os balanços devem conter, entre outros, os seguintes itens: I - discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do fundo partidário; II - origem e valor das contribuições e doações; III - despesas de caráter eleitoral, com a especificação e comprovação dos gastos com programas no rádio e televisão, comitês, propaganda, publicações, comícios, e demais atividades de campanha; IV - discriminação detalhada das receitas e despesas.

⁷ A explicação do que entendemos por competição e abertura será realizada quando da explicitação do modelo, no capítulo três.

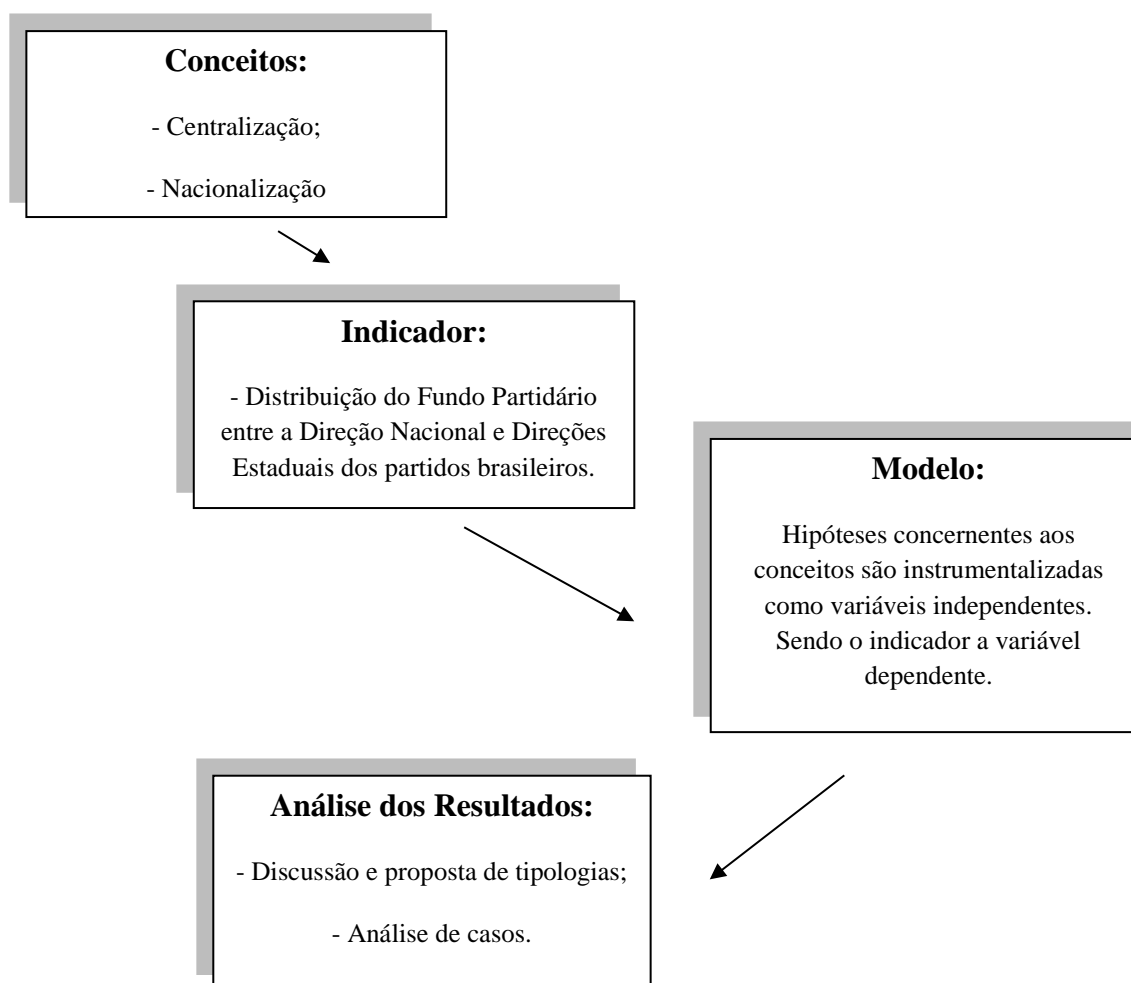
- 5) Partidos maiores tendem a distribuir recursos de forma mais “homogênea” entre os estados, estratégia de dispersão, enquanto que os menores distribuem recursos para poucos estados, estratégia de concentração. Dito de outra maneira, os maiores partidos tendem a ser mais nacionalizados, quando consideramos o critério de distribuição de recursos públicos para definição do conceito.

As hipóteses que levantamos serão testadas ao longo do trabalho, que está organizado segundo o quadro 1. Estas hipóteses têm natureza eminentemente empírica, afinal as testamos com modelos estatísticos descritivos e multivariados (Capítulos 3 e 4). Porém, acreditamos que existe, no uso desta fonte, uma contribuição teórica importante a ser incrementada à já vasta literatura sobre partidos brasileiros, qual seja: a operacionalização de conceitos muito utilizados e pouco definidos.

Tratamos dos conceitos de centralização e nacionalização, tornando-os operacionalizáveis desde a dimensão da distribuição de recursos realizada internamente na organização. Esta dimensão é extremamente importante para a sobrevivência das organizações partidárias (PANEBIANCO, 2005), e, usualmente, no caso brasileiro, é testada tão somente em contextos eleitorais (RIBEIRO, 2013). Os partidos, no entanto, têm vida entre pleitos e as disputas entre os diversos grupos que os compõe são importantes na definição de quem, efetivamente, tem o poder interno. O dinheiro, desta forma, constitui uma das zonas de incerteza, de que fala Panebianco (2005)⁸, sendo um indicador de teste dos conceitos propostos.

⁸ “(...) a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento” (PANEBIANCO, 2005, p.66).

Quadro 1: Estrutura do trabalho



Seguindo as informações do Quadro 1, o trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Primeiro retomamos os conceitos tratados, na perspectiva dos estudos partidários, de modo geral, e suas utilizações no caso brasileiro, em particular. Existe, como apontaremos, um imperativo normativo⁹ na literatura, principalmente sobre os partidos brasileiros, que trata das consequências esperadas, da centralização e nacionalização, e pouco se debruça sobre índices de medição dos conceitos, ou sua relativização para um caso diferente do modelo dos partidos europeus. Posteriormente, buscamos definir o indicador utilizado, suas vantagens e desvantagens. Tratamos, no Capítulo 3, de descrever o modelo de testes para comparação entre variáveis (RAGIN, 1987), no sentido de responder as perguntas: por

⁹ Uso normativo, da forma definida por Boucher (2015, p. 13): “Normativo aqui tem o significado filosófico de tender a estabelecer um valor, que é um padrão de exatidão, pela prescrição de regras que são mais de avaliação do que de prescrição. Uma teoria social normativa afirma como a sociedade deveria ser, e também como as coisas são agora”.

que alguns partidos distribuem mais recursos do que outros? E por que alguns estados são mais beneficiados do que outros nesta política interna? No Capítulo 4, destacamos a análise dos resultados e buscamos complementar os dados quantitativos com a descrição mais densa de alguns dos casos. Por fim, tecemos as considerações finais.

Optamos, o que não é usual na literatura sobre partidos brasileiros, em analisar todas as organizações ao mesmo tempo, independentemente dos respectivos tamanhos, ideologias ou origens. Esta opção tem vantagens e desvantagens: possibilita um olhar mais “geral” sobre os partidos, mas, bem por essa generalidade, pode acabar por limitar olhares mais específicos. Buscamos responder esta possível crítica com a apresentação de uma tipologia do comportamento organizacional-financeiro dos partidos e, posteriormente, a descrição de dois casos de cada um dos quatro tipos conceituados (oito partidos)¹⁰. A questão temporal do trabalho também deve ser justificada: definimos o mesmo enquanto uma análise exploratória, em que tentamos encontrar tendências e padrões. Neste sentido, trabalhamos com as prestações de contas dos partidos desde 2011 até 2015. Para que pudéssemos ver todos os partidos, este foi o período selecionado¹¹.

¹⁰ A tipologia será melhor descrita no capítulo três.

¹¹ O ano de 2016 foi excluído da análise, pois as prestações de contas, apesar de apresentadas em abril de 2017, necessitavam de aprovação do TSE.

CAPÍTULO 1: Centralização e Nacionalização dos Partidos Políticos

1.1 O que dizemos quando falamos centralização?

Um dos debates mais profícuos da literatura que trata de partidos políticos se dá no sentido de perceber em que medida estes se constituem enquanto estruturas centralizadas ou descentralizadas. A temática da centralização é importante para determinar não só como estão organizados os partidos em dado contexto e seu posterior desenvolvimento, enquanto unidades individuais, mas também para entender como se dão as relações entre partidos em um sistema complexo. Para Pedersen (2010), por exemplo, o grau de centralização das organizações partidárias impactaria na formação de coalizões de governo, sendo que quanto mais centralizados no Parlamento, mais dispostos a participar do governo estariam. Centralização, neste sentido, significaria o controle que o grupo dirigente, ou coalizão dominante (nas palavras de Panebianco, 2005), possui sobre a “periferia” do partido, no que concerne ao processo decisório. A coordenação entre o centro e as demais partes, sua integração, em suma, pode significar um sistema partidário mais estável, ou instável, dependendo do grau de compromisso entre as partes.

Para Hippolito (1985), em sua análise sobre o PSD no período de 1945-64, a fragmentação deste partido, que representava o centro do sistema, e a posterior radicalização de suas tendências internas, elevaram as tensões no Parlamento, sendo uma das causas do golpe militar. Para a autora, o partido, apesar de sua descentralização regional, possuía um centro que arbitrava disputas internas. Com o passar do tempo, o centro perdeu poder frente às tendências centrífugas de poder e a organização perdeu a unidade necessária para garantir sua estabilidade, radicalizando-se em tendências internas. Neste sentido, a fragmentação do partido elevou a fragmentação do sistema. Na medida em que os partidos possuem estruturas centralizadas, os custos de negociação e manutenção destas seriam menores, se comparados a partidos que possuem múltiplos centros de poder (SOARES, 2001).

A centralização, neste sentido, é vista como uma característica positiva, que traz “previsibilidade” ao sistema partidário e, conseqüentemente, aos partidos enquanto unidades individuais. Cox & McCubbins (1993), ao analisarem as votações na Câmara dos Representantes dos EUA, afirmam que, a medida do tempo, os partidos Republicano

e Democrata tornaram-se os grandes atores do processo, centralizando as votações na figura dos líderes¹². Estes garantiriam a disciplina partidária. No caso brasileiro, Figueiredo & Limongi (1995), encontraram achados semelhantes, determinando que são os partidos que estruturam o processo decisório legislativo, a partir de mecanismos centralizados, após a consolidação da estrutura do Colégio de Líderes¹³.

Esta literatura trata da centralização dos partidos no interior da arena legislativa e de governo, mas se volta pouco para os partidos políticos enquanto organizações (PERES & CARVALHO, 2012). Outra questão importante é: conceitua-se centralização em que sentido? Uma das respostas pode ser colocada da seguinte forma: centralização decisória organizativa significa a existência de um grupo de poder com ascendência sobre os demais grupos no interior da organização (WEBER, 2009; DUVERGER, 1992; PANEBIANCO, 2005). Outra possível resposta a indagação seria: os partidos, em sistemas partidários complexos, são estruturas centralizadas na medida em que se estabelece uma hierarquia entre o centro (nacional) e a periferia (unidades subnacionais). Tratamos de ambas as respostas ao longo deste primeiro capítulo e, posteriormente, daremos destaque a literatura específica sobre os partidos brasileiros, em distintos períodos da vida republicana.

1.1.1 Centralização burocrática.

A temática da centralização burocrática possui já vários trabalhos, retornando a clássicos como Weber [1920] (2009), que no início do século XX, ao perceber o processo de burocratização e profissionalização da política, coloca que os partidos estavam gerando especialistas em seu interior e que estes passaram a dominar as organizações partidárias. Os *bosses*, dos EUA, por exemplo, centralizavam as decisões partidárias em detrimento da periferia partidária, que seria os militantes e os eleitores, e até mesmo os representantes eleitos.

Michels [1911] (1982), com sua “lei de ferro”, pressupunha que as organizações partidárias, em particular, e mesmo organizações, em geral, tenderiam a “oligarquização”,

¹² Limongi (1994, p.49): “Estes mostram que a principal fonte de poder dos partidos no interior do Congresso advém de sua capacidade de controlar a agenda decisória, isto é, de determinar quando e o que será objeto de decisão”.

¹³ O partido que vota disciplinado no Parlamento pode não ser disciplinado organizacionalmente, observando a questão da centralização. Afinal de contas, a disciplina parlamentar pode ser gerada por mecanismos externos ao controle do partido. No entanto, o contrário não é verdadeiro. Um partido centralizado organizacionalmente tende a ser disciplinado no Parlamento (DUVERGER, 1992).

com a manutenção de grupos pequenos e coesos que, em detrimento da massa, tomariam as importantes decisões do partido. O caso do SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) alemão, estudado por Michels, seria interessante neste sentido¹⁴. Para o autor, a complexificação do processo político levaria a um processo de divisão de trabalho no interior das organizações partidárias e constituiria um incentivo a permanência dos chefes em seus respectivos postos:

Todo organismo burocrático repousa, pela sua natureza, sobre uma divisão de trabalho [...]. (...) só se pode assegurar certa continuidade para o desenvolvimento do partido mantendo invejosamente os mesmos chefes nas mesmas funções (MICHELS, 1982, p.65).

Neste sentido, a centralização decisória (Quem manda? Como manda?), está imbricada na ideia de centralização organizativa (a arquitetura da organização). A Direção do SPD, para Michels, dominava o partido em todos os seus aspectos, tornando mesmo os mandatos parlamentares imperativos. Os deputados tornar-se-iam “bestas de votar”, na imagem proposta por Weber (2009).

O posterior desenvolvimento dos estudos organizacionais dos partidos, com Duverger [1951] (1992), mantiveram este “olhar” sobre o que seria a centralização dos partidos. Centralização, neste sentido, significaria o controle decisório da organização por parte de instâncias superiores, em caráter autocrático ou democrático (PERES, 2009). Duverger (1992, p.32):

El número de miembros y la percepción de cotizaciones obligan a establecer una administración importante; encontramos, pues, dentro del partido funcionarios más o menos numerosos – “permanentes” - que tienden naturalmente a formar una clase y alcanzar cierta autoridad; se desarrollan gérmenes de burocracia.

Neste sentido, para Duverger a centralização burocrática do partido a partir de uma “casta” de funcionários especializados é decorrência de um processo sociológico e

¹⁴ Interpretação de Marengo & Noll (2012, p.65), acerca das assertivas de Michels (1982): “Para assegurar órgãos de imprensa, responsáveis pelo proselitismo político, para garantir o sustento de indivíduos voltados integralmente à *causa*, desenvolvia-se um *governo em miniatura*, com pequenos empreendimentos comerciais e arrecadação financeira próprios (*idem*, p. 164). Adquirindo vida própria, movida em torno a uma complexa rede de interesses materiais, de prestígio e poder, a organização partidária inverte o fluxo da representação, tornando-se um fim em si. Os sintomas da *oligarquização* que toma conta da dinâmica partidária se apresentam no incremento da divisão e especialização do trabalho (*idem*, p.65), maior verticalização e hierarquia (*idem*, p. 101) e, por fim, a estabilidade dos dirigentes em seus postos (*idem*, p. 61)”.

histórico mais largo. A gênese dos partidos de massa que, ao contrário dos partidos de quadros, baseavam seu financiamento quase que exclusivamente nas contribuições individuais de seus filiados, leva a um processo de centralização e imposição da disciplina desde as instâncias superiores do partido¹⁵. A gênese da organização partidária explicaria seu posterior desenvolvimento e maior grau de centralização. Na medida em que a organização cresce e se desenvolve, a casta que a domina garante mais poder e possui mais incentivos a permanecer no comando. O disciplinamento geraria a tendência de manutenção de um polo de poder centralizado.

Partidos gerados por “representações individuais”, notáveis com capital político anterior a existência do partido, tenderiam a ser mais descentralizados¹⁶. Ou seja, possuiriam múltiplos polos de poder. O mapa do poder partidário, para Duverger, deveria ser traçado a partir de um estudo profundo de suas origens, portanto, com especial olhar para as organizações que patrocinaram seu surgimento, se houvessem, e a estruturação da disputa interna pelos postos de poder. Na medida em que a relação de influência da direção partidária se desse dos parlamentares eleitos para com o partido este seria descentralizado (partido de quadros) se a relação fosse inversa: do partido para com os parlamentares, a centralização seria característica dos partidos de massa (PERES, 2009, p.33). Outros elementos poderiam influenciar as relações de poder internas. No trecho em que trata do Partido Trabalhista Inglês, Duverger (1992, p.38), afirma que as estruturas internas partidárias deste seriam indiretas em seu surgimento. Ou seja, o partido não existia como unidade organizacional autônoma, mas era constituído por diversos sindicatos e outras organizações que, por sua vez, utilizavam o partido para exclusiva formação das listas eleitorais. Este processo, no entanto, aos poucos vai se alterando e os trabalhistas acabam por constituir um partido mais forte enquanto organização¹⁷, centralizando suas decisões em um polo de poder: os especialistas do partido¹⁸.

A centralização, para estes autores, significava a relação de hierarquia entre a face organizativa do partido (a direção), sobre as faces “públicas”, os representantes eleitos,

¹⁵ Os grupos de interesse e/ou empresariais não tinham especial apreço a contribuição para partidos socialistas de massa.

¹⁶ Marengo dos Santos & Serna (2007).

¹⁷ Segundo Peres (2009, p.31), Duverger considera que os partidos podem ser descentralizados em quatro níveis: local, ideológico, social e federativo. Ou seja, seriam múltiplas as pressões para que as organizações não fossem centralizadas.

¹⁸ A gênese, apesar de importante, não é determinante. Afinal de contas, os partidos podem sofrer adaptações e mudanças ao longo de suas trajetórias.

militantes de base e eleitores. Panebianco (2005), ao avançar na mesma abordagem de pesquisa, propõe que a centralização passa pelo controle, por parte da coalizão dominante, sobre as zonas de incerteza. Estas são definidas como: “(...) a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento” (PANEBIANCO, 2005, p.66). Este controle significa, para o autor, em última instância, uma das condições necessárias para a estabilidade organizativa do partido e sua posterior institucionalização. Neste sentido, a concentração de poder num polo, ou num grupo, do interior do partido, afeta sua sobrevivência. Para o autor, o partido, sendo uma organização, precisa de uma gerência sólida para que possa enfrentar os desafios ambientais e, de certa forma, tornar-se tão autônomo quanto possível em relação a eles. Sua visão, neste sentido, coaduna com a definição de Hodgson (2006, p.18) acerca do próprio conceito de organização, enquanto:

(...) instituições especiais que envolvem (a) critérios para estabelecer suas fronteiras e distinguir seus membros dos não-membros, (b) princípios de soberania concernentes a liderança, e (c) cadeias de comando delineando responsabilidades no interior da organização¹⁹.

Esta divisão interna do trabalho, já apontada por Duverger (1992), e o estabelecimento de fronteiras entre o que é a organização e o que não é, neste sentido, seriam vitais para a sobrevivência dos partidos, enquanto organizações, bem como o domínio, interno, de um grupo ou outro.

Ao contrário dos demais autores anteriormente citados, Panebianco não identifica uma relação única – mecânica – de poder. Este poderia ser difuso, sendo partilhado por grupos distintos no interior da organização. No entanto, na medida em que um grupo interno passa a controlar uma dessas zonas a probabilidade de estender seu poder sobre os demais é bastante grande (2005, p.70)²⁰. A inovação de Panebianco é seguida por outros autores. Katz & Mair (1993; 1995), por exemplo, ao proporem sua teoria acerca da aproximação dos partidos com o Estado, a “cartelização” dos partidos e sistemas partidários, inserem uma inovação metodológica importante, qual seja: o estudo dos partidos a partir de suas faces. A ideia de “faces” partidárias aponta a existência da face

¹⁹ “*Organizations* are special institutions that involve (a) criteria to establish their boundaries and to distinguish their members from nonmembers, (b) principles of sovereignty concerning who is in charge, and (c) chains of command delineating responsibilities within the organization” (Tradução livre).

²⁰ Panebianco (2005, p.71): “(...) o que os líderes procuram obter não é somente a participação, mas um consenso que lhes deixe uma margem de manobra o mais ampla possível”.

externa (ou pública): partido no Parlamento/Governo e partido na relação com a sociedade; e a face interna: partido e suas instâncias decisórias (organizacionais). Ao utilizar este modelo para descrever a análise de Weber, Michels e Duverger, fica mais claro que os autores propõem que um partido centralizado, visto como hierárquico, possuiria a prevalência da face interna sobre a face externa. Panebianco, neste sentido, não é tão categórico ao trazer o conceito de coalizão dominante, mas aponta que uma das condições para a institucionalização dos partidos é seu distanciamento em relação ao externo. Para o autor, a coalizão dominante será um grupo que controla grande parte, ou a totalidade, das zonas de incerteza, mas que pode estar no Parlamento ou no interior do partido.

Katz & Mair (1995), por sua vez, colocam que a “crise” dos partidos²¹ levou estas organizações a procurarem de forma mais intensa o Estado, misturando as duas faces ou invertendo as relações de poder. Trata-se, pois, de um processo sociológico mais largo, representado pela perda de contato das organizações para com a sociedade e aproximação da burocracia estatal. O domínio da face externa sobre a interna já era observado nos partidos de quadros (DUVERGER, 1992), ou nos partidos de representação individual (NEUMANN, 1966). No entanto, como apontam Katz & Mair (1993; 1995), este processo tornou-se generalizado à medida do tempo. Não faria mais sentido, desta forma, falar sobre polos distintos, autônomos, mas falar na relação entre as faces e as contingências estruturais que as afetam. Para Blyth & Katz (2005, p.38), este processo pode ser conceituado enquanto a revolta dos mandatários eleitos para com a burocracia do partido.

A mistura das faces foi conceituada por Van Biezen (2000), enquanto “parlamentarização” das direções dos partidos. Ou seja, o controle cada vez maior dos representantes eleitos sobre as direções partidárias, até a completa indiferenciação entre as faces. A “parlamentarização”, no entanto, é observada pela autora enquanto uma estratégia deliberada dos partidos no sentido de manter seus representantes. O excessivo controle da burocracia sobre a arena legislativa e governamental, afinal de contas, poderia levar à cisões internas²², em contextos de fraca institucionalização dos partidos, ou

²¹ Queda da militância, de filiados, e o deslocamento da função partidária de representação, para suas funções instrumental – governativa.

²² Van Biezen (2000, p.411): “Since intra-party conflicts engender a potentially destabilizing effect in a context of weakly developed party loyalties and lack of party institutionalization, parties in newly democratizing polities may consider it particularly urgent to build mechanisms that can maintain the unity of the party and thus discipline the party in public office”.

mudanças sociais. Para Van Biezen, a balança interna de poder dos partidos é compartilhada por ambas as faces no sentido de manutenção da unidade partidária. Unidade, no entanto, não é a mesma coisa que centralização. Se entendermos esta última a partir de sua dimensão decisória, não há realmente uma relação direta entre os recursos disponibilizados pela coalizão dominante no sentido de manter a unidade e como a balança de poder se movimenta no interior do partido.

No entanto, voltando a Duverger (1992), pode ser que a gênese dos partidos explique sua morfologia (PERES, 2009). A centralização partidária é diretamente proporcional a unidade, em caso de riscos de perda desta diminui-se o controle, em caso de riscos de perda de poder, abre-se mão da unidade. Os dois casos estão relacionados com objetivos distintos: os partidos podem abrir mão de frações internas (unidade) para manter o poder da coalizão dominante estável, no sentido de conquistar votos, cargos ou políticas (WOLINETZ, 2002), ou podem ceder poder no sentido de manter os representantes ainda vinculados (tornando-se mais descentralizados). Os desafios internos da manutenção do poder podem se materializar em sanções ou liberação de incentivos²³ (PANEBIANCO, 2005).

1.1.2 Centralização geográfica.

Outro aspecto, também, pouco trabalhado de forma relacional²⁴ pela literatura acima citada foi a dinâmica de centralização interna dos partidos, considerando os aspectos territoriais. Neumann (1966) já havia pontuado a temática de forma tangencial. Para este autor:

La situación concreta que se presenta en cada nación dependerá del complejo equilibrio que logre establecer entre la jefatura de los partidos y su organización, entre su representación parlamentaria y las conferencias nacionales del partido, entre su núcleo ejecutivo y la periferia de sus miembros (NEUMANN, 1966, p.615).

Ou seja, além dos aspectos das tipologias partidárias, precisaria se levar em conta a situação de cada país e a estruturação respectiva do sistema partidário. A centralização

²³ O mesmo autor coloca que os incentivos podem ser coletivos (de identidade) e/ou seletivos (materiais e/ou de status).

²⁴ O termo está posto no sentido de que a literatura anteriormente considera, majoritariamente, os partidos a partir de suas direções e representantes nacionais, relacionando pouco esta dinâmica com os conflitos entre as distintas subunidades dos partidos.

analisada por Duverger (1992), e por autores antes dele, dava conta de um aspecto importante, qual seja: a relação entre as faces partidárias. Na medida em que a face interna se sobrepôs-se a face externa, o partido seria centralizado²⁵. No entanto, como aponta Neumann, os contextos nacionais também devem ser considerados enquanto variáveis na análise. Afinal de contas, em sistemas federalistas, por exemplo, outras dimensões devem ser incluídas na análise para se abordar os partidos enquanto organizações. A relação entre o partido em nível nacional, no nível estadual e municipal. A complexidade das relações é maior, os representantes eleitos do partido podem influenciar as decisões em nível nacional, mas não possuiriam ingerência sobre as suas unidades subnacionais. Neste sentido, a centralização muda de figura.

No debate contemporâneo sobre partidos, a partir da consideração dos aspectos regionais, existem diversas proposições acerca do caráter centralizado (nacional) e/ou descentralizado (subnacional) das organizações partidárias. Para Carthy (2004), por exemplo, os partidos funcionariam enquanto sistemas de franquias (“*franchise systems*”). A direção nacional decretaria determinadas diretrizes, mas não possuiria ingerência sobre o partido em nível local, em zonas de incerteza importantes, tais como: o recrutamento de candidatos e o financiamento de campanhas e da própria infraestrutura partidária. Segundo o autor, os modernos partidos seriam regidos pelo princípio de autonomia mútua, ou seja, o partido em nível local (conhecedor do mercado político específico) tomaria suas decisões sem interferência do partido em nível nacional, e vice-versa. Os distintos contextos no interior do país, desta forma, forçariam as unidades subnacionais dos partidos a agirem de formas distintas, de acordo com as realidades locais e com o objetivo de alcançarem maiores votações. Para Carthy (2004, p.13), mesmo que esta estratégia pudesse ter consequências para a política nacional, seria racional do ponto de vista da maximização dos votos em nível local. O autor, no entanto, não pondera de forma mais detida o efeito que estratégias distintas em nível local poderiam ter sobre a formação de coalizões em nível nacional. Afinal de contas, na medida em que as diversas partes do partido (subunidades) formam a bancada nacional e cada uma delas é independente torna-se mais difícil a coordenação política. Neste sentido, com múltiplos atores e interesses

²⁵ Para Michels (1982), o controle das faces era exposto pela existência do mandato imperativo. Ou seja, o parlamentar eleito por um partido centralizado, tal qual o SPD alemão, não poderia votar no Parlamento de acordo com a consciência, mas a partir das diretrizes partidárias. “(...) excluindo a liberdade de decisão, ela faz com que o delegado, reduzido ao papel de fantoche, não possa mais sofrer durante o congresso influência de novos argumentos nem de novas circunstâncias que emergem dos debates” (MICHELS, 1982, p.66).

dentro de uma organização específica os custos de decisão tornar-se-iam maiores (BORGES, 2015).

Para Deschouwer (2006), os partidos seriam organizações atuando em vários níveis, e com distintas pressões. Características como o grau de autonomia dos estados da federação, a correspondência, ou não, dos ciclos eleitorais, e a heterogeneidade social, poderiam ser determinantes para que a coordenação centralizada na direção nacional fosse prejudicada. Mesmo em partidos centralizados nacionalmente, como o SPD alemão pós-Segunda Guerra, as pressões poderiam ser amplas por autonomia regional e no cálculo entre o risco de perda de unidade (com o abandono de facções locais) ou do poder de decisão, a coalizão dominante abriria mão do segundo. Ou seja, a coalizão dominante perde poder de ingerência sobre as unidades subnacionais, mas garante que aquelas elites locais continuem no partido.

Como colocamos anteriormente, a unidade e a centralização decisória estão imbricadas, num jogo dinâmico e complexo de disputas por recursos escassos (OSTROM, 2007; SOUZA, 1976)²⁶. Este também é o argumento de Fabre (2010), que analisa as relações entre nível nacional e subnacional de três partidos britânicos (Conservadores, Trabalhistas e Liberal-Democratas) e dois partidos espanhóis (PSOE²⁷ e Partido Popular). Para o autor, existem pressões específicas que determinam o grau de centralização e descentralização das organizações partidárias. Na Espanha, por exemplo, a autonomia de certas seções do PSOE é quase absoluta (caso do partido na Catalunha, que inclusive possui outro nome: PSC), tanto em termos de financiamento quanto no recrutamento de candidatos e definição de seus líderes regionais. Além disso, o PSC indica sempre um membro para a Direção Nacional, demonstrando que, além de sua autonomia, possui ingerência sobre as decisões em nível nacional. Os demais partidos, no entanto, além de não legarem tanta autonomia, não estão tão integrados nos termos de Fabre (2010), quais sejam: usualmente as unidades subnacionais não indicam membros para a Direção Nacional.

²⁶ Este nível de disputa é abordado pela teoria econômica em Hirschman (1973), sobre os mecanismos de saída, voz e lealdade. Em determinadas condições, diz o economista, as pessoas podem escolher usar a voz ou sair de uma organização, dependendo o grau de lealdade. Se, por exemplo, dado grupo local de um partido não concorda com decisões da direção nacional, mas é leal a organização, deve permanecer e usar a voz, com vias a modificar a situação. Se a lealdade é mais baixa, ou a voz não tem efeito, o resultado pode ser a saída.

²⁷ Partido Socialista Obrero Espanhol.

Bolleyer (2012), por sua vez, operacionaliza²⁸ o conceito de estratarquia (“*stratarchy*”), para classificar organizacionalmente novos partidos, em democracias consolidadas²⁹. Em um *continuum* de centralização extrema todas as decisões são tomadas em nível nacional, e de descentralização extrema a direção nacional não possuiria nenhum poder sobre as unidades subnacionais, um partido “estratárquico” se situaria em um meio termo. Certo grau de autonomia das unidades subnacionais, mas, ainda assim, alguma forma de controle por parte da organização em nível nacional. O caso dos partidos norte-americanos, Democratas e Republicanos, seria um exemplo bastante claro da ideia de “estratarquia”. Naquele país, as direções nacionais (*Democratic National Committee* e *Republican National Committee*), possuem ingerência quase nula sobre as respectivas direções estaduais, no que concerne o recrutamento de candidatos e estratégias eleitorais. No entanto, como afirmam Heberlig & Larson (2009), os Comitês Financeiros Nacionais dos Partidos (*Leadership Political Action Committees – LPAC’s*) possuem ainda certo grau de controle sobre a distribuição de recursos para as campanhas subnacionais e costumam recompensar aliados, interferindo nas dinâmicas regionais de disputa.

Neste sentido, o que estes trabalhos propõem é uma análise que considere as características institucionais e sociais dos distintos países e seus efeitos sobre a centralização decisória dos partidos. Considerando que esta está relacionada a própria ideia de unidade. Desta forma, entendemos que a dinâmica partidária interna, no que concerne a centralização, age em dois níveis: horizontal (centralização/descentralização burocrática) e vertical (centralização/descentralização geográfica). A primeira considera as faces do partido e a segunda as instâncias decisórias em sistemas com divisões verticais (federações). Desta forma, pode ser que o padrão de disputas horizontais se reproduza em todas as instâncias federativas. Tal como exposto no Quadro 2:

²⁸ O conceito foi desenvolvido por Eldersveld (1964), para tratar dos partidos políticos norte-americanos.

²⁹ São nove partidos analisados em dez países europeus, considerados pela autora enquanto países de democracias consolidadas.

Quadro 2: Padrões de Disputa

Padrão Vertical de Disputas Instância Nacional x Subnacional	Padrão Horizontal de Disputas Face Interna x Face Externa
--	---

Fonte: Peres (2009); Duverger (1992); Katz & Mair (1995).

O padrão horizontal de disputas deve ser relativizado. Afinal de contas, a mistura entre faces torna mais difícil considerar quais partidos são mais burocráticos e quais não. A centralização entendida enquanto o controle do partido pela face interna (a burocracia) possui uma data de validade. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, e a partir de uma série de transformações sociais na Europa, com a consolidação do Estado de Bem-Estar Social e inclusão de novas clivagens na arena política (pautas de gênero, ambientais e, genericamente, pós-materialistas), houveram mudanças adaptativas nos partidos. A emergência do tipo *catch-all*, identificado por Kirchheimer (1966), e, posteriormente, os partidos cartéis (KATZ & MAIR, 1995), marca a extinção do modelo clássico de partidos de massa, enquanto integrador político de parcelas da sociedade e estrutura ossificada em seus dirigentes de carreira. A queda da participação dos militantes e o aumento da dependência do Estado, levou os partidos, principalmente europeus, a buscarem novas estratégias de sobrevivência, em contextos complexos de disputa. Neste sentido, fazem-se necessárias inovações ou revalidações de teorias que tratem da centralização organizativa e decisória dos partidos, mesmo no sentido da percepção do quanto estas duas estão interligadas. Agora passamos a especificação do caso brasileiro.

1.1.3 Centralização nos Partidos Brasileiros

A literatura que trata de partidos no Brasil, ao longo de sua história, ressaltou os aspectos descentralizados e, por consequência, regionalizados destas organizações³⁰. Na Primeira República, segundo Campello de Souza (1976), os partidos eram efetivamente regionais. Em torno da disputa a presidência das províncias, se estruturava a disputa nacional. Ou seja, a lógica regional de competição se sobrepunha, e imperava a inexistência de articulação partidária em nível nacional. Os acordos entre estados é que possibilitavam a eleição do presidente da República. Para Soares (1973, p.12):

³⁰ Neste sentido, é necessária uma ressalva. Nacionalização e centralização são conceitos diferentes. Um partido pode ser nacionalizado no sentido de que está capilarizado no território nacional e, organizacionalmente, ser descentralizado. O oposto também é verdadeiro.

A estrutura partidária era claramente estadual e, o que é mais importante, as decisões fundamentais sobre o comportamento político de um estado eram resultado de forças políticas de cúpula no nível estadual.

As oligarquias estaduais, neste sentido, controlavam o processo eleitoral dentro de suas fronteiras, com raras disputas internas. Vinculados aos governos estaduais os Partidos Republicanos (PR's)³¹ eram a expressão partidária deste contexto. Com a Revolução de 30 e o processo de “recentralização” do poder político com Vargas, a ela decorrente, os chefes estaduais e suas máquinas partidárias sobrevivem com menos poder e controle. Ainda, segundo Soares (1973, p.38): “(...) o fortalecimento do Estado Nacional, e a diminuição do poder político e econômico dos estados facilitou a organização da política ao redor dos interesses de classes nacionais, estreitando os horizontes da política oligárquica”. Neste sentido, há, na visão do autor, uma mudança já neste período, uma alteração de clivagens na política brasileira. O Estado Novo decreta o fim dos partidos, centrando a política em outras esferas de poder, como dentro da burocracia do Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público)³².

O fim da ditadura varguista (1937-1945), com o surgimento da Segunda República (1945-1964), representou o surgimento dos primeiros partidos nacionais da história brasileira. Apesar de o sistema partidário estar vinculado as disputas estaduais (distritos que definiam vários cargos), o período, como apontaram diversos autores, direcionava-se para a estruturação da competição partidária em nível nacional (SOARES, 1973; SOUZA, 1976; LAVAREDA, 1991). A exigência legal de que as organizações partidárias tivessem caráter nacional, e fossem registradas em mais de cinco estados (LIMA JR, 1981), alterou a configuração de forças presente na Primeira República, também com a ampliação do sufrágio e consequente pressão sobre a organização dos partidos.

Trabalhos monográficos sobre os principais partidos do período demonstraram grande grau de complexidade destas organizações, bem como diferenciação organizativa interpartidária. Enquanto o PTB se constituiu como um partido extremamente

³¹ Pesquisas recentes tem mostrado que a competição política na Primeira República era organizada de maneira mais complexa do que o colocado pela anterior literatura temática, neste sentido os partidos do período têm ganhado maior relevância. Ricci & Zullini (2014, p. 467): “Os dados aqui levantados apontam para a existência de certo grau de dissenso interoligárquico, que girava em torno das eleições e se canalizava, sobretudo, através da mediação dos partidos políticos”.

³² Para ver mais sobre este processo, ler Codato (2015).

centralizado na Direção Nacional, PSD e UDN eram muito mais próximos de estruturas federalizadas ou “estratárquicas”. Sobre o primeiro, escreveu D’Araujo (1996, p.87):

O Diretório Nacional (DN) reconhecia os diretórios regionais, mas podia também destituí-los. A par disso, cabia à Comissão Executiva Nacional (CEN), escolhida pelo DN, autorizar os acordos e alianças partidárias regionais, bem como indicar parte dos candidatos a cargos legislativos.

O caso do PTB, também, é interessante por outras razões, no que concerne o conceito de centralização. O partido foi oriundo da estrutura sindical do Estado Novo, extremamente centralizada e vertical (SOARES, 1973). A composição de sua direção, neste sentido, foi primeiramente de atores políticos sem mandatos eletivos. A transformação do PTB, ao longo do período, marca também a mistura de suas faces. De um primeiro período constituído por sindicalistas e outros profissionais, passa a ser dominado, aos poucos, por políticos. Os burocratas, neste sentido, perdem a batalha ao longo do tempo, mas a estrutura se mantém centralizada.

Na UDN, por sua vez, segundo Benevides (1981, p.167):

(...) havia permanentemente, uma total autonomia dos diretórios regionais para fazer coalizões, selecionar candidatos, angariar e utilizar recursos financeiros, organizar e desenvolver campanhas eleitorais.

Ou seja, o Diretório Nacional, apesar de importante na definição do posicionamento político do partido nas campanhas presidenciais, ficava alheio as disputas regionais, sendo que mesmo em casos de “insubordinação”, evitava interferências. Nos termos de Panebianco (2005), a coalizão dominante – em nível nacional – não possuía autonomia relativa em relação a suas unidades subnacionais. Em termos geográficos, não ocorria um processo de integração, como afirma Deschouwer (2006).

No caso do PSD, Hippolito (1985, p.123), afirma que o Diretório Nacional possuía a função do: “(...) exercício cotidiano do equilíbrio”. Dado que a gênese do partido foi os estados, especificamente os antigos interventores do Estado Novo e suas redes políticas, a esfera nacional do partido deveria mediar conflitos regionais. Os principais partidos, como exposto, possuíam estruturas nacionais que variavam no grau de centralização em termos geográficos³³, desde o PTB, centralizado, até a UDN, descentralizada.

UDN e PSD, ao contrário do PTB, garantiam alto grau de autonomia a suas unidades subnacionais em aspectos importantes, tais como: a possibilidade de

³³ Existiam, ainda, efetivamente, partidos eminentemente regionais, como o PSP, de Adhemar de Barros (SP), e o PL, de Paulo Brossard (RS).

financiamento independente dos desígnios do Diretório Nacional, seleção de candidatos, bem como autonomia no que concerne a formação de coligações eleitorais e, posteriormente, coalizões de governo. Os únicos momentos de tensão, nos dois partidos, davam-se quando algum Diretório Estadual se recusava a apoiar o candidato nacional do partido. Em 1954, o PSD rachou com o lançamento da candidatura de Cristiano Machado, contra Getúlio Vargas (PTB) (HIPOLITO, 1985). Vários diretórios acabaram apoiando o candidato trabalhista em detrimento de seu próprio. Para a autora, o comando nacional do PSD era fortemente ligado às dinâmicas regionais, sendo que os seus membros deveriam ser legitimados eleitoralmente em seus respectivos estados. A vitória eleitoral constituiria a união necessária para que o político exercesse funções na estrutura partidária. Desta forma, a vinculação entre a face externa e interna do partido era total. No PSD, ao contrário do PTB, os membros da Direção Nacional eram políticos experientes, ligados as lutas internas de cada estado.

O sistema partidário foi extinto oficialmente em 1965 (AI-2). As discussões acerca do formato partidário a ser adotado na Ditadura Militar (1964-1985) foram objeto de vários debates no Congresso Nacional. Havia vários atores que defendiam o retorno ao sistema partidário da Primeira República (GRINBERG, 2009)³⁴, ou seja, o desaparecimento da exigência de partidos de caráter nacional. No entanto, a regulamentação impôs um sistema bipartidário – ARENA e MDB – que se estruturou a partir da sustentação e oposição consentida ao regime. O caráter “forçado” do novo sistema levou a criação da figura jurídica da sublegenda, no sentido de acomodar distintas oligarquias regionais nos mesmos partidos. A centralização, neste sentido, deu-se de maneira bastante frágil, com disputas horizontais e verticais.

O MDB, na medida em que aumentou sua capilaridade no território nacional e, conseqüentemente seu desempenho eleitoral, passou a sofrer com conflitos internos em torno das definições acerca das composições dos Diretórios Regionais e Nacional (KINZO, 1988). No entanto, o discurso unificador de oposição ao regime militar acabou por minorar estas disputas. A luta pela democracia, desta forma, anulou os efeitos centrífugos da lógica regional de disputas.

³⁴ GRINBERG (2009, p.63): “Também na UDN, o senador Daniel Krieger, um dos políticos de confiança do presidente Castelo Branco, defendia ‘a criação de partidos políticos estaduais, que refletissem, com autenticidade, as lutas políticas regionais – fundindo-se no plano nacional em federações de partidos’”.

Na Arena, o Diretório Nacional foi composto por políticos experientes, com larga carreira em seus respectivos estados (GRINBERG, 2009, p.76). Neste sentido, o padrão horizontal de disputas foi, desde a gênese, caracterizado pela supremacia da face externa em relação a face interna. Na questão geográfica, há também um detalhe interessante. No período do regime civil-militar, os governadores eram escolhidos pelo presidente, ou seja, não eram oriundos do sufrágio. Esta característica enfraquecia os políticos em detrimento de nomes supostamente “técnicos”, nomeados de cima para baixo. Em vários momentos da Ditadura, os políticos da Arena, a partir do Congresso Nacional (instância ainda composta por membros eleitos pelo voto popular), pediram a volta do voto para os governos estaduais, com vias a retomar o controle de canais de distribuição de recursos e cargos, importantes para a manutenção das bases.

A forte importância dos estados para a política brasileira em nível nacional, ao longo da história, foi um fator importante para o diagnóstico da literatura, principalmente depois do retorno ao multipartidarismo (1979), de que os partidos políticos brasileiros seriam estruturas inorgânicas, descentralizadas, ou mesmo arremedos de elites regionais, parcamente controladas pela coalizão dominante nacional ³⁵ (AMES, 2001; MAINWARING, 1999; LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986). Apesar da influência inegável dos estados para a dinâmica política nacional (ABRUCIO, 1994), os partidos brasileiros alcançaram, ao longo do tempo, grau mais elevado de centralização desde a coalizão dominante nacional. Para Limongi & Figueiredo (1995; 2001), os partidos brasileiros, na Câmara dos Deputados, passaram a atuar, desde 1988, sob uma lógica fortemente centralizada pela liderança partidária. Ou seja, os efeitos descentralizadores dos estados seriam anulados por regras internas de funcionamento da Casa Legislativa. Estratégias eleitorais coordenadas seriam também a regra, dado o quase bipartidarismo na disputa presidencial (LIMONGI & CÔRTEZ, 2010; MELO, 2010).

Estes trabalhos tiveram importância significativa para a desmistificação de certos aspectos do sistema partidário brasileiro, mas centraram-se quase que exclusivamente na face externa dos partidos. Mais recentemente, uma série de trabalhos tem discutido a questão da centralização dos partidos políticos a partir de sua face interna, sua organização. Lacerda (2002), neste sentido, ofereceu um modelo para analisar a unidade dos partidos políticos brasileiros. Segundo o autor, três tópicos seriam importantes para

³⁵ Neste sentido, o imperativo normativo desta literatura associa, quase que automaticamente, descentralização à fragilidade.

se observar este aspecto: o arranjo institucional intrapartidário (Quadro 3), as divergências ideológicas entre os grupos internos e os custos eleitorais de cisões. Desta forma, existiriam incentivos e constrangimentos no caminho das elites que buscassem cindir a organização. Um arranjo intrapartidário fechado, com baixa inclusividade dos filiados e institucionalização da competição interna, elevaria as tensões. Somado a isto, possíveis divergências ideológicas e viabilidade eleitoral, as elites que buscassem cindir o partido possuiriam incentivos importantes para efetivamente o fazer. A gênese do PSDB, neste sentido, pode ser explicada a partir do modelo do autor. O partido foi produto da saída de uma ala importante do PMDB, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Para Roma (2002), os políticos vinculados a esta ala, e que estavam no PMDB desde sua fundação, a falta de possibilidade de ação interna, em geral, e, em específico, as disputas em torno do nome que seria indicado para o governo de São Paulo (Mario Covas ou Orestes Quércia), acabam por ocasionar a saída. Neste sentido, os políticos fundadores do PSDB estavam em um arranjo institucional fechado, em que o custo de saída era muito baixo em comparação a possibilidade de permanecer na organização e estagnar diversas carreiras.

No entanto, os partidos, na forma de suas coalizões dominantes podem agir no sentido de minorar estes problemas. No caso analisado empiricamente por Lacerda, PT, a coalizão dominante nacional apostou em um alto grau de competição interna e a proporcionalidade das tendências internas como um incentivo a unidade. Desta forma, o partido, apesar das primeiras avaliações que o consideravam enquanto uma federação e não uma organização sólida, conseguiu se manter quase incólume até, pelo menos, sua crise mais recente³⁶.

³⁶ O ponto que ressaltamos anteriormente. Os únicos rachas do PT foram: a expulsão da tendência Convergência Socialista, que veio a originar o PSTU, em 1995, bem como a tendência que origina o Partido da Causa Operária (PCO), em 1997. A coalizão dominante, neste sentido, ao ver ameaçado seu poder optou por arriscar a unidade. Bem como a expulsão de alguns membros tidos como “radicais”, que vieram a fundar o PSOL, em 2005.

Quadro 3: Competição e Inclusão

		Institucionalização da competição pelos postos de direção partidária	
		Alta	Baixa
Inclusão dos filiados no processo decisório	Alta	Inclusivo-Competitivo	Centralizado-Inclusivo
	Baixa	Centralizado-Competitivo	Oligarquizado

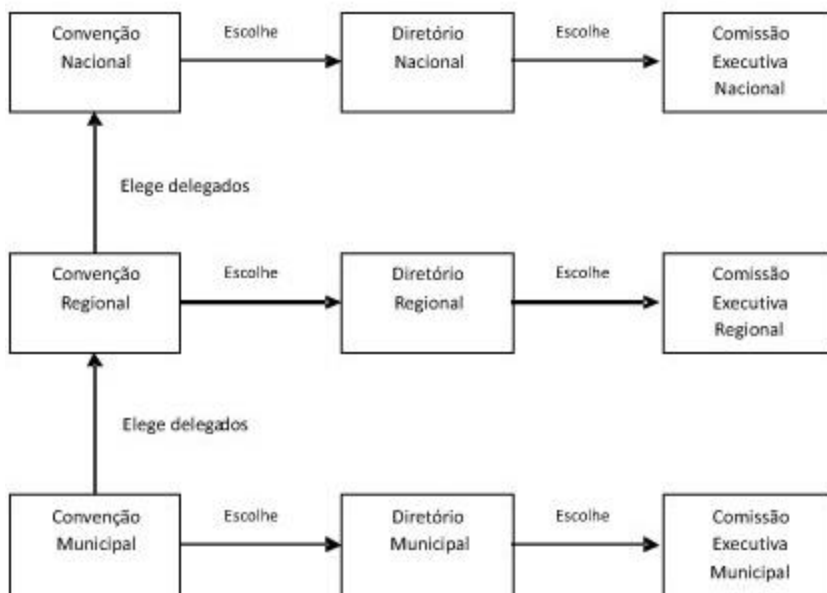
Retirado de Lacerda (2002).

O ponto do autor, no entanto, não é o mesmo que o nosso. Trabalhamos com uma dimensão das zonas de incerteza, o financiamento, ou melhor, a distribuição interna de recursos financeiros do Fundo Partidário. Lacerda (2002) está preocupado com a competição interna nos partidos pelos postos de direção. Outra questão, não privilegiada na construção do modelo, é a dinâmica regional de disputa, que parece ser extremamente importante para a análise da dinâmica interna dos partidos brasileiros (KRAUSE; GERARDI & SCHAEFER, 2017). Em outras palavras, para Lacerda (2002), as disputas internas dos partidos são ideológicas, ou programáticas. No entanto, aliado a este fato, podem existir disputas de facções locais ou estaduais que, via de regra, podem não ser motivadas por aspectos de programa partidário, mas estarem fundadas em condições geográficas.

Guarnieri (2009; 2011), em trabalhos recentes, tratou de observar a dinâmica regional da competição interna dos partidos. Sua ideia é de que as coalizões dominantes nacionais dos partidos brasileiros utilizam de recursos específicos para manter um grau de centralização mais elevado. No caso, um dos recursos seria lançar mão da criação e manutenção de comissões provisórias no nível estadual e municipal. A comissão provisória substitui o diretório (Quadro 4) e se constitui como uma figura jurídica mais fraca. Desta forma, a intervenção das elites imediatamente superiores fica mais “fácil”. Por exemplo: a Convenção Partidária de uma cidade do Ceará, em determinada eleição, mesmo sem chances significativas, decide lançar candidato à prefeitura. O interesse do partido, no entanto, em nível estadual é outro: coligação com um candidato mais “viável” eleitoralmente. Se ao invés de Diretório, no município houver uma Comissão Provisória, a decisão de “impugnar” a Convenção é facilitada. Desta forma, aonde o partido se organiza em Comissão Provisória, ao invés de Diretório, a chance de lançamento de

candidatos, em específico, ou do partido ter uma política mais autônoma em relação à instância superior (estado ou nacional), é dificultada (GUARNIERI, 2011).

Quadro 4: Estrutura Federativa



Retirado de Guarnieri (2011).

A arquitetura do poder interno dos partidos (PERES, RICCI & GUARNIERI, 2012), nesse sentido, é mais complexa e demanda inovações conceituais. A centralização geográfica não significa que o partido possua um projeto nacional, mas que haja controle maior da instância nacional sobre as demais instâncias. Como no quadro 5, a tipologia exposta por Guarnieri (2011), demonstra que os partidos por ele analisados se organizam de distintos modos e estes, não necessariamente, estão ligados a questões ideológicas.

Quadro 5:

Classificação dos Partidos Conforme seu Grau de Desenvolvimento Organizacional

Organizados/Poliárquicos	De Organização Mista/Oligárquicos	Pouco Organizados/Monocráticos
PT, PMDB	PSDB, PDT, DEM	PTB, PP

Retirado de Guarnieri (idem).

Ribeiro (2013) apontou que os partidos também, desde a LOPP, de 1995, vêm alterando seus estatutos no sentido de centralizar ainda mais o poder no polo nacional.

Comparando os casos de PFL/DEM, PSDB, PMDB e PT, o autor chega a conclusão de que estes possuem distintos graus de centralização, de acordo com os indicadores por ele utilizados.

Quadro 6: Modelo de centralização proposto por Ribeiro (2013).

indicador	PFL/DEM	PSDB	PMDB	PT
recrutamento (seleção de candidatos)	Descentralizado: estados são as arenas principais; mas cúpula nacional tem interferido.	Descentralizado: estados são as arenas principais; mas cúpula nacional tem interferido.	Forte descentralização: estados são as arenas principais.	Média descentralização: estados são as arenas principais; cúpula nacional já não interfere tanto.
composição dos órgãos nacionais (conselho, diretório nacional, executiva nacional)	Centralização: seções estaduais não têm participação assegurada em nenhum órgão. Convenção nacional: privilegia estados mais fortes eleitoralmente.	Centralização: estados têm participação assegurada no DN, mas não no conselho e executiva nacionais (mais importantes). Convenção nacional: privilegia estados mais fortes eleitoralmente.	Federalização: estados têm participação assegurada no conselho e diretório nacionais (mas não na executiva). Convenção nacional: privilegia estados mais fortes eleitoralmente.	Centralização: eleição direta não garante representação regional (facções nacionais disputam PED para eleição do DN, em circunscrição nacional). Encontro nacional: privilegia estados com mais filiados e maior mobilização no PED.
financiamento	Forte centralização: cúpula nacional arrecada mais; total autonomia para repasses.	Média centralização: cúpula nacional arrecada mais; autonomia restrita para repasses.	Forte descentralização: cúpula nacional nem sempre busca recursos diretamente; repassa maioria do fundo partidário aos estados.	Forte centralização: cúpula nacional arrecada mais, e repassa pouco aos estados.
estratégias eleitorais (coligações, lançamento de candidatos etc.)	Descentralização: autonomia a estados e municípios; nos últimos anos, cúpula nacional tem interferido mais.	Descentralização: autonomia a estados e municípios; nos últimos anos, cúpula nacional tem interferido mais.	Forte descentralização: autonomia a estados e municípios.	Centralização diminuiu nos últimos anos: maior autonomia principalmente às seções locais.
intervenções hierárquicas (dissolução de diretórios etc.)	Cúpula nacional cada vez mais interventora; comissões provisórias dominam o partido.	Cúpula nacional cada vez mais interventora; comissões provisórias em grande número.	Cúpula nacional não intervém muito, mas estados sim; comissões provisórias (locais) estão aumentando.	Cúpula nacional cada vez menos interventora; concentração de vetos sobre estados e cidades estratégicas.

Retirado de Ribeiro (2013).

Paiva (2002), em sua análise sobre PFL e PMDB, considera que a gênese dos partidos impacta decisivamente na medida de sua regionalização ou nacionalização, no sentido decisório. O PMDB, oriundo do antigo MDB, manteve-se afastado de uma lógica regionalmente centrífuga até quando a bandeira da democratização existiu. Após a eleição do Colégio Eleitoral (1985), e a finalização do processo de transição, o partido se caracterizou por uma espécie de federação de partidos. O PFL, por sua vez, manteve-se muito mais centralizado.

Neste sentido, como escreveram Peres, Guarnieri & Ricci (2012), o diagnóstico deste caráter regional e descentralizado dos partidos políticos deve ser posto em

perspectiva. Em termos organizacionais, faltam estudos para embasar os argumentos que defendem a “inerente” fragilidade das organizações partidárias brasileiras. Não entrando nos méritos normativos das vantagens ou desvantagens da existência de partidos centralizados ou descentralizados, é interessante atentar para distintas dinâmicas dos sistemas. Como colocamos anteriormente, a ideia de centralização associada aos antigos partidos de massa está datada (PERES, 2009). O padrão horizontal de disputas, que coloca de um lado burocratas de carreira dos partidos e de outro os mandatários, parece não ser a regra no período atual, nem mesmo nos países que inspiraram tal tipologia, como a França, por exemplo (DUVERGER, 1992). Os partidos, neste sentido, constituem-se como estruturas mais fluídas, em que o papel de mando é preenchido por políticos, com ou sem mandato.

A realidade da democracia europeia atual, por exemplo, matéria-prima de distintas tipologias “importadas” para o contexto brasileiro, não se encontra nos mesmos patamares de períodos anteriores. Outra questão importante é observar quais indicadores são usados para determinar os diferentes graus de centralização das organizações partidárias, no Brasil ou em outros países (SOARES, 2005).

1.2 Nacionalização Partidária: Definições

Dizer que um partido é nacionalizado é dizer, em termos genéricos, que os seus votos são distribuídos de maneira mais ou menos homogênea ao longo do território nacional (JONES & MAINWARING, 2003; LEIRAS, 2009). Ou seja, não existe grande variação entre os distritos eleitorais, ou concentração da votação em um ou poucos distritos. Seguindo este raciocínio, um sistema partidário nacionalizado seria aquele em que os partidos, de modo geral, conseguem ter presença organizacional em todo o país e eleitoralmente conseguem representações mais ou menos homogêneas. A vantagem desta definição, restrita a arena eleitoral, é clara: o conceito torna-se mais operacional³⁷. No entanto, como já apontaram Jones & Mainwaring (2003) e Krause (2005), o foco na arena eleitoral não permite dizer se um partido nacionalizado é coeso e/ou disciplinado. Afinal de contas, um partido pode ter votação homogênea ao longo do território nacional em

³⁷ Além de uma questão prática: os dados sobre eleições se encontram disponíveis mais facilmente, há também, neste tipo de análise, um imperativo normativo: consideram-se as organizações partidárias desde somente a arena em que competem a “olhos vistos”.

eleições legislativas federais, mas no Parlamento ser indisciplinado, pois em cada um dos distritos podem existir interesses particulares. No entanto, apesar das limitações do conceito, operacionalizado a partir das eleições, é interessante perceber que a literatura internacional, principalmente comparativa, avançou em formas mais sofisticadas de medição, variando também na busca de relações de causalidade e variáveis independentes. Além do que, como afirmam Jones & Mainwaring (2003), o aspecto da nacionalização partidária tem sido negligenciado em análises de sistemas partidários, em prol de estudos que enfoquem fatores como a competição e a polarização (SARTORI, 1982).

Schattschneider (1960), talvez tenha sido o primeiro autor a tratar da nacionalização partidária, valendo-se do caso dos EUA. O autor utiliza como indicador da nacionalização, a medida do desvio padrão, buscando identificar a variação de desempenho eleitoral dos partidos ao longo dos distritos. Para Morgenstern *et al* (2009), os trabalhos que se seguiram a Schattschneider podem ser divididos em dois grupos: o primeiro grupo trataria da dimensão estática da nacionalização, e o segundo da dimensão dinâmica. A nacionalização estática, como se pode perceber pelo nome, tem relação com: “(...) o grau no qual existe uma distribuição equânime de votos de um partido ao longo dos distritos eleitorais em um período único do tempo (...)” (MORGENSTERN *et al*, 2009, p.1322)³⁸. A nacionalização dinâmica, por sua vez, tem como referência a variação de votos de um partido ao longo dos distritos considerando a dinâmica temporal: a variação ao longo do tempo. Se as duas dimensões fossem altas encontrar-se-iam, no sistema, partidos altamente nacionalizados. Se as duas dimensões fossem baixas encontrar-se-iam, no sistema, partidos focados localmente. Tendo a dimensão estática baixa e a dinâmica alta, o partido seria não balanceado, ou seja, variaria nos distritos, mas mantendo o mesmo patamar eleitoral ao longo dos anos. E, na relação inversa, o partido seria instável, afinal de contas variaria muito a sua votação de uma eleição para outra, mas nos mesmos distritos. Para os autores, o sistema eleitoral aumentaria a nacionalização estática, enquanto o sistema de governo aumentaria a nacionalização dinâmica. No primeiro caso, a representação proporcional, com lista fechada, seria positiva para a nacionalização dos partidos, enquanto que o Parlamentarismo também, em longo prazo.

³⁸ the degree there is no equitable distribution of votes of a party throughout the constituencies in a single period of time (tradução do autor).

O trabalho de Morgenstern *et al* (2009), é importante metodologicamente, pois expõe a multidimensionalidade do fenômeno da nacionalização e é rico nas variáveis e na comparação utilizada³⁹. No entanto, a própria definição de como medir a variável dependente (nacionalização), não é ponto “pacífico” na literatura temática. Os autores utilizam uma medida de variância, mais complexa que o desvio padrão, mas ainda assim limitada, segundo autores precedentes e posteriores. Jones & Mainwaring (2003), por exemplo, ao analisarem a nacionalização de partidos e sistemas partidários de 17 países do continente americano utilizam o coeficiente de Gini como medida de nacionalização. O coeficiente de Gini, usualmente, é empregado no cálculo de desigualdade da distribuição de renda. O indicador varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de zero, maior seria a igualdade. Os autores, no trabalho referenciado, o utilizam em sentido inverso (quanto mais próximo de um mais nacionalizado seria o partido), e justificam sua escolha apontando que outras medidas, como o desvio padrão e o coeficiente de variação, não seriam apropriados para a análise de sistemas multipartidários. Os achados de Jones & Mainwaring (2003), apontam que existe, nas Américas, sistemas nacionalizados, intermediários e pouco nacionalizados. No último caso, estaria o Brasil: “(...) três dos 11 partidos menos nacionalizados são brasileiros” (JONES & MAINWARING, 2003, p.14). Para os autores, o sistema brasileiro seria “um pastiche” de partidos regionais. Voltaremos a esta conclusão mais adiante.

Em trabalhos recentes, Golosov (2014a, 2014b), criou um novo indicador para análise da nacionalização, baseado em trabalhos precedentes. O autor o chama de Coeficiente de Regionalização Partidária (CRP)⁴⁰. A fórmula do CRP é descrita abaixo:

$$CRP = n - ((\sum p_i)^2 / \sum p_i^2)$$

$$n - 1$$

Sendo n o número de estados, $\sum p_i$ a porcentagem de votos do partido A, no estado X, considerando as demais votações partidárias no mesmo estado. O cálculo é operacionalizado, segundo Gulosov (2014, p.282), da seguinte forma: “(...) quando calculamos o valor do índice para um partido que disputa eleições em um país com três

³⁹ São 28 os países analisados.

⁴⁰ CPR (Coefficient of party regionalization), no original.

unidade territoriais e que recebe 60% dos votos em uma dessas unidades e 15% nas demais, o CPR é calculado da maneira que se segue”⁴¹:

$$\text{CRP} = 3 - \frac{(60 + 15 + 15)^2}{60^2 + 15^2 + 15^2}$$

$$3 - 1$$

$$\text{CPR} = 3 - 2 = \mathbf{0,5}$$

$$3 - 1$$

O resultado de 0,5 do CRP, para o autor, aponta que o partido possui votação distribuída, mas consideravelmente concentrada em um dos estados. Para efeitos de normalização do coeficiente (Gulosov, 2014b, p.282), o autor realiza a operação de $1 - \text{CPR}$. No caso descrito por Gulosov o resultado não se alteraria. No entanto, caso a organização mantivesse os 15% de votação nos três estados, o valor da Coeficiente seria 0,0; realizando a normalização o valor seria 1. Logo, um partido completamente nacionalizado. Neste sentido, o cálculo é adequado ao conceito de nacionalização tal como exposto no início desta seção:

El término “nacionalización” designa, genéricamente, la variación interdistrital en los patrones de organización partidaria y comportamiento electoral. Cuanto más pequeña es esa variación, tanto más nacionalizado está el sistema de partidos (LEIRAS, 2009, p.210).

Ou seja, trata-se de identificar variações dos padrões de votação, e não de identificar a força dos partidos. Afinal de contas, se consideramos as votações totais dos partidos, nos dois casos hipotéticos descritos acima, o primeiro partido é mais forte eleitoralmente que o segundo, mas menos nacionalizado.

Os autores até agora descritos partem de conceitos semelhantes do que seria a nacionalização, mas diferem nos indicadores de medição, bem como nas variáveis independentes. Morgenstern *et al* (2009), dá maior ênfase às condições institucionais: países federalistas e presidencialistas, com votação distrital uninominal, ou representação proporcional de lista aberta, tenderiam a ter partidos menos nacionalizados. Jones & Mainwaring (2003), tratam de descrever os distintos graus de nacionalização de partidos

⁴¹ “when computing the value of the index for a party that contests elections in a country consisting of three territorial units and receives 60 percent of the vote in one of the units and 15 percent in each of the remaining units, the CPR is computed as follows” (Tradução do autor).

e sistemas partidários, mas apontam que quando há eleições casadas (nível regional e nacional de disputa), aumenta-se a nacionalização. Neste caso, as elites partidárias parecem coordenar esforços eleitoralmente, ao longo do território nacional⁴². Para Golosov (2014a), a nacionalização é impactada pelo tamanho da população (quanto maior a população menor a nacionalização), bem como por fatores institucionais (lista fechada é mais propícia ao controle das elites partidárias, logo os partidos podem se coordenar eleitoralmente sem tantos custos), e o tempo de democracia: para o autor, na medida em que o regime democrático se institucionaliza também os partidos vão se expandindo de maneira homogênea no território nacional. É interessante notar que fatores culturais, tais como fracionalização linguística, e econômicos, como crescimento do PIB e aumento do desemprego e inflação, não aparecem como variáveis independentes significantes nos estudos mencionados. No entanto, em trabalho recente, Lago & Lago-Peñas (2015) apontam que a nacionalização é impactada pelo resultado da economia, principalmente em anos de crise que tendem a aumentar a fragmentação eleitoral (menos votos para os partidos consolidados). A comparação dos autores cobre 43 países, nos continentes: Europeu, Asiático e Americano, e identifica que as condições institucionais favorecem a nacionalização, mas a dimensão da economia não pode ser ignorada. Afinal de contas, mesmo que existam crises ou clivagens culturais, estas devem ser politizadas por grupos específicos, bem como deve-se existir um sistema (eleitoral e/ou de governo), que facilite a entrada de novos atores, ou a ativação de siglas pouco relevantes.

A nacionalização partidária, medida a partir do desempenho eleitoral, tem sérias limitações, principalmente quando se consideram contextos políticos específicos. Segundo Krause (2005, p.117): “(...) um processo de nacionalização partidária, medido pelo eleitorado e pela representação institucional, não é capaz de detectar se outro processo, o de regionalização partidária⁴³, ocorre de maneira conjunta e paralela”. Ou seja, pode ser que um partido seja nacionalizado, mas não coeso ou indisciplinado na esfera nacional. Ainda segundo Krause, é necessário incluir no conceito de nacionalização, além da representação institucional, o impacto das lideranças partidárias.

⁴² Cox (1999, p.160): “Electoral systems affect the coordination of political forces at two main levels: (a) within individual electoral districts when candidates and lists enter the electoral fray and voters distribute their votes among them; and (b) across these districts (within the nation as a whole) as potentially autonomous candidates and lists from different districts ally with one another to form regional or national parties. A third and final stage of coordination is less directly affected by electoral rules, namely the forming and sustaining of governments”.

⁴³ Entendida enquanto a sobreposição da arena regional sobre a arena nacional.

Seria importante, neste sentido, medir a coesão da ação nacional e regional: “(...) partidos coesos nacionalmente são partidos que conseguem elaborar políticas que se baseiam em uma uniformidade nacional” (KRAUSE, 2005, p.118). A política nacional pode ser direcionada por uma lógica pragmática (racionalidade eleitoral), ou programática (racionalidade ideológica). Para a autora, a comparação das coligações, no caso brasileiro, ofereceria um bom indicador de nacionalização, pois permitiria observar o grau de coesão da estratégia partidária nacional (coligações presidenciais), em comparação as estratégias partidárias regionais (coligações para as governadorias). O trabalho de Krause⁴⁴ aponta baixo grau de nacionalização dos partidos brasileiros, a partir deste indicador, o que demonstraria: “(...) dificuldades dos partidos brasileiros de agirem de forma uniforme, e um débil processo de nacionalização das organizações” (KRAUSE, 2005, p.135).

Outros trabalhos utilizam as coligações como um indicador de nacionalização, para o caso brasileiro. Sandes-Freitas (2013)⁴⁵, por exemplo, aponta que a disputa presidencial entre PT e PSDB constituiu uma espécie de clivagem nas disputas em outros níveis. Neste sentido, os partidos brasileiros, até a eleição de 2014, se alinharam em blocos em torno destes dois principais partidos: do lado do PT, em maior ou menor grau, PCdoB, PSB e PDT; do lado do PSDB, o DEM, e estes blocos constituíram alianças nos municípios (nível de análise do trabalho), principalmente nos maiores. Para Sandes-Freitas (2013, p.163): “(...) a presença da clivagem PT-PSDB nas disputas eleitorais locais foi diretamente proporcional ao tamanho da população do município”. Ou seja, nas cidades em que existem maiores recursos em disputa, os partidos dos blocos presidenciais tendem a estar juntos: seria muito difícil imaginar, seguindo este raciocínio, uma aliança entre PT e PSDB, ou PT e DEM, na cidade de São Paulo. Para Miranda (2013)⁴⁶, este fenômeno pode ser conceituado enquanto “resistência política”. Para a autora, ao longo do tempo, as resistências ideológicas para os partidos estarem coligados diminuíram, aumentando-se o lastro de alianças: “(...) a diluição da motivação ideológica no cálculo coligacionista em favor de um comportamento estratégico, isto é, orientado para ganhos eleitorais” (MIRANDA, 2013, p.82). A racionalidade eleitoral, neste sentido, prescinde a

⁴⁴ A autora analisa as eleições de 1994, 1998 e 2002.

⁴⁵ O autor analisa dados referentes as eleições municipais de 2012.

⁴⁶ A autora analisa dados referentes as eleições para a Câmara dos Deputados, Senado e Governadorias nas 27 UF's brasileiras. O período é de 1990-2010.

ideologia. No entanto, há o aspecto da resistência política. Os parceiros preferenciais de PT e PSDB tendem a manter um afastamento nas coligações:

Na comparação das distribuições do número de alianças realizadas pelos partidos, nos três cargos, em um mesmo ano eleitoral, constatou-se que o PT, PCdoB, PSB e PFL apresentam coeficientes mais altos de correlação que os verificados entre os outros partidos, especialmente o PMDB, PTB e PP/PDS. A exceção encontrada foi o PSDB, que apresentou coeficientes de correlação um pouco mais baixos que o PT, mas apenas no início do período, isto é, antes de sua emergência como partido de vocação presidencial. [...] Os dados mostram que, entre os partidos relevantes, esse diagnóstico aplica-se mais consistentemente apenas ao PMDB, PDS-PP e PTB. (MIRANDA, 2013, p.84).

Ou seja, a qualificação do sistema partidário como sendo “fatalmente” desnacionalizado merece mais pesquisas e clareza quanto aos indicadores utilizados. O uso do indicador “coligações” esclarece aspectos que não são observados quando se apontam os dados brutos de desempenho eleitoral. Outra questão importante é que os partidos políticos, com os mesmos incentivos e restrições, podem ter estratégias distintas de disputa. Para Borges (2015), partidos não competitivos em eleições presidenciais podem sobreviver disputando eleições estaduais. No Brasil, parece ímpar citar de maneira destacada o caso do PMDB, na democracia recente, que, mesmo não lançando candidato a presidência desde 1994, mantém-se como um dos partidos mais relevantes no Congresso Nacional, sendo parceiro de todas as coalizões legislativas presidenciais. Em nosso caso, operacionalizamos o conceito de nacionalização a partir da distribuição dos recursos do Fundo Partidário pelos partidos políticos.

1.3 Centralização x Nacionalização

No quadro 6, resumimos os principais achados da literatura sobre centralização e nacionalização dos partidos políticos, descritos de maneira mais densa ao longo deste primeiro capítulo. A questão principal, em nosso trabalho, é diferenciar os dois conceitos e apontar como, por vezes, acabam por ser confundidos, principalmente quando se trata

de descrever suas consequências. Apesar de alguns autores retratarem estas diferenças, elas continuam prementes, principalmente, quando se trata de um julgamento normativo acerca de partidos, ou sistemas partidários, específicos. Logo, quando Jones & Mainwaring (2003), ao aplicarem o coeficiente de Gini para explicar as diferentes nacionalizações dos sistemas partidários em 17 países do continente americano, afirmam que o sistema partidário brasileiro seria o menos nacionalizado e o único partido com algum grau de nacionalização era o PMDB. O indicador utilizado pelos autores permite esta conclusão, mas não permite um segundo passo, qual seja: “(...) um processo de nacionalização partidária, medido pelo eleitorado e pela representação institucional, não é capaz de detectar se outro processo, o de regionalização partidária, ocorre de maneira conjunta e paralela” (KRAUSE, 2005, p.117). Ou seja, um partido, tal como o PMDB, pode ser identificado enquanto uma organização extremamente nacionalizada, com votações homogêneas nos diversos distritos do país, no entanto, não é possível saber, por este indicador, se os representantes eleitos do partido serão disciplinados ou coesos na esfera nacional, ou que se esta não será sobreposta pela esfera regional.

Da mesma forma, a própria centralização organizativa, com um centro nacional dando as ordens (padrão vertical de dominação), ou um centro burocrático dando as ordens (padrão horizontal de dominação), não pode, enquanto indicador individual, permitir considerações exaustivas. Os partidos podem ser centralizados, mas os custos da centralização podem levá-los a irrelevância. “A rebelião dos eleitos”, que fala Van Biezen (2000), é um processo interessante neste sentido. Quando a Direção Nacional não abre espaço para a disputa interna, centralizando decisões e controlando os mandatários eleitos, estes podem ter incentivos suficientes para abandonar o partido. Soares (2001, p.117), ao analisar o PTB do período de 1945-65, coloca que:

Em partidos coesos, os conflitos não são relevantes; em partidos incoesos, mas democráticos, os conflitos se resolvem internamente; em partidos nem coesos nem democráticos, os conflitos extravasam os limites partidários.

Este parece ser o mesmo problema apontado por Lacerda (2002), em seu modelo sobre disputas intrapartidárias. No entanto, retomamos o mesmo ponto: a centralização e a nacionalização possuem efeitos diferenciados nos partidos. Mesmos incentivos podem gerar resultados distintos, e a importância da gênese partidária, neste sentido, parece ser uma variável importante de explicação (PANEBIANCO, 2005). Afinal de contas, as

escolhas tecidas pelas elites fundadoras dos partidos impactam no posterior desenvolvimento do partido e como se lidará com disputas internas. Partidos de origem parlamentar, com difusão territorial, tendem a ser mais descentralizados organizacionalmente, e, de acordo com seu tamanho, podem estar presentes em todo o território (nacionalizados). Neste sentido, seria racional esperar que tal partido adotasse estratégias distintas em contextos específicos, e praticando a resolução de conflitos a partir de consensos (HIPOLITO, 1985).

Quadro 7: Centralização x Nacionalização

Conceitos	Dimensões	Variável Dependente	Variáveis Independentes	Consequências
Centralização	- Burocrática - Geográfica	- Controle da burocracia sobre os mandatários; - Controle do centro nacional sobre a política regional.	Internas: -Ideologia; -Origem do Partido; -Tamanho da organização; -Tempo de Existência Externas: -Sistema Eleitoral; -Sistema de Governo; -Federalismo.	Partidos centralizados burocraticamente tendem a ser centralizados geograficamente, no entanto o inverso não é verdadeiro.
Nacionalização	Eleitoral	-Desvio Padrão -IPR -GINI -CPR	Instituições: -Federalismo -Sistema de Governo -Sistema Eleitoral Socioeconômicas: -Heterogeneidade Cultural -Fracionamento Linguístico -Crescimento PIB	Jones & Mainwaring (2003). -Eleitorado: sistemas mais nacionalizados tendem a concentrar os pleitos em questões nacionais; -Carreira Parlamentar: as questões nacionais tendem a ser mais importantes na arena legislativa;

				<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas tendem a ser mais nacionalizadas; -Em novas democracias, partidos nacionalizados tendem a ser um fator de manutenção do regime.
	Atuação das elites	-Coligações	<ul style="list-style-type: none"> -Calendário Eleitoral; -Federalismo; -Fatores organizacionais dos partidos. 	

Fonte: elaboração do autor.

Em nosso trabalho, não buscamos tratar das consequências dos processos de centralização e nacionalização para a formação de governos (função governativa dos partidos), ou para a estabilização do sistema partidário, tal como propõem diversos dos autores citados ao longo deste capítulo (JONES & MAINWARING, 2003; GOLOSOV, 2014; MORGENSTERN *et al*, 2009). Buscamos trazer as definições e conceituações propostas pelos autores, seus indicadores de mensuração e abrir caminho, por assim dizer, para exploração do nosso próprio modo de mensuração do fenômeno. Ao invés de trabalharmos com dados eleitorais para identificarmos os graus de nacionalização e centralização dos partidos brasileiros, partimos de dados sobre a distribuição do Fundo Partidário, ao longo de quatro anos. No próximo capítulo, tratamos de definir o indicador de mensuração.

CAPÍTULO 2: A dinâmica de distribuição do Fundo Partidário

2.1 O que é o Fundo Partidário?

A relação entre partidos políticos e o Estado pode ser considerada desde dois pontos. O primeiro é a conquista de eleições e, por consequência, de cargos eletivos e indicações para burocracias estatais. Trata-se da dimensão do partido no governo (KATZ & MAIR, 1993, 1995), ou, em outras palavras, a função governativa dos partidos (MENEGUELLO, 1998). A conquista de cargos pode ser o objetivo final da organização partidária (WOLINETZ, 2002), ou, tão somente, uma das fases de seu desenvolvimento. No entanto, como aponta a literatura, o acesso a cargos importantes, eletivos ou não, no Estado, pode constituir um incentivo seletivo a manutenção da unidade organizacional interna (PANEBIANCO, 2005; BOLLEYER, 2008). Em trabalho clássico, Campello de Souza (1976, p.48), afirma que a relação entre partidos e Estado, no caso brasileiro, é indissociável e o acesso a máquina estatal foi vital para os partidos do período de 45 a 64. Escreve a autora: “(...) grande parte da vida política se resume na competição entre organizações ou, o que é o mesmo, na luta, pela formulação, apropriação de recursos e implementação de políticas específicas”. Para Campello de Souza, os partidos brasileiros, do período de 45 a 64, centrariam sua atuação na arena distributiva e regulatória, sobrando pouco espaço para sua atuação na arena redistributiva. O clientelismo e a patronagem, neste sentido, configurados a partir das duas primeiras arenas, seriam políticas necessárias para a diferenciação dos partidos. Aliados da luta política nos termos redistributivos, pois a configuração do Estado brasileiro no período concentrava grande parte das decisões no Executivo e em burocracias específicas, os partidos teriam de lutar com outros meios. As distribuições de emendas parlamentares e cargos seriam estes. Ou seja, a configuração “técnica” de políticas específicas, tais como a política econômica, a legislação tributária e/ou previdenciária (arena redistributiva), deixaria limitada a ação dos partidos brasileiros do período a perseguir outras políticas, no intento de se diferenciarem entre si⁴⁷.

⁴⁷ O trabalho de Souza (1976), antecipa, em vários pontos, o posterior estudo de Blythz & Katz (1995), que apontam que a cartelização dos partidos teria como condição endógena o insulamento de determinadas burocracias. A autonomia dos Bancos Centrais seria um indicativo deste processo. Na medida em que o órgão que controla, em tese, a política econômica do país, ficasse fora do controle dos partidos, estes não teriam o custo de responder por determinados erros cometidos.

Para Kopecký, Spirova & Scherlis (2011), o acesso a máquina pode ser conceituado enquanto patronagem, no sentido de que os partidos dependem de recursos do Estado para manterem sua própria coesão. Este seria o primeiro ponto de relacionamento entre Estados e partidos políticos. O segundo é a existência de subsídios específicos para os partidos políticos, que podem ser financeiros e/ou institucionais (RUBIO, 2005). Os subsídios financeiros são cristalizados pelo financiamento público de campanhas eleitorais e/ou manutenção das próprias estruturas partidárias, e os institucionais podem ser: cedência de espaços públicos para reuniões, disponibilização de horário gratuito na televisão, entre outros. Tratamos dos subsídios financeiros aos partidos políticos neste capítulo e como podem servir de indicadores para classificar os partidos políticos em centralizados e descentralizados, nacionalizados e regionalizados, e as implicações disto. Primeiramente, concentramos a análise sobre a ideia de financiamento público e, posteriormente, analisamos de forma detida o caso brasileiro.

A ideia de que o Estado pode, ou deve, subsidiar os partidos políticos, em parte ou completamente, não é nova. Segundo levantamento de Braga & Bourdoukan (2009), o Uruguai foi o primeiro país a instituir alguma forma de financiamento público, em 1928. No caso europeu, Scarrow (2006), aponta que pelo menos desde a década de 50, alguns países já destacavam recursos públicos para partidos, seguindo distintos critérios. O fundamento normativo da prática seria a “blindagem” destas organizações frente a influência de grupos de interesse e empresas que financiando campanhas, e a própria infraestrutura partidária, poderiam influir tanto na competição eleitoral quanto na posterior adoção de políticas ou legislações específicas, que os beneficiassem (RUBIO, 2005). O impacto das subvenções públicas pode ser de duas naturezas: externo (sobre a competição entre partidos) e interno (sobre a distribuição de poder intrapartidária).

Sobre o primeiro efeito, há uma vasta literatura que diverge nos resultados. Enquanto alguns autores apontam que o financiamento público dos partidos gera o “congelamento” da competição partidária (KATZ & MAIR, 1995), a famosa “cartelização” do sistema partidário⁴⁸; outros apostam na ideia de que esta possibilidade de recursos, na verdade, abre a competição a novos atores (TAVITS, 2006; 2008), pois possibilita uma igualdade de condições impossível em sistemas de financiamento exclusivamente privado. Scarrow (2006), no entanto, é mais parcimoniosa em suas

⁴⁸ Katz & Mair (1995), apontam que o provimento de recursos públicos foi uma reação dos partidos ao seu próprio afastamento da sociedade, demarcando efetiva aproximação com o Estado.

conclusões e aponta que, “nem tanto ao mar, nem tanto a terra”, os efeitos desta ação estatal são múltiplos: tanto o aumento da competição quanto a diminuição da mesma. No caso brasileiro, como colocam Krause, Rebello & Silva (2015), a subvenção pública se constituiu como um incentivo para a competição partidária e, com isso, para o surgimento de novos atores.

O financiamento público das campanhas, a despeito de críticos e defensores (RUBIO, 2005), tornou-se uma realidade em vários países do mundo⁴⁹. Na América Latina, como afirma Zovatto (2005), a maioria dos países optou por sistemas mistos de financiamento, mesclando recursos estatais e privados, segundo critérios distintos. Os efeitos desta variável, no entanto, como apontamos anteriormente, tendem a ser tratados desde uma perspectiva sistêmica.

Sobre o efeito do financiamento público na organização interna dos partidos ainda há pouca literatura. Apesar de diversos autores observarem a dependência dos partidos perante o Estado⁵⁰ (BOLOGNESI, 2016; Van BIEZEN & KOPECKY, 2007; KRAUSE, REBELLO & SILVA, 2015), restam lacunas de trabalhos acerca dos efeitos destes recursos sobre a distribuição de poder no interior destas organizações⁵¹. A concentração ou distribuição de recursos, neste sentido, entre a Direção Nacional e as Direções Estaduais, pode constituir um indicador do grau de centralização ou descentralização geográfica das organizações partidárias. Carlson (2010), em trabalho sobre o Japão, identifica que desde que o país instituiu o financiamento público de campanhas como uma das formas de manutenção dos partidos, estes tornaram-se cada vez mais dependentes do Estado. No entanto, o autor dá um passo além e trata de investigar como os partidos japoneses distribuem os recursos financeiros estatais para as unidades locais. Como o sistema eleitoral do país é misto⁵², ou seja, agrega representação majoritária (300 vagas para 300 distritos) e proporcional (180 candidatos são escolhidos em 11 zonas eleitorais), primeiramente Carlson (2010), investiga se os partidos investem mais em candidatos majoritários ou proporcionais e, depois, se os candidatos incumbentes (com mandato), recebem mais recursos que os “novatos”. As conclusões do autor são de que

⁴⁹ Segundo Reis, Santos, Filho & Silva (2015), dos 180 países contabilizados na base de dados do IDEA (Institute for Democracy and Electoral Assistance), 118 (65,6%), possuíam alguma forma de financiamento público aos partidos políticos.

⁵⁰ Tanto na forma do Fundo Partidário, quanto no acesso a máquina do Estado.

⁵¹ Uma das zonas de incerteza tratadas por Panebianco (2005).

⁵² Carlson (2010), analisa o processo de seleção para o Parlamento.

os partidos japoneses tendem a alocar recursos nos distritos, isto é, privilegiam a competição majoritária, mas não diferenciam os recursos entre novatos e incumbentes. Para Carlson (2010), esta distribuição equitativa indica que as lideranças nacionais partidárias visam a redução de conflitos intra-partidários. Apesar de apenas contar com uma variável (distribuição do financiamento público para comitês locais), o trabalho do autor possibilita uma visão específica sobre os padrões organizativos dos partidos naquele país. No Japão, desta forma, a dinâmica do local x nacional é mediada por uma distribuição equânime de recursos.

No caso brasileiro, Ribeiro (2010; 2013), propôs que a distribuição do Fundo Partidário poderia ser um indicador de centralização. Partidos mais centralizados, segundo o autor, manteriam mais recursos na Direção Nacional, em detrimento de suas unidades subnacionais. Considerando o sistema partidário a partir de suas relações sistêmicas, observa-se, segundo Bardi e Mair (2010), a existência de três divisões internas dos mesmos. Estas impactam nas distintas faces dos partidos políticos, nas estratégias de disputa eleitoral, relacionamento com a sociedade, bem como no interior da própria organização – objeto de nosso trabalho, quais sejam: 1) Divisões verticais, oriundas de clivagens sociais e culturais que se estendem no país todo; 2) divisões horizontais, oriundas de diferentes níveis de disputa (no caso brasileiro, as disputas possuem distintos distritos: estados, municípios e mesmo o país todo); bem como 3) divisões funcionais, oriundas de disputas entre arenas (parlamentar, eleitoral e, mesmo, organizativa). Estas divisões têm efeitos distintos sobre a organização dos partidos, as relações entre suas faces, bem como o desafio organizativo da manutenção da coesão (RIBEIRO, 2014). Este último aspecto se relaciona a dinâmica interna dos partidos. As divisões horizontais forçam a coalizão nacional a se relacionar com as unidades regionais, na forma da distribuição de incentivos (BOLLEYER, 2009).

Esta é uma característica de sistemas federalistas, como o brasileiro, em que os desafios organizacionais dos partidos são de várias naturezas. Segundo Deschouwer (2006), o ponto principal deste tipo de análise seria observar o nível de integração entre as unidades partidárias. Para o mesmo autor, como colocamos anteriormente, o ambiente institucional constitui uma variável importante para a explicação dos distintos comportamentos de partidos, no mesmo país, e em partidos de países distintos. Considerando o caso brasileiro, além das divisões horizontais de disputa, produto do federalismo, que forçam os partidos a terem estratégias distintas nos planos estadual e

nacional (MELO, 2010), existem regulamentações legais que condicionam os comportamentos. A LOPP (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), de 1971, por exemplo, regulamentava que o Fundo Partidário deveria ser distribuído da seguinte forma: 80% para as unidades regionais do partido e 20% para a Direção Nacional. Destes 80%, os partidos nos estados deveriam distribuir 60% para as unidades municipais (RIBEIRO, 2013). O regulamento, neste sentido, incentiva maior descentralização financeira e, por consequência, organizativa nos níveis estadual e municipal. A Constituição de 1988 e, posteriormente, a LOPP de 1995, no entanto, deram maior autonomia aos partidos, que poderiam definir em seus estatutos os respectivos percentuais distribuídos da subvenção pública. A única exigência da lei foi a manutenção de 20% do total dos recursos para a Fundação do partido, isto é, para sua parte de pesquisa e doutrinação política. Posteriormente, uma nova lei (Lei nº 13.165, de 2015) impôs que mais 5% dos recursos fossem garantidos para políticas de inclusão feminina na política.

A liberdade organizacional, garantida constitucionalmente e pela legislação regulatória, possibilitou que os diferentes partidos adotassem diferentes práticas no que concerne a distribuição do Fundo Partidário entre suas unidades. Observar, neste sentido, os valores distribuídos é dar-se conta de um aspecto importante da dinâmica de poder interno dos partidos brasileiros. O dinheiro é extremamente importante para a manutenção da infraestrutura partidária quanto para as disputas eleitorais. Constitui uma das zonas de incerteza, descritas por Panebianco (2005), que está ligada a própria gênese dos partidos políticos. Se oriundos de uma estrutura centralizada ou descentralizada, a distribuição do fundo partidário seria um incentivo seletivo para a manutenção da coesão organizacional, bem como para a manutenção do controle por parte da coalizão dominante nacional. Distribuir ou não constitui uma escolha política, condicionada pelas forças internas da organização, bem como por condições externas, tais como o nível de competição eleitoral. Para Campos (2009, p.186):

(...) fica a critério dos órgãos de direção nacional dos partidos o repasse de recursos provenientes do Fundo Partidário aos diretórios regionais e aos candidatos de sua escolha. Assim também acontece com a distribuição dos espaços midiáticos a que têm direito os partidos. Uma vez que não há previsão estatutária (em nenhum partido) de como proceder no repasse do recurso midiático, o critério recai sobre a direção partidária. Ora, se os recursos são destinados aos partidos ou aos candidatos individualmente, os efeitos são distintos. No primeiro caso,

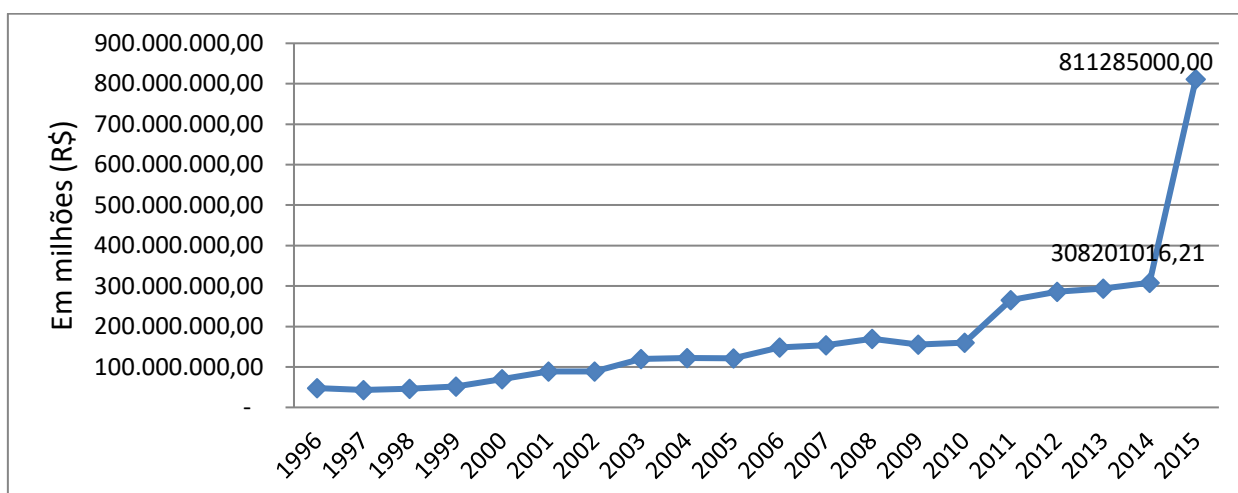
ficam fortalecidos os partidos como instituições; no segundo, amplia-se a margem de autonomia dos candidatos em relação ao aparato partidário.

Neste trabalho, não tratamos dos recursos midiáticos, mas sim financeiros, logo retomamos da citação do autor o primeiro ponto. O critério de distribuir ou não recursos, e onde, é discricionário. O poder das Direções Nacionais, neste sentido, é grande. Como apontado por parte da literatura que trata da organização dos partidos políticos (BOLLEYER, 2008; SCARROW, 2006; POGUNTKE *et al*, 2016), a distribuição interna de recursos⁵³ é um indicador interessante no sentido da análise do grau de centralização ou descentralização das organizações partidárias contemporâneas, bem como da integração (se vertical ou horizontal) de suas unidades (DESCHOUWER, 2006). Desta forma, propomos que o dinheiro, a distribuição dos recursos públicos, é uma variável importante a ser agregada na vasta literatura que trata da organização interna dos partidos no Brasil (RIBEIRO, 2013; 2014; PERES, RICCI & GUARNIERI, 2012; GUARNIERI, 2009; 2011). A “zona de incerteza” do financiamento, neste sentido, aparece como uma variável importante no sentido de apreender como se estruturam os partidos brasileiros.

Um primeiro dado, no entanto, deve ser destacado desde já. Como aponta Bolognesi (2016), há um aumento geral da distribuição do Fundo Partidário para os partidos brasileiros. No gráfico 1, contabilizamos os exercícios financeiros desde a aprovação da LOPP (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), de 1995. Nesta legislação, fica exposto – e depois regulamentado em resoluções do TSE - os critérios de distribuição do Fundo. Quanto ao quantitativo geral, pode-se observar um aumento constante dos recursos despendidos pela União aos partidos brasileiros, desde 1996, até o crescimento abrupto entre os anos de 2014 e 2015.

⁵³ Neste sentido, não somente provenientes de subvenções públicas.

Gráfico 1: Evolução da distribuição total do Fundo Partidário.



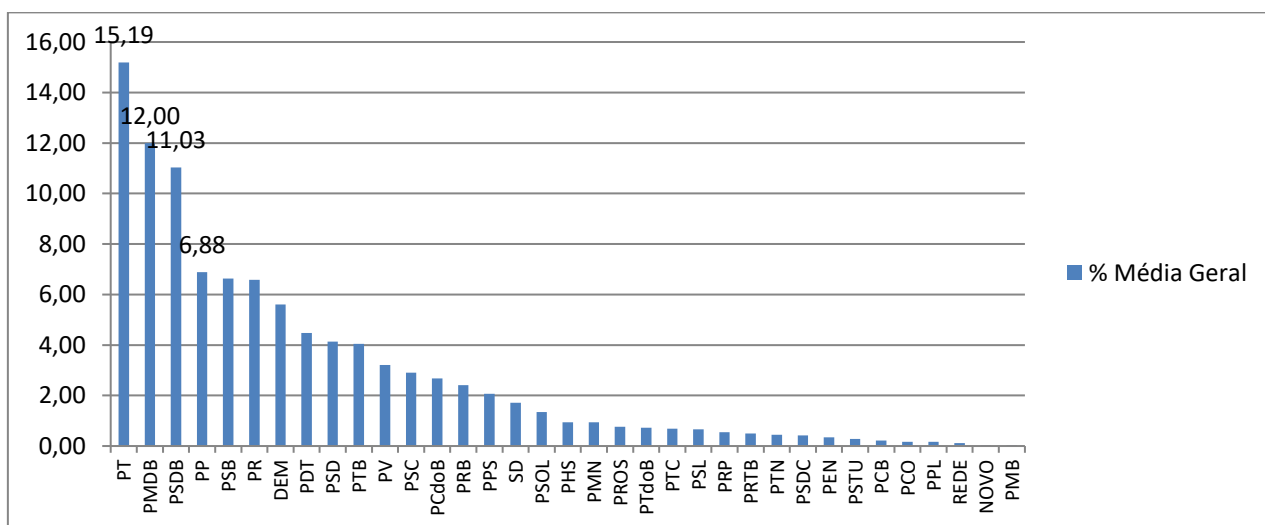
Fonte: Estatutos Partidários; TSE; Câmara dos Deputados; Senado.

Entre 2014 e 2015, esteve em discussão, no Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), a proibição da doação de empresas aos partidos políticos. Neste intervalo, parece, como aponta Bolognesi (2016), que a reação dos atores políticos a iminente proibição levou os mesmos a destacarem mais recursos do orçamento da União para o financiamento público dos partidos políticos⁵⁴.

Quanto à distribuição entre os partidos, seguindo o critério exposto anteriormente, dividimos a porcentagem total dos valores entre as organizações – calculando as médias entre o período aqui estudado. No gráfico 2, estes valores são expostos. Como se pode observar, PT, PMDB e PSDB, partidos que articularam as competições presidenciais e suas respectivas coalizões (MELO, 2010), receberam em média neste período 38,22% do total de recursos despendidos pela União. Enquanto que, por exemplo, os partidos criados no último ano analisado (PMB, Novo e Rede), contabilizaram 0,20% do total. Mesmo que a porcentagem seja pequena, os valores brutos não são desprezíveis, dado que estes partidos não haviam disputado a eleição de 2014.

⁵⁴ <http://www.valor.com.br/politica/4736021/psd-sugere-fundo-de-r-34-bilhoes-para-bancar-campanhas-politicas>, acesso em 27 de janeiro de 2017. Gilberto Kassab (PSD), então Ministro das Comunicações, propôs que se o financiamento privado continuasse proibido, a União arcasse com mais 3,4 bilhões de reais em anos eleitorais. Ou seja, além dos recursos ordinário do Fundo Partidário, em anos eleitorais, haveria um acréscimo bilionário aos partidos. Em 2017, por fim, o Senado brasileiro aprovou um Fundo Especial para financiamento das eleições, com previsão de pagamento de 1,8 bilhões para os partidos políticos.

Gráfico 2: Distribuição percentual entre os partidos (2011-2015) (%).



Fonte: Estatutos Partidários; TSE; Câmara dos Deputados; Senado.

Os critérios de distribuição do Fundo Partidário às legendas estão regulamentados pela LOPP de 1995, e foram objeto de diversas contestações jurídicas ao longo do período. O cálculo efetivo se dá da seguinte forma: 5% do total destacado no orçamento têm como destino todos os partidos, de forma igualitária, enquanto os outros 95% são distribuídos de acordo com as respectivas votações partidárias para a Câmara dos Deputados, nas eleições imediatamente anteriores. Neste sentido, um partido que possua registro no TSE, pode não fazer nenhum voto, mas, mesmo assim, possui direito a uma parcela do Fundo. Considerando a distribuição de 2015 (R\$ 811.285.000,00), cada partido teve direito a cerca de R\$ 1.115.000,00. Seguindo a norma legal, deste montante, as organizações podem concentrar todos os recursos em seu Diretório Nacional, que recebe o valor, excetuando os 20% garantidos para a Fundação de pesquisas do partido e os 5% destacados a política de inclusão de mulheres na política.

Este ponto ainda é tema de debates. Os partidos menores, apesar da grande disparidade financeira em relação aos médios e grandes, beneficiam-se de uma distribuição que não inclui em seu cálculo a força eleitoral. Possíveis mudanças na lei, como a alteração de 5% para 1% da distribuição igualitária, foram derrubadas no STF. E outras decisões judiciais acabaram favorecendo novos partidos. O PSD, surgido em 2011, foi beneficiado por decisão do TSE que considerou que o cálculo da distribuição não deveria ser feito a partir da votação para a Câmara dos Deputados (em 2010, a

organização não existia), mas pela bancada que o partido possuía no momento do cálculo orçamentário (KRAUSE, GERARDI & SCHAEFER, 2017). Neste sentido, como o partido atraiu 54 deputados a suas hostes, conseguiu abocanhar uma fatia generosa do Fundo Partidário já no ano seguinte ao seu surgimento (2012).

No que concerne nosso problema em específico, passamos para um segundo momento. Os partidos recebem os subsídios públicos do Fundo Partidário e não têm obrigação de “passá-los adiante”. Ou seja, por força legal, as Direções Nacionais podem reter o valor todo e não distribuir aos seus respectivos Diretórios Regionais. No entanto, por que alguns partidos distribuem recursos e outros não? Em caso afirmativo, quais são as unidades mais beneficiadas? Há uma relação entre distribuição do dinheiro e força eleitoral? No próximo capítulo, tratamos de descrever o modelo que busca responder estas questões de forma mais detida.

CAPÍTULO 3: Modelo de Análise

Para alcançar os objetivos deste trabalho, trabalhamos com as prestações de contas aprovadas dos 35 partidos políticos brasileiros registrados no TSE, indexadas no site do Tribunal. Estas são realizadas anualmente e têm o intuito de demonstrar as receitas e despesas dos partidos brasileiros. Além de balancetes que versam sobre os respectivos patrimônios partidários, receitas oriundas de doações de pessoas físicas e jurídicas, existem os demonstrativos de distribuição do Fundo Partidário e de outros recursos para órgãos estaduais e municipais. A distribuição interna do Fundo constitui a principal fonte dos dados deste trabalho⁵⁵.

Partimos de dois modelos que são testados ao longo do próximo capítulo e que, por hora, são descritos, a partir de suas variáveis independentes e variável dependente. No primeiro modelo (Tabela 1), consideramos como variável dependente a porcentagem de recursos que os partidos políticos destinaram, a partir de sua Direção Nacional, as suas respectivas unidades estaduais⁵⁶. Abarcando o período de 2011 até 2015, o N total trabalhado foi de 158 casos⁵⁷. A unidade de análise considerada foi os partidos, ao longo dos anos analisados⁵⁸. Em um primeiro momento, trabalhamos com a estatística descritiva no sentido de identificar as médias gerais de distribuição das variáveis, que serão descritas ao longo do texto. No segundo modelo, também consideramos como variável dependente a porcentagem de recursos que a Direção Nacional destinou a suas unidades regionais, no entanto, as unidades de análise são os estados e não os partidos. Para isso fizemos um recorte: trabalhamos com os dados dos partidos que distribuíram algum montante para seus Diretórios Estaduais, no ano de 2014⁵⁹, totalizando 540 casos⁶⁰. Esta divisão de testes

⁵⁵ <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias/demonstrativos-prestacao-de-contas-2015>, acesso em 14 de dezembro de 2016. A obrigatoriedade da inclusão deste item nos balancetes é regulado pelo artigo nº 33, parágrafo primeiro: “(...) discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do fundo partidário”.

⁵⁶ Os repasses a comitês de campanha ou diretórios municipais foram excluídos da análise.

⁵⁷ Contabilizamos todos os partidos e suas respectivas prestações de contas. Em alguns casos, dos partidos fundados antes de 2011, os partidos são contabilizados cinco vezes, em outros, como o caso de Novo, Rede e Partido da Mulher Brasileira (fundados em 2015), o partido é contabilizado uma só vez.

⁵⁸ O período foi escolhido, pois contabiliza todos os 35 partidos que atualmente competem nas eleições.

⁵⁹ Pelo volume de dados, optamos por escolher somente um ano para análise. Trata-se, pois, de um modelo exploratório. Em momento posterior, buscaremos a análise comparativa em maior tempo, possivelmente incluindo outros países na população.

⁶⁰ Dos 32 partidos brasileiros registrados em 2014, apenas 20 distribuíram recursos de sua Direção Nacional para os Diretórios Regionais, são eles: PSD, PR, PP, PMDB, PT, PPL, Solidariedade, PSB, PSDB, PTB, PDT, PPS, DEM, PRB, PV, PTC, PSC, PTdoB, PSOL e PHS.

tem o intuito de apreender distintas dinâmicas. Em primeiro lugar, entender quais são os partidos brasileiros que distribuem recursos do Fundo Partidário. Ou seja, em alguma medida possuem maior grau de descentralização orgânica (RIBEIRO, 2013). Em segundo lugar, apreender quais são os estados contemplados pelos recursos oriundos da Direção Nacional. Como apontamos em nossa introdução, partimos da hipótese de que os partidos obedecem a uma lógica centrífuga de distribuição de recursos, na medida em que possuem mais representantes eleitos e/ou características organizacionais que tendam a descentralização de recursos (FERREIRA, 2002).

Tabela 1: Modelo Multivariado.

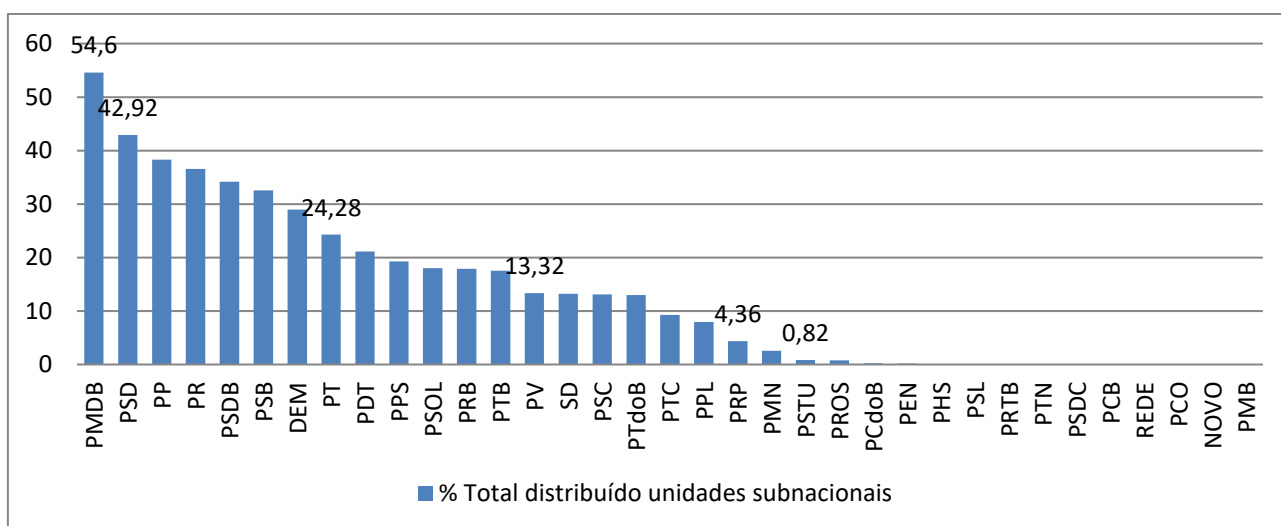
	Variável Dependente	Variáveis Independentes	N Total	Período
Modelo 1	% de recursos que o DN reserva aos respectivos DE's, tomados em conjunto.	<ul style="list-style-type: none"> a) Ideologia b) Previsão estatutária c) Tempo de existência do partido. d) Ano eleitoral e) Tamanho do partido (FP). f) Força Eleitoral g) Centralização Burocrática 	135	2011-2015
Modelo 2	% de recursos que o DN reserva aos respectivos DE's, tomados em separado.	<ul style="list-style-type: none"> a) Estar no Executivo Estadual b) Ter Senador c) Número de deputados federais (ano anterior ao exercício orçamentário). d) Ter candidato ao Governo e) Ter candidato ao Senado f) Candidatos a Câmara dos Deputados (2014; 2010) g) Candidatos a Assembleia Legislativa (2014; 2010). h) Número de filiados i) Diretório ou Comissão Provisória 	540	2014

Fonte: Arretche & Rodden (2004); Ribeiro (2013; 2014); Poguntkpe *et al* (2016).

3.1 Variável Dependente

No que concerne à distribuição de recursos do Fundo Partidário para unidades subnacionais, observando o agregado médio dos anos analisados, constatamos que o PMDB é o partido que mais cede recursos de sua Direção Nacional para as Direções Estaduais. Mais de 50% do dinheiro total recebido pelo partido, ao longo dos quatro anos aqui analisados, foi destinado aos estados. Neste sentido, o dado corrobora a tese de Paiva (2002), acerca do PMDB, mas com outros dados. Qual seja: o centro nacional do partido é permeável às dinâmicas regionais e, ao estilo do antigo PSD (HIPOLITO, 1985), se caracteriza pelo equilíbrio e arbítrio das disputas entre elites estaduais. O segundo partido que mais distribuiu recursos no período é o novo PSD. Surgido em 2011, a organização segue, financeiramente, os passos do PMDB, no sentido de dar maior valor às dinâmicas regionais de disputa. Nos dois partidos, os governadores foram essenciais na gênese organizacional (KRAUSE & GERARDI, 2014; SCHAEFER, 2015), o que implica em maior desconcentração de recursos. Além do mais, parece que os dois se assemelham ao modelo exposto por Wolinetz (2002), de partido *Office-Seeking*, ao menos em nível nacional. Ou seja, é importante, para ambos contar com a máquina pública, em nível estadual apresentando candidaturas e em nível nacional com o partido que está no poder (BORGES, 2015).

Gráfico 3: Distribuição de Recursos (%).



Fonte: TSE (Prestações de Contas).

O PT, partido que no período analisado esteve a frente do Executivo Nacional, apesar de receber mais recursos do Fundo (Gráfico 3), é apenas o oitavo que mais distribui

recursos para os seus Diretórios Estaduais (24,28% em média ao longo dos anos que coletamos os dados).

Apesar de aqui já levantarmos algumas hipóteses, trataremos a seguir de explicitá-las, apresentando o modelo.

3.2 Modelo 1: Variáveis Independentes

3.2.1 Ideologia

O debate acerca das ideologias dos partidos políticos é bastante extenso na Ciência Política, nacional e internacional. Existem os trabalhos que podemos classificar como normativos, que questionam o uso dos conceitos de direita e esquerda no contexto democrático atual (MOUFFE, 2015), bem como os trabalhos de cunho empírico. Metodologicamente, pode-se dizer que existem dois grupos de estudo (no campo empírico): os que consideram a ideologia enquanto variável dependente (TAROUCO & MADEIRA, 2013; POWER & ZUCCO Jr, 2009), e os que consideram a ideologia enquanto variável independente (PERISSINOTO & MIRÍADE, 2009; KRAUSE, DANTAS & MIGUEL, 2010; KRAUSE, REBELLO & SILVA, 2015; SPECK & CAMPOS, 2015). Os primeiros tratam de definir critérios para determinar em que campo ideológico determinados partidos se encontram. Para isso, utilizam indicadores como: comportamento parlamentar em votações, discursos de lideranças, recurso a classificação de *experts*, análise de plataformas eleitorais ou manifestos políticos. O segundo grupo de estudo utiliza a ideologia enquanto variável independente. Seja para explicar o recrutamento político: “os partidos de esquerda recrutam mais trabalhadores manuais e/ou funcionários públicos para suas hostes, comparativamente aos partidos de direita e centro?” (PERISSINOTO & MIRÍADE, 2009). Seja para explicar o comportamento dos partidos no sentido da formação de coligações (KRAUSE, DANTAS & MIGUEL, 2010), ou, após a vitória eleitoral, a formação de coalizões de governo. Assim como, para explicar as distintas fontes de financiamento dos partidos. Em estudo recente, Speck & Campos (2015), tinham como hipótese que os partidos de esquerda seriam mais “avessos” a doações empresariais. No entanto, como puderam perceber, a relação foi inversa. PT e PCdoB, ao longo dos governos Lula e Dilma, receberam mais doações privadas do que os partidos de direita.

No nosso caso, utilizamos a ideologia como variável independente no sentido de perceber se há distinções entre os campos no que concerne a concentração ou dispersão de recursos do Fundo Partidário, desde a Direção Nacional até as Direções Estaduais. Por hipótese, consideramos que os partidos de esquerda tendem a ser mais centralizados que os de direita, e estes mais centralizados do que os de centro. A base deste raciocínio pode ser encontrada em Duverger (1992). O autor francês considera, como expusemos anteriormente, que os partidos de massa tenderiam a ser mais centralizados do que os partidos de quadros. Estes últimos teriam que se adaptar às novas realidades, o famoso “contágio pela esquerda”. O trabalho dele, no entanto, foca-se nos pontos organizacionais dos partidos, suas distintas genéticas e morfologias (PERES, 2009). Para Benevides (1981, p.151): “A teoria de Duverger é pioneira no sentido de desideologizar o princípio da organização e transformá-la em objeto de estudo em si (...)”. Apesar de concordarmos com a autora, o ponto aqui é que mesmo tratando dos partidos enquanto organização, a ideologia aparece como uma variável importante no sentido de observar distintos comportamentos, estratégias e estruturas. Na tabela 2, dispomos os 35 partidos analisados, segundo a literatura corrente (TAROUCO & MADEIRA, 2013; CODATO, BOLOGNESI & ROEDER, 2015; KRAUSE, MIGUEL & MACHADO, 2017).

Tabela 2: Ideologia

Ideologia	Esquerda	PPE ⁶¹	Centro	Direita	PPD ⁶²
Partidos	REDE, PSOL, PCB, PCO, PSDB, PCdoB, PDT, PPL, PSTU, PMDB, PPS, PV, PT, PSB			PROS, PRB, PSC, PTB, SD, DEM, PR, PP, PSD	PRTB, PTN, PSDC, NOVO, PMB, PHS, PMN, PRP, PTC, PTdoB, PSL, PEN
Total	8	4	2	9	12

Fontes: Tarouco & Madeira (2013); Codato, Bolognesi & Roeder (2015).

Optamos pelo critério classificatório que distingue os partidos sem representação parlamentar (ou ínfima representação) dos partidos mais relevantes (SARTORI, 1982), separando os partidos pequenos de direita e de esquerda. Como expomos anteriormente, a hipótese é que os partidos de esquerda são mais centralizados que os de direita, e estes são mais centralizados que os partidos de centro. A ideologia, neste sentido, está

⁶¹ PPE (Pequenos Partidos de Esquerda).

⁶² PPD (Pequenos Partidos de Direita).

imbricada nas características organizacionais e o indicador da distribuição do Fundo Partidário pode nos mostrar isso.

3.2.2 Previsão Estatutária

Os estatutos dos partidos constituem uma fonte importante de análise destas organizações. Apesar de serem documentos formais que, em alguns casos, podem constituir nada mais do que uma espécie de “peça de ficção” (PANEBIANCO, 2005), os estatutos são interessantes, pois são documentos acessíveis aos pesquisadores e, como afirma Ribeiro (2013, p.229), mesmo: “(...) as normas formais importam porque constituem as instituições que regulam a dinâmica intrapartidária, em termos da competição pelos postos dirigentes, das relações entre as instâncias, do controle sobre os recursos organizativos etc.” Em nosso caso, centramos a análise nos artigos dos estatutos que tratam da distribuição interna do fundo partidário, nos 35 partidos analisados no modelo. A questão passa a ser o teste do quanto o formal é seguido na prática.

Os artigos que tratam da distribuição do Fundo Partidário geralmente são encontrados no “Título” dos estatutos, que trata da Contabilidade e das Finanças dos partidos. Alguns destes⁶³, no entanto, não possuem especificações acerca da porcentagem do valor que deveria ser distribuído desde a Direção Nacional até as unidades subnacionais⁶⁴. Este “silêncio”, no entanto, não parece ser um descuido. Como se trata de um importante aspecto da vida partidária, o financiamento, quando não regulado por normas claras, abre espaço para maior ação da Direção Nacional dos partidos. Segundo Campos (2009, p.183): “(...) se os recursos importam para a estruturação partidária [...], é necessário saber quem os manuseia”. Outros partidos, no entanto, possuem critérios flexíveis, como o caso do PR:

Art. 43 - A Comissão Executiva Nacional do Partido da República em conformidade com o disposto na Lei 9096/95, artigo 38 e seguintes, estabelece os seguintes critérios para o repasse de cotas do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) aos Diretórios Regionais/Distrital do Partido da República:
§ 1º - 0,25% sobre o valor creditado ao Diretório Nacional a título de

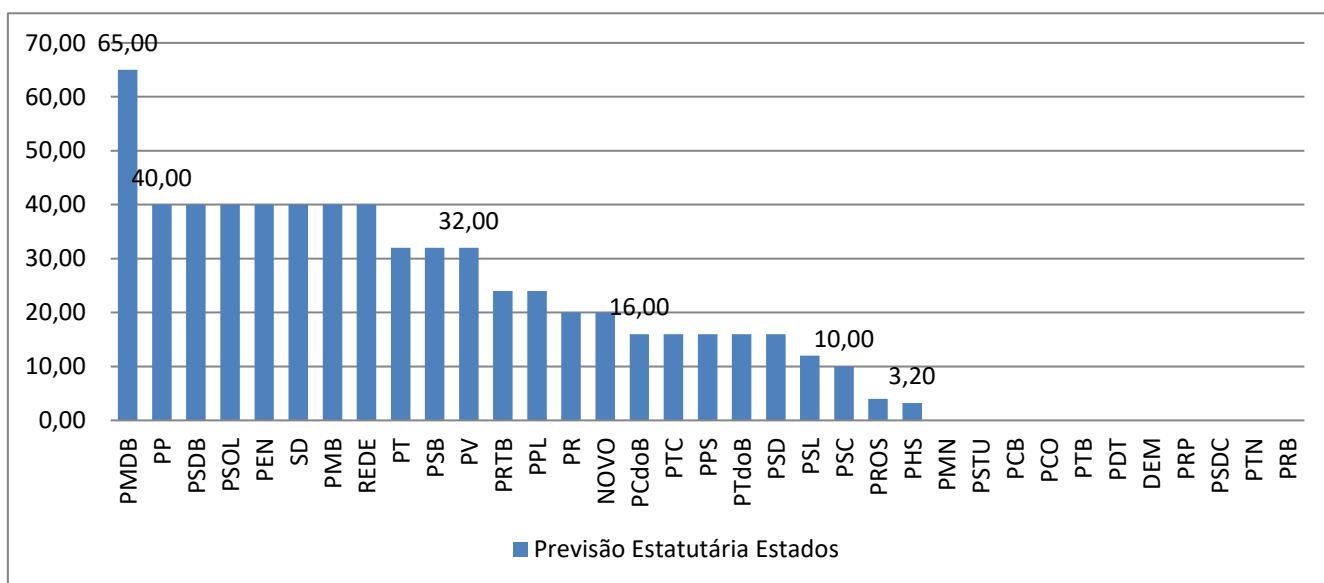
⁶³ PTB, DEM, PDT, PRP, PSDC, PTN e PRB.

⁶⁴ Os artigos dos estatutos estão nos anexos do trabalho.

Fundo Partidário por cada Deputado Federal; § 2º - 20% do valor creditado ao Diretório Nacional a título de Fundo Partidário, dividido na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados; § 3º - Critério político a ser definido pela Comissão Executiva Nacional diante das peculiaridades e objetivos partidários em cada Estado da Federação⁶⁵.

A estratégia, neste sentido, é de “premiação” aos estados em que o partido foi bem eleitoralmente no pleito para a Câmara dos Deputados, elegendo ou não representantes. O documento formal, desta forma, “cristaliza” a estratégia organizacional dos partidos, hipótese que havia sido defendida por Freitas (2009). Para a autora, os partidos brasileiros atrairiam deputados federais com o intuito de incrementar recursos do Fundo Partidário e tempo de televisão (HGPE). Neste caso, como destacamos anteriormente, não há especificação na LOPP da porcentagem de valores que deveriam ser distribuídos do Diretório Nacional para as unidades subnacionais. No entanto, parece que a maioria dos partidos brasileiros distribui algum valor e, isso é importante, de acordo com uma lógica de “reforço” e “premiação” aos estados que forem mais bem-sucedidos eleitoralmente.

Gráfico 4: Previsão Estatutária (Estados).



Fonte: Estatutos Partidários.

Como podemos observar, novamente, é o PMDB que mais garante recursos às suas unidades subnacionais⁶⁶. Seguido, então, por partidos como o PP, PSDB, PSOL, PEN, SD, PMB e Rede (40% cada um).

⁶⁵ Estatuto do Partido da República (PR).

⁶⁶ É importante observar que os 20% destinados as Fundações já foram descontado do valor total.

3.2.3 Tempo de Existência do Partido

A variável do tempo de existência do partido é contínua e entra em nosso modelo pela consideração de que na medida em que um partido permanece competindo eleitoralmente, este tende a se enraizar organizacionalmente nos distintos estados (CARAMANI, 2000). Este enraizamento, com o partido elegendo representantes em vários estados, pode forçar a Direção Nacional a entrar na lógica centrífuga de distribuição de recursos, tornando mais descentralizada a organização financeira.

3.2.4 Ano Eleitoral

Para Downs [1951] (1999), os partidos políticos são: “(...) equipe[s] de homens que buscam controlar o aparato de governo, obtendo cargos numa eleição devidamente constituída”. Apesar de restrita a arena eleitoral, a definição do autor capta uma das funções (ou a função) que diferencia os partidos políticos de outras organizações que agem no sistema político, qual seja: a disputa de eleições (PANEBIANCO, 2005). As democracias liberais, neste sentido, caracterizam-se pela competição, em eleições periódicas e regulares, entre “equipes” distintas que perseguem o mesmo objetivo: tomar o controle do aparato de governo. A teoria de Downs (1999) tem o mérito de tornar operacionalizáveis conceitos que não possuem definições consensuais na Ciência Política moderna, dentre eles o próprio conceito de partido. Definindo-os a partir de sua função diferenciadora, movimentos sociais ou guerrilhas não buscam competir eleitoralmente (JANDA, 1980), os autores vinculados à abordagem econômica da democracia analisam os partidos políticos desde o prisma da disputa em torno de cargos eletivos.

Além da função diferenciadora há, também, um pressuposto implícito de que os partidos buscam ganhar eleições. Tomando de empréstimo a analogia do mercado, Downs (1999) pontua que, assim como empresas que competem em torno de garantir mais lucro, os partidos competem no sentido de garantir mais votos. Apesar de concordarmos com o caráter monopolístico dos partidos no que concerne a disputa eleitoral (PANEBIANCO, 2005), não necessariamente concordamos com o pressuposto de que seja objetivo de todos os partidos: a vitória. Segundo Sartori (2005, p.21): “Mesmo que todos os partidos realizem funções relacionadas ao sistema, o interessante é que nem todos realizam as

mesmas funções. As funções relacionadas ao sistema podem variar de acordo com a própria variação dos sistemas partidários”⁶⁷. Ou seja, não é interessante falar em um objetivo geral dos partidos políticos, desconsiderando distintos contextos históricos e/ou sistêmicos. Apesar de todos os partidos estarem inseridos, num contexto democrático, em um sistema pluralista de competição nem todos podem, e querem, garantir mais votos. Os partidos de massa, do final do século XIX e início do século XX, buscavam cumprir a função de integrar politicamente parcelas da população ao jogo político formal (KIRCHHEIMER, 1966), bem como os partidos verdes europeus da década de 80 cumpriram a função de incluir e normatizar demandas anteriormente excluídas da disputa majoritária. Apesar de ambos os “tipos” partidários competirem eleitoralmente, o resultado final bem-sucedido poderia ser medido não a partir de votos, mas considerando os objetivos específicos da organização partidária.

Não negamos a importância da arena eleitoral para os partidos, mas não restringimos os objetivos destes a vitória. Mesmo que determinadas organizações partidárias não busquem integrar parcelas da população, ou levantar bandeiras antes esquecidas, estas podem intentar alcançar o poder de outros modos. Para Wolinetz (2002), os partidos políticos teriam três variações de objetivos: existiriam aqueles partidos que, nos termos de Downs (1999), competiriam pela vitória eleitoral (*vote-seeking*), adaptando suas estratégias com vias a isto; aqueles partidos que levantariam bandeiras específicas sem ter como preocupação a vitória (*policy-seeking*); e, por fim, aqueles partidos que buscariam compor governos, não lançando candidatos majoritários, mas apostando em outras esferas de poder, tais como a competição sub-nacional ou legislativa, no sentido de se integrarem na coalizão governativa (*Office-seeking*). Ou seja, pode ser interessante para os partidos, de característica *Office-seeking*, lançar candidatos em alguns estados em que a organização é mais forte e tem mais chances, e compor coligações em outros, com partidos que naquele contexto são mais bem-sucedidos. Esta diferenciação é importante: função (competir em eleições) e objetivo (ganhar as eleições, levantar bandeiras específicas e/ou compor governos), e se insere em nosso trabalho como uma ressalva aos efeitos da variável “Ano Eleitoral”.

⁶⁷ “While all parties perform system-related functions, the interesting thing is that they do not all perform the same functions. System-related functions may indeed vary to the same extent that party systems are at variance” (Tradução do autor).

Consideramos que os partidos distribuem mais recursos em anos eleitorais do que anos não eleitorais, não necessariamente por vitórias eleitorais, mas porque as eleições constituem momentos em que os partidos “aparecem” para a sociedade. Apesar de o Fundo Partidário representar uma parcela muito restrita do total do financiamento das campanhas eleitorais brasileiras, principalmente para os maiores partidos, a distribuição desde as Direções Nacionais até as Direções Estaduais constituiria um incremento de recursos importante à competição eleitoral, bem como a manutenção da infraestrutura partidária em alguns estados. Logo, por hipótese, consideramos que, em nível geral, os partidos políticos distribuirão mais recursos nos dois anos eleitorais de nossa amostra (2012; 2014), do que nos demais. Estreitando o raciocínio, consideramos também que, na eleição de 2012, por ser pleito exclusivamente sub-nacional (municípios), representou maior aporte de recursos distribuídos desde a Direção Nacional.

3.2.5 Tamanho do Partido

A partir da distribuição do Fundo Partidário total do período, construímos uma tipologia com quatro tipos partidários⁶⁸: “Nanicos”, Pequenos, Médios e Grandes. Esta variável tem um sentido financeiro: quanto mais recursos, mais se distribui.

Tabela 3: Tipologia partidos, desde a distribuição total do “bolo” do Fundo Partidário

Tipos	Partidos “Nanicos”	Partidos Pequenos	Partidos Médios	Partidos Grandes
Quais?	PCB, PCO, PPL, PRTB, PSTU, PTN, PSDC, PEN, NOVO, PMB, REDE	PHS, PMN, PRP, PSOL, PTC, PTdoB, PROS, PSL	PCdoB, PDT, PPS, PRB, PSC, PTB, PV, SD	PT, PSDB, DEM, PMDB, PR, PSB, PP, PSD
Médias (%)	0,22%	0,79%	3,07%	9,18%

Fonte: Estatutos Partidários; TSE; Câmara dos Deputados; Senado.

Como podemos observar na Tabela 3, há diferenciação nas médias entre os tipos partidários criados, tomados em conjunto.

⁶⁸ A disposição foi feita a partir dos quartis.

3.2.6 Força Eleitoral

Segundo a legislação brasileira, o Fundo Partidário é distribuído seguindo dois critérios: 5% para todos os partidos, de forma equânime, e 95% distribuído a partir da votação do partido na eleição para a Câmara dos Deputados imediatamente anterior. O TSE, no entanto, em resolução de 2012⁶⁹, acabou por considerar que os 95% seriam distribuídos a partir da bancada. Fizemos, então, um teste de correlação de Pearson entre a variável Y (% do total distribuído ao partido – de acordo com o bolo partidário), e X (% do total do Plenário da Câmara dos Deputados controlado pelo partido⁷⁰). O resultado aponta correlação de 0,963 (ao nível de 0,01), indicando fortíssima relação. No entanto, apesar da bancada impactar na distribuição geral do Fundo Partidário, não sabemos se o efeito da bancada é o mesmo na relação com a distribuição aos estados. Dito em forma de questão, os partidos com mais bancada, além de receberem mais recursos, distribuem mais recursos para as suas unidades subnacionais? Por hipótese, consideramos que sim. A força do partido na Câmara dos Deputados possui relação com a distribuição de recursos a unidades subnacionais. A base do raciocínio é o argumento central deste trabalho: partidos maiores, isto é, que disputam eleições de forma competitiva e conquistam cargos, sofrem pressões centrífugas no sentido de distribuírem mais recursos, sendo mais descentralizados organicamente, nas palavras de Ribeiro (2013).

Apesar de considerarmos a força dos partidos na Câmara como um indicador eficiente para medir a força eleitoral dos partidos, também, agregamos mais dois indicadores no sentido de criar uma variável mais completa. Além da porcentagem de domínio dos partidos sobre o Plenário da Câmara, somamos as porcentagens de domínio dos partidos sobre o Plenário do Senado e os Governos de Estado⁷¹. Esta variável possibilita, em nossa visão, um olhar mais refinado sobre a força eleitoral dos partidos e a sua direção tende a ser positiva: quanto maior a força eleitoral, maior a distribuição do Fundo Partidário para os estados⁷².

No Gráfico 5, pontuamos valores da variável.

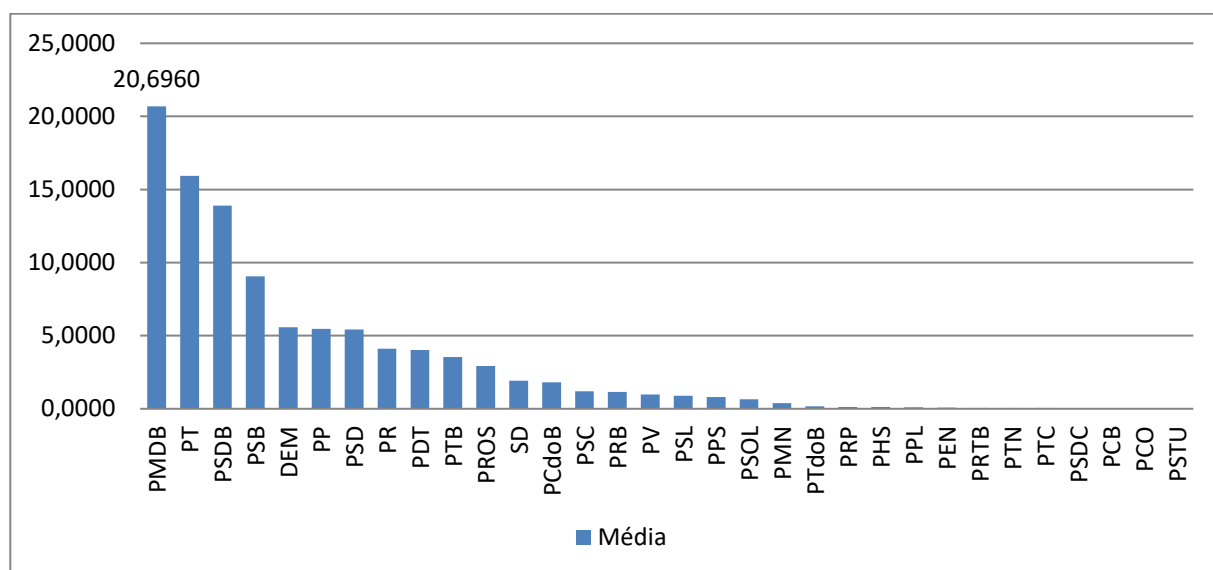
⁶⁹ Ver capítulo anterior.

⁷⁰ Número de deputados que o partido possui no ano de definição do Orçamento (ano anterior), dividido pelos 513 deputados na Câmara.

⁷¹ Divisão do total de cadeiras do Senado que o partido possui sobre o total do Plenário ($x/81$), bem como o total de Governos de Estado que o partido possui sobre o total de governos ($x/27$).

⁷² Cálculo do indicador: % Domínio Câmara + % Domínio Senado + % Domínio Governos de Estado

Gráfico 5: Força Eleitoral (%).



Fonte: TSE.

Como podemos observar, novamente, os três principais partidos brasileiros⁷³ são os maiores em força eleitoral agregada. PMDB, PT e PSDB possuem presença em todos os estados brasileiros e conseguem competir eleitoralmente segundo distintas estratégias (BORGES, 2015) no território nacional.

Além da força eleitoral efetiva, ou seja, os cargos ganhos pelos partidos, testamos uma hipótese alternativa, relacionada à dinâmica eleitoral, como se segue: em 2014, ano de eleições presidenciais, os partidos que tiveram candidatos à Presidência distribuíram menos recursos que os partidos que não lançaram candidatos.

3.2.7 Centralização Burocrática

Nesta última variável, operacionalizamos o conceito de centralização burocrática, descrito no primeiro capítulo do trabalho. Para tal, reunimos os dados das Executivas Nacionais de todos os partidos analisados⁷⁴, afinal são estas as “(...) instâncias decisórias centrais nos períodos entre as convenções e congressos partidários” (RIBEIRO, 2014, p.127). Contabilizamos todos os nomes dos membros das Executivas⁷⁵, classificamos os

⁷³ Pelo menos até o ano de 2014.

⁷⁴ Disponíveis no site do TSE.

⁷⁵ Totalizando 997 nomes, nos 35 partidos.

dirigentes em duas categorias: políticos e não-políticos. Os primeiros foram classificados como mandatários eleitos (em mandato) e ex-mandatários (nos três níveis), os segundos são os demais, podendo ser dirigentes exclusivos da máquina partidária, ou terem ocupado cargos não-eletivos na administração pública. Esta categorização visa medir o impacto da face pública (externa) do partido sobre a face interna (dirigentes sem histórico de ocupação de cargos eletivos)⁷⁶. Atribuindo valor negativo (-1,00) aos políticos, e zero⁷⁷ para os demais, esperamos que a relação seja negativa. Ou seja, quanto maior o peso face pública do partido no principal órgão de decisão nacional maior será o volume de recursos distribuídos para as unidades subnacionais. Teoricamente, esta relação justifica-se por meio do raciocínio de lógica centrífuga: partidos com mais mandatários eleitos e, por consequência, com mais mandatários nas Executivas Nacionais, tendem a sofrer pressões no sentido da descentralização de recursos. Assim, a Direção é mais permeável aos interesses das elites regionais. Podemos supor um exemplo acerca deste fato: um partido com dez deputados federais e dois senadores, inclui os mesmos em suas Executivas, os distritos que elegem os congressistas são os estados, e não o país, então, qual seria o incentivo para que estes mantivessem os recursos represados na Executiva Nacional? De um ponto de vista racional, qual o ganho prático desta estratégia? Em termos hipotéticos, nenhum. Logo, seria interessante distribuir os recursos para os estados, “prestigiar” as elites regionais, ao invés de manter os recursos estruturados desde uma dinâmica não tão favorável. Excetuando-se o PSD, também, poderíamos esperar alta correlação entre o tempo de existência dos partidos e sua dinâmica eleitoral. Afinal de contas, apesar das críticas ao sistema partidário brasileiro (AMES, 2003; MAINWARING, 1996), eram os partidos mais velhos que concentravam as maiores votações.

Todas as variáveis independentes incluídas no modelo podem ser lidas enquanto hipóteses, e as descrevemos como tal. Estas visam identificar as distintas dinâmicas de centralização/descentralização dos partidos brasileiros, segundo os conceitos analisados no primeiro capítulo. Podemos esperar, também, que existam altos graus de colinearidade em diversas variáveis, principalmente quando as analisarmos em conjunto. Afinal de contas, a dinâmica eleitoral está fortemente associada aos valores recebidos pelos partidos do Fundo Partidário, bem como com a composição das Executivas. Lido de outra maneira:

⁷⁶ Por razões do argumento, e do tempo exíguo de realização do trabalho, não incluímos na categoria políticos os dirigentes que ocuparam cargos não-eletivos na administração pública (nos três níveis federativos).

⁷⁷ Calculamos, então, os valores de média, considerando todos os dirigentes na Executiva do partido.

partidos mais fortes eleitoralmente tendem a receber mais recursos, bem como terem mais mandatários (e ex-mandatários) em suas Direções Nacionais.

3.3 Modelo 2: Variáveis

O primeiro modelo que apresentamos visa responder a questão: “quais as variáveis que explicam por que alguns partidos distribuem recursos e outros não?”. A unidade analisada foi o partido, no objetivo de observar, em um *continuum*, os partidos mais centralizados financeiramente e os partidos mais descentralizados. Neste segundo modelo, tratamos de investigar se há variação na distribuição de recursos do Fundo Partidário entre as unidades subnacionais dos partidos. Logo, a pergunta a ser respondida é a seguinte: “quais variáveis explicam por que alguns estados recebem mais recursos das Direções Nacionais do que outros?”.

Campos (2009), em trabalho de análise sobre a distribuição interna de recursos do Fundo Partidário de nove partidos brasileiros⁷⁸, entre os anos de 2003 a 2006, verificou que existiam distinções entre o montante percentual de recursos despendidos desde a Direção Nacional até as Direções Estaduais, considerando todos os estados. PT, PSDB, PFL (Atual DEM), PDT, PTB e PSB distribuíram desigualmente os valores, privilegiando determinadas regiões do país em detrimento de outras, enquanto o PMDB distribuiu recursos igualmente entre os estados. Apesar do trabalho do autor ser de extrema importância para a análise aqui empreendida, os dados coletados acabam por ficar no nível descritivo, sem explicações sobre estas diferenças entre partidos, e, mesmo, dentro dos partidos. Desta forma, reforçamos a questão inicial, com um acréscimo: “quais variáveis explicam por que alguns estados recebem mais recursos do que outros? E, analisando esta variância, qual a força destas relações?”.

De maneira agregada, buscamos identificar quais as variáveis que possuem relações significativas com a distribuição do Fundo Partidário. O cálculo das elites partidárias nacionais, neste sentido, pode ser de viés eleitoral: os Diretórios mais bem-sucedidos eleitoralmente na eleição anterior (2010), são “premiados” com fatias mais generosas do Fundo Partidário. Este tipo de distribuição segue uma direção que, por falta de melhor nome, chamaremos de “lógica de reforço”. Neste sentido, os partidos

⁷⁸ São eles PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PDT, PFL (Atual DEM), PL (Atual PR), PTC.

premiariam os estados em que a presença organizacional é mais forte, bem como sua representação, tomando todos os estados em conjunto. Logo, o raciocínio seria o seguinte: o partido A possui uma bancada na Câmara Federal que totaliza 10 deputados. No estado X, o partido possui dois deputados. Então, o estado X representa 20% da bancada federal do partido A. Se a “lógica de reforço” fosse o imperativo do relacionamento entre a Direção Nacional partidária e as subunidades, poderíamos esperar que o partido enviasse para a Direção do estado X 20%, ou número próximo, do total distribuído a todos os estados. Em um exercício hipotético, o mesmo partido distribuiu o valor total de R\$ 1.000.000,00 desde sua Direção Nacional no agregado dos estados, R\$ 200.000,00 (20%) iriam, então, para o estado X.

Para testarmos a “lógica de reforço”, consideramos o número de votos e candidatos que o partido teve em 2010, para a Câmara Federal e respectivas Assembleias Legislativas, em cada estado, bem como os votos e candidatos de 2012, nas eleições municipais. Contabilizamos também a porcentagem de filiados no estado em questão em relação ao total de filiados do partido. Estas variáveis buscam indicar o grau de representação dos partidos em cada estado⁷⁹, considerando-se o raciocínio acima descrito. Ou seja, calculamos do total de candidatos à Câmara Federal lançados pelo partido em 2010, quantos % foram lançados no estado em questão. Como variáveis dicotômicas, testamos as diferenças de médias de distribuição em estados em que o partido esteve organizado enquanto Diretório, e não Comissão Provisória, bem como se lançou candidato ao Senado e a governadoria, em 2010⁸⁰, e se tem Senador e/ou Governador no estado. A lógica de reforço, então, é baseada na ideia de que as Direções Nacionais premiam os estados em que o partido já é forte eleitoralmente, e organizacionalmente, desconsiderando-se outros fatores, tais como: a dimensão do eleitorado, o nível de competitividade da política estadual, ou mesmo os candidatos lançados em 2014.

Em um segundo momento, testamos o que pode ser chamado de “lógica de investimento”, considerando como variáveis independentes os candidatos lançados à Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Senado e Governadorias na eleição de 2014. E, por fim, se os partidos distribuem recursos em estados menos competitivos. Operacionalizando esta variável desde o nível de volatilidade eleitoral no estado, a

⁷⁹ São variáveis contínuas.

⁸⁰ Três partidos não são contabilizados em 2010, porque não competiram. São eles: PPL, PSD e Solidariedade. Este último também não concorreu em 2012.

proporção de eleitores, o quociente eleitoral e o Número Efetivo de Partidos (NEP), esperamos encontrar uma correlação positiva. Dito de outra forma, estados com baixo quociente eleitoral para a Câmara dos Deputados, alta volatilidade, e número alto de partidos representados na eleição anterior poderia ser o destino ideal para os recursos partidários.

Carlson (2010), em trabalho referenciado anteriormente, apontou que as elites partidárias do Japão, em âmbito nacional, buscam distribuir recursos de maneira equânime para os distintos distritos. O único critério de diferenciação seria o nível de disputa, se majoritário mais recursos, se proporcional menos. Adaptando os achados do autor em forma de hipótese, para nosso caso, consideramos que os estados em que o partido lança candidatos majoritários (Senado e/ou Governador), serão mais beneficiados na distribuição de recursos do Fundo Partidário.

É importante frisar, no entanto, que excetuando a variável “filiados”, todas as nossas hipóteses são concernentes a arena eleitoral. Neste sentido, há uma limitação no escopo do trabalho. O caráter exploratório do mesmo, no entanto, permite esta digressão, com o adendo de que, ainda por cima, trabalhamos com dados quantitativos e comparações baseadas em variáveis (RAGIN, 1987). Buscamos ver o todo, geral, no sentido de entendermos padrões de distribuição geográfica de recursos no caso brasileiro. Na medida em que apresentamos os resultados, incluímos informações que visam superar a limitação dos números.

Outra questão importante é que consideramos, neste modelo, os partidos enquanto sistemas, tal qual Sartori, em que as disputas internas muitas vezes não vêm o público. Os dados eleitorais, neste sentido, possibilitam uma vantagem por estarem acessíveis. As lógicas descritas (Reforço e Investimento), estão ancoradas no raciocínio proposto por Arretche & Rodden (2004). Para os autores, o cálculo de distribuição de recursos, considerando-se possíveis estratégias eleitorais, pode ser baseado na ideia de: “(...) investir nas regiões onde os líderes partidários sabem que seu apoio é mais forte (...) [ou] (...) eleger como distritos preferenciais aqueles nos quais um número expressivo de eleitores indecisos poderia ser conquistado” (ARRETCHÉ & RODDEN, 2004, p.550). O teste das variáveis descritas acima possibilita um olhar específico sobre os dados.

Em um segundo momento, tratamos de observar a nacionalização financeira dos partidos brasileiros. Neste sentido, partimos do conceito de nacionalização partidária,

descrito anteriormente, na tentativa de apreender a lógica de distribuição do Fundo Partidário. Partidos nacionalizados, considerando este indicador, seriam aqueles que distribuem os recursos de maneira mais equânime entre suas unidades subnacionais. Segundo Leiras (2009, p.210): “El término “nacionalización” designa, genéricamente, la variación interdistrital en los patrones de organización partidaria y comportamiento electoral. Cuanto más pequeña es esa variación, tanto más nacionalizado está el sistema de partidos”. Ou seja, se há pequena variação no montante de recursos despendidos, os partidos podem ser considerados nacionalizados. Como exemplo: o partido A recebeu, em 2014, R\$ 1.000.000,00 como cota referente ao Fundo Partidário. A Direção Nacional do partido X, então, retém os 20% destinados à sua Fundação e distribui para os Diretórios Regionais a soma de R\$ 700.000,00 (70%). Pode-se considerar, sob este ângulo, que o partido é bastante descentralizado, no que concerne a distribuição dos recursos públicos.

O modelo 1, descrito anteriormente, daria conta de analisar quais as variáveis independentes teriam maior impacto. Em um segundo momento, no entanto, desagregamos a porcentagem do valor total distribuído (70%), considerando as 27 unidades federativas. Queremos observar o grau de variação na distribuição dos estados. As lideranças nacionais do partido X, então, distribuem, durante o exercício financeiro do ano de 2014, os R\$ 700.000,00 (100%), para apenas um Diretório Regional. O desvio padrão, medida utilizada para indicar a dispersão dos dados em torno da média amostral, é, neste caso, de 19,25. Ou seja, há dispersão considerável na amostra entre as doações que os estados receberam da Direção Nacional. Em termos de comparação, um partido que distribuiu recursos de forma igualitária para todos os 27 estados (3,70%), terá um desvio padrão de 0,00. Seguindo o conceito de Leiras (2009), quanto menor a variação maior a proporcionalidade da distribuição e maior a nacionalização (neste caso, financeira) dos partidos.

O desvio padrão, no entanto, não é o melhor indicador para o teste da nacionalização. Neste sentido, tratamos de operacionalizar o Coeficiente de Regionalização Partidária (CRP)⁸¹, descrito por Golosov (2014). O CRP é utilizado para medir a nacionalização dos partidos a partir da arena eleitoral. Utilizamo-lo no sentido de medir a dimensão financeira da nacionalização. Esperamos que o nível de nacionalização financeira dos partidos esteja fortemente correlacionado com a quantidade de recursos

⁸¹ CPR (Coefficient of party regionalization), no original.

recebidos nacionalmente e distribuídos regionalmente. Ou seja, partidos que recebem mais recursos (por serem maiores), irão distribuir mais recursos para os estados (em nível agregado), e esta distribuição será mais proporcional. Partidos que recebem menos recursos, irão distribuir menos recursos e esta distribuição será estrategicamente focalizada nos poucos estados em que o partido possui representantes ou possibilidade de elegê-los. Trata-se de um argumento próximo ao que foi proposto por Borges (2015). Segundo o autor, os partidos brasileiros se organizariam em quatro tipos de estratégias, no que concerne a nacionalização eleitoral, em suas dimensões horizontal (integração entre estados) e vertical (integração entre níveis de governo):

- A presidencialização seria uma estratégia verticalizada, em que o partido coordenaria seus esforços submetendo a arena regional a nacional: como exemplo podemos citar a coordenação eleitoral de PT e PSDB nas últimas eleições presidenciais.
- A presidencialização regional visaria, sobretudo, o fortalecimento de bases regionais, o que ocasionaria votações heterogêneas ao longo dos distritos: caso de uma candidatura a presidência fortemente identificada com bases regionais específicas, como a de Eduardo Campos em 2014.
- A provincialização nacional se caracterizaria: “(...) por combinar a priorização de disputas ao governo estadual e a busca de expansão territorial do partido” (BORGES, 2015, p.660). Este nível de coordenação possibilitaria heterogeneidade de alianças, com o partido no estado apoiando candidatos distintos a presidência (caso do PMDB).
- A provincialização regional seria: “(...) uma estratégia de cunho defensivo e de escopo territorial limitado, que envolve a manutenção das bases eleitorais de um partido de expressão regional” (BORGES, 2015, p.660). Este é o caso de PP, PTB e PDT, por exemplo.

A tipologia de estratégias proposta por Borges é útil em nossa análise, mas é importante frisar que tratamos de outra dimensão da vida partidária. Apesar de concordarmos com o argumento da coordenação eleitoral e seus efeitos sobre o sistema, consideramos que a distribuição dos recursos do Fundo Partidário constitui uma dimensão mais “controlável”. Dado que as eleições são imprevisíveis, ou deveriam sê-lo (DAHL, 1971), podemos considerar que a estratégia de distribuição de recursos pode nos permitir

um olhar mais acurado sobre a fisionomia organizacional dos partidos, no aspecto do relacionamento entre a elite nacional e as elites estaduais.

Trabalhamos, portanto, com uma tipologia alternativa à proposta por Borges (2015), conjugando os dois conceitos operacionalizados neste estudo. Descrevemos a mesma no quadro oito.

Quadro 8: Tipologia

		Descentralização			
		Sim		Não	
Nacionalização	Sim	TIPO	I	TIPO	II
		Nacionalizados/Descentralizados		Nacionalizados/Centralizados	
	Não	TIPO	III	TIPO	IV
		Regionalizados/Descentralizados		Regionalizados/Centralizados	

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Borges (2015).

Os casos mais “comuns”, por hipótese, serão o tipo I e o tipo IV. No primeiro caso, os partidos distribuem mais recursos as suas unidades regionais, no nível agregado, e esta distribuição se dá de maneira bastante homogênea. No outro caso, o partido retém mais recursos na Direção Nacional e o montante exíguo é distribuído em somente alguns dos estados. Os demais tipos serão:

- II: Partidos que retém mais recursos na Direção Nacional, mas repartem de forma mais ou menos equânime os recursos que dali saem.
- III: Partidos distribuem montante considerável aos Estados, mas esta distribuição se dá de forma concentrada.

Com o intuito de trazer um aporte maior de informações, triangularemos os dados. Ou seja, após a análise estatística e a identificação de padrões, partiremos para a análise mais detida dos casos que “simbolizam” os tipos teoricamente descritos. Os dois modelos, neste sentido, servem como “guia” ao teste de hipóteses e operacionalização dos conceitos, sendo os resultados apontados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: Análise de Resultados

Neste capítulo, discutimos os resultados dos modelos anteriormente descritos. Tratamos de observar quais variáveis impactam de maneira significativa na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Primeiramente, o intuito é identificar quais os partidos brasileiros que distribuem recursos do Fundo Partidário para suas unidades subnacionais (descentralizados), e quais retém os mesmos em suas respectivas Direções Nacionais (centralizados). Depois, buscamos investigar a lógica desta distribuição, com o objetivo de verificar quais estados são beneficiados no recorte do “bolo” do Fundo e quais não são, bem como tratamos de considerar a proporcionalidade e/ou desproporcionalidade de distribuição de recursos.

4.1 Modelo 1: Quais partidos centralizam recursos e quais não?

O conceito de centralização geográfica foi por nós operacionalizado a partir do indicador de distribuição do Fundo Partidário. Seguindo este raciocínio, partidos que concentram mais recursos na Direção Nacional são mais centralizados financeiramente (RIBEIRO, 2013; POGUNTKE *et al*, 2016). Descrevemos no capítulo anterior as médias desta distribuição. Estas apontam que PMDB, PSD e PP foram os partidos que, em média, no período analisado, descentralizaram mais recursos, enquanto PCO, PCB e PSDC foram os partidos que mais os centralizaram⁸², em média.

Testamos, a partir da Correlação de Pearson, a relação entre as variáveis contínuas de nosso modelo. A Correlação de Pearson, segundo Schield (1995), não diferencia variáveis independentes de dependentes. Neste sentido, não visa a busca de causalidades, mas sim de relações. Como apontam Figueiredo Filho & Silva Jr (2009, p.118):

Em termos estatísticos, duas variáveis se associam quando elas guardam semelhanças na distribuição dos seus escores. Mais precisamente, elas podem se associar a partir da distribuição das frequências ou pelo compartilhamento de variância. No caso da correlação de Pearson (r) vale esse último parâmetro, ou seja, ele é uma medida da variância compartilhada entre duas variáveis.

⁸² Ver Gráfico 3.

Ou seja, com este teste buscamos observar quais as variáveis que estão relacionadas em nosso modelo. Como podemos observar na tabela 4, os resultados confirmam as expectativas, com graus diferenciados. As relações entre o percentual distribuído às unidades subnacionais do partido e as variáveis selecionadas são significativas. No entanto, existem distinções entre a “força” destas relações. Seguindo os critérios de Dancey & Ready (2005), podemos afirmar que a Centralização burocrática e a Força Eleitoral do partido são variáveis fortemente relacionadas ao percentual de recursos distribuídos aos Diretórios Estaduais. Enquanto que as demais variáveis possuem relações moderadas, ou fracas. A Previsão Estatutária, por exemplo, constitui uma relação moderada. A última variável (tempo de existência), possui correlação fraca, porém ainda assim significativa. O partido pode ser antigo, mas ter pouca relevância eleitoral e, conseqüentemente, pouco volume de recursos, logo, distribui muito menos recursos para as suas unidades subnacionais.

Tabela 4: Correlação de Pearson (R²) – Centralização

		% Total distribuído unidades subnacionais	Previsão Estatutária Estados	Força Eleitoral – Indicador	Tempo de Existência
Previsão Estatutária Estados	Pearson	,576**⁸³	1		
	Correlation				
	Sig. (2-tailed)	,000			
Força Eleitoral – Indicador	Pearson	,675**	,663**	1	
	Correlation				
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		
Tempo de Existência	Pearson	,183*	,183*	,453**	1
	Correlation				
	Sig. (2-tailed)	,025	,025	,000	
Centralização Burocrática	Pearson	-0,772**	-0,502**	-0,802**	-0,422**
	Correlation				
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000

Fonte: TSE.

⁸³ Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).**

Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).*

É necessário observar, também, que existem correlações significativas entre as demais variáveis, o que já era esperado. Afinal de contas, partidos fortes eleitoralmente terão mais mandatários em suas Executivas, o que representa menor grau de centralização burocrática.

Apesar da Correlação de Pearson não apontar causalidade entre as variáveis, há uma questão temporal que deve ser considerada na análise ($t - 1$). Todas as variáveis testadas são anteriores a distribuição do Fundo Partidário. A Previsão Estatutária, Força Eleitoral, Existência e formação das Executivas Nacionais são definidas antes da distribuição do Fundo. O escore desta última variável, no entanto, é interessante também porque corrobora, com outros dados, teses levantadas por autores temporalmente bastante diferenciados, como Duverger (1992) e Van Biezen (2000), quais sejam: os partidos, na medida em que cedem controle de suas estruturas internas aos mandatários, tendem a se tornar menos centralizados, tendo este processo relação com a própria manutenção da unidade organizacional.

Os recursos constituem incentivos seletivos (materiais), que são distribuídos desigualmente no interior da organização (PANEBIANCO, 2005, p.18). É possível supor que uma Executiva Nacional “colonizada” por mandatários será mais maleável a interesses e pressões dos grupos que constituem o partido do que uma Executiva controlada por funcionários com carreiras vinculadas a organização. Para Panebianco (2005, p.61): “(...) o que os líderes procuram obter não é somente a participação, mas um consenso que lhes deixe uma margem de manobra a mais ampla possível”. Na busca de consensos serão necessárias concessões, e parece mais crível que elites estaduais com maior poder eleitoral terão mais capacidade de barganha por recursos, em nível nacional, ou mesmo “empurrarão” a porta para adentrar nas Executivas. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Quanto as variáveis dicotômicas, os resultados também confirmam nossas hipóteses. Os partidos de centro e de direita tendem a distribuir mais recursos aos estados do que os partidos de esquerda e os pequenos partidos (direita e esquerda). O tamanho das organizações também segue a relação esperada, existindo grandes diferenças entre os “nanicos” e pequenos, como entre estes e os médios, e grandes. Em anos eleitorais (2012; 2014), também os partidos despenderam mais recursos desde a sua Direção Nacional até as Direções Estaduais, como no ano de 2012, em que ocorreram eleições municipais, a proporção de recursos distribuída foi consideravelmente maior.

Tabela 5: Diferença de Médias Centralização

Variável	Indicador	Média	Desvio Padrão
Ideologia	<i>Centro</i>	44,38	13,02
	<i>Direita</i>	26,79	17,67
	Esquerda	18,40	11,04
	PPD	3,06	7,20
	PPE	2,20	6,89
Tamanho dos Partidos	Partidos “Nanicos”	1,18	5,06
Partidos	Partidos Pequenos	6,44	9,20
	Partidos Médios	18,24	15,35
	<i>Partidos Grandes</i>	35,63	13,58
Ano Eleitoral	Não	13,23	15,79
	<i>Sim</i>	18,22	19,07
Ano	2011	14,68	18,11
	<i>2012 (Eleição Local)</i>	21,07	20,36
	2013	13,56	15,08
	2014	15,56	17,68
	2015	11,71	14,65
Candidato	<i>Sim</i>	10,21	12,39
Presidencial⁸⁴	Não	17,98	19,39
Média Total		15,29	17,34

Fonte: TSE.

Outro dado importante, a ser extraído da tabela, são os resultados do desvio padrão. Para quase todas as variáveis, os escores foram elevados, o que indica grande variabilidade nas médias. Por exemplo, partidos de direita distribuíram em média 26,79% dos recursos do Fundo Partidário. No entanto, o escore de 17,67 do desvio padrão demonstra que existem organizações que distribuíram muito mais ou muito menos do que o valor médio. Enquanto o PROS, em 2015, distribuiu apenas 2% dos recursos totais recebidos para as suas unidades subnacionais, o PSD, no mesmo ano, distribuiu mais de 40% de seus recursos. A variável interveniente, neste sentido, parece ser o tamanho dos partidos. Por ser pequeno⁸⁵, o primeiro tem a estratégia de manter os recursos represados em sua Direção Nacional, enquanto o segundo, como partido grande, tem a tendência de distribuir mais recursos.

⁸⁴ Referente somente ao ano de 2014.

⁸⁵ E receber menos recursos.

Quanto a ideia de que os partidos que lançam candidatos à presidência concentram mais recursos na Direção Nacional do que os partidos que não lançam, os dados demonstram que existem diferenças de médias, no nível agregado. No entanto, quando comparamos os partidos com eles mesmos, ou seja, nos anos em que não houve eleição presidencial, não existem diferenças significativas. Os menores: PCB, PCO, PRTB, PSDC, não distribuíram recursos em nenhum ano, como o PSTU, que em 2012, distribuiu cerca de 4% do total de recursos⁸⁶. Quanto aos partidos médios e maiores, não existem distinções significativas nos valores, e em alguns casos o ano de 2014 representou, inclusive, mais repartição de valores. Desta forma, podemos observar que o dado, no agregado, permite-nos fazer somente uma afirmação: partidos com candidatos à presidência tendem a distribuir menos recursos para os Diretórios Estaduais do que os partidos que não têm candidato à presidência, no ano eleitoral, ao nível agregado. Entretanto, estes resultados devem ser lidos com parcimônia, dado que existem variáveis intervenientes, como o tamanho e a ideologia.

Como último teste do modelo, rodamos duas análises de regressão linear múltipla com o intuito de observar, no conjunto, a força de nossas hipóteses iniciais. A primeira análise contém as variáveis contínuas que testamos na Correlação de Pearson. Incluímos as variáveis passo por passo, gerando quatro modelos. Este procedimento visou analisar o efeito da variável independente (**x**) **centralização burocrática**, sobre a variável dependente (**y**) **porcentagem de recursos distribuídos aos estados**, isolada e em interação com as demais variáveis. Como colocamos anteriormente, apesar de existir uma questão temporal que é significativa na análise de correlação, esta não possibilita o teste de causas, mas somente relações.

Os modelos explicaram, respectivamente, 60%, 61%, 63% e 63% da variância (R^2). Estes números indicam um teste robusto. No primeiro modelo, podemos observar que o efeito da centralização burocrática sobre a distribuição de recursos é significativo e demonstra que cada unidade acrescida na centralização burocrática tem um efeito negativo de 83,23 sobre a distribuição de recursos. O coeficiente de Beta, nos permite afirmar que cada unidade de desvio padrão em que cresce a centralização burocrática, o percentual distribuído da Direção Nacional para os estados decresce 0,77 unidades.

⁸⁶ R\$ 29.300,00. Distribuídos para os Diretórios do Pará e do Rio Grande do Norte.

Tabela 6: Regressão Linear (Variáveis Contínuas).

Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	T	Sig.
		B	Desvio Padrão	Beta		
1	(Constante)	87,05	4,85		17,96	0,00
	Centralização Burocrática	-83,23	5,47	-0,77	-15,21	0,00
2	(Constante)	70,87	7,78		9,10	0,00
	Centralização Burocrática	-68,36	7,81	-0,63	-8,76	0,00
	Força Eleitoral	6,53	2,49	0,19	2,63	0,01
3	(Constante)	57,71	9,57		6,03	0,00
	Centralização Burocrática	-57,74	8,97	-0,54	-6,44	0,00
	Força Eleitoral	7,29	2,47	0,21	2,95	0,00
	Previsão Estatutária Estados	0,17	0,07	0,14	2,31	0,02
4	(Constante)	62,68	10,12		6,19	0,00
	Centralização Burocrática	-60,50	9,13	-0,56	-6,62	0,00
	Força Eleitoral	7,88	2,50	0,23	3,15	0,00
	Previsão Estatutária Estados	0,15	0,07	0,13	2,10	0,04
	Tempo de Existência	-0,14	0,10	-0,08	-1,46	0,15

Fonte: TSE.

Nos demais modelos, mesmo com a inclusão de mais variáveis independentes, a força da centralização é maior. As demais variáveis também são significantes. Acréscimo na força eleitoral do partido representa maior volume de recursos distribuídos, assim como a previsão estatutária. O tempo de existência é, ao fim, a única variável sem significância estatística.

O teste de regressão com variáveis dicotômicas apresentou modelos menos robustos (R^2 : 3%, 4%, 24%), bem como as próprias variáveis não tiveram a significância esperada. Apesar de constarmos diferença em relação as médias, ano eleitoral e esquerda, por exemplo, não parecem prever a porcentagem de recursos a serem distribuídos. Enquanto que somente a classificação de partido “Nanico” apresentou significância. Os escores dos coeficientes indicam que estes partidos tendem a distribuir 18,5% de recursos a menos que todos os demais.

Tabela 7: Regressão Linear (Variáveis Dicotômicas).

Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Desvio Padrão	Beta		
1	(Constante)	12,151	1,736		7,001	,000
	Ano eleitoral	6,074	2,771	,173	2,192	,030
2	(Constante)	11,078	1,868		5,929	,000
	Ano eleitoral	6,039	2,759	,172	2,189	,030
	Esquerda	4,903	3,244	,119	1,511	,133
3	(Constante)	17,250	1,923		8,969	,000
	Ano eleitoral	6,039	2,459	,172	2,456	,015
	Esquerda	-1,269	3,048	-,031	-,416	,678
	Partidos "Nanicos"	-18,515	2,887	-,473	-6,413	,000

Fonte: TSE.

Os resultados confirmam nossas hipóteses, mas em graus diferenciados. A variável que apresentou maior força no relacionamento foi a centralização burocrática, isto é: partido com mais “funcionários de carreira” enquanto dirigentes, ou simplesmente menos mandatários e ex-mandatários, tendem a concentrar mais recursos na Direção Nacional. Isso explica, por exemplo, porque o PT, apesar da força eleitoral, distribui menos recursos do que partidos que são menores. O partido, que nasceu de “fora” do Parlamento (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991), constitui a primeira Executiva Nacional com número minoritário de dirigentes eleitos, ou ex-mandatários⁸⁷. Ao longo do processo de crescimento eleitoral do partido, a Executiva foi sendo “invadida” por eleitos, “parlamentarizando-se” (RIBEIRO, 2009; 2014). Mesmo assim, o partido é exceção, entre os maiores partidos nacionais, tendo um número maior de “burocratas” em sua instância superior. Para Ribeiro (2014, p.232):

A presença de mandatários e ex-mandatários nas executivas petistas aumenta na medida em que o partido avança eleitoralmente, sobretudo nos anos noventa (...). No início do governo Lula há um refluxo na presença de ocupantes de cargos eletivos: vários políticos deixaram a cúpula da sigla para assumir cargos no governo federal, deixando o PT sob o comando de dirigentes de perfil burocrático, que tinham um longo histórico de dedicação exclusiva às máquinas partidária e sindical (e que seriam derrubados pelos escândalos de 2005-2006). A principal diferença do PT em relação a PSB e PDT reside na presença bem maior

⁸⁷ A primeira composição (1980), teve 10% de mandatários, segundo Ribeiro (2009, p.212).

de dirigentes sem qualquer histórico de ocupação de cargos públicos, eletivos ou comissionados (...).

Neste sentido, a origem do partido explica, em grande parte, seu desenvolvimento (DUVERGER, 1992). O perfil originário externo do PT, o caminho de oposição tomado desde o surgimento até a conquista do poder em 2002, a composição de seus órgãos dirigentes, e o arranjo intrapartidário, constituem uma exceção no caso dos partidos brasileiros (HUNTER, 2006). Mesmo com a mudança das Executivas, o partido manteve o caráter centralizado nas finanças e, neste ponto, podemos observar a relação entre as duas variáveis. O caso do PT, apesar de tudo, não é isolado. Na tabela 8 pontuamos os valores médios de centralização burocrática de acordo com as ideologias. O índice varia de 0 a 1, como pontuamos anteriormente, com os valores mais próximos a 1 indicando maior controle da face “privada” sobre a face pública, e o oposto indicando uma tendência a parlamentarização (mistura entre as duas faces). Podemos observar que há um *continuum* entre o centro (PSDB e PMDB), até os Pequenos Partidos de Esquerda (PSTU, PCO e PCB). A centralidade de burocratas está, então, relacionada a ideologia, e a descentralização dos recursos do Fundo Partidário.

Tabela 8: Burocratização.

Ideologia	Média	Desvio Padrão
Centro	,4900	,06325
Direita	,7612	,11843
Esquerda	,8471	,08940
PPD	,9980	,00601
PPE	1,0000	0,00000
Total	,8713	,15979

Fonte: TSE.

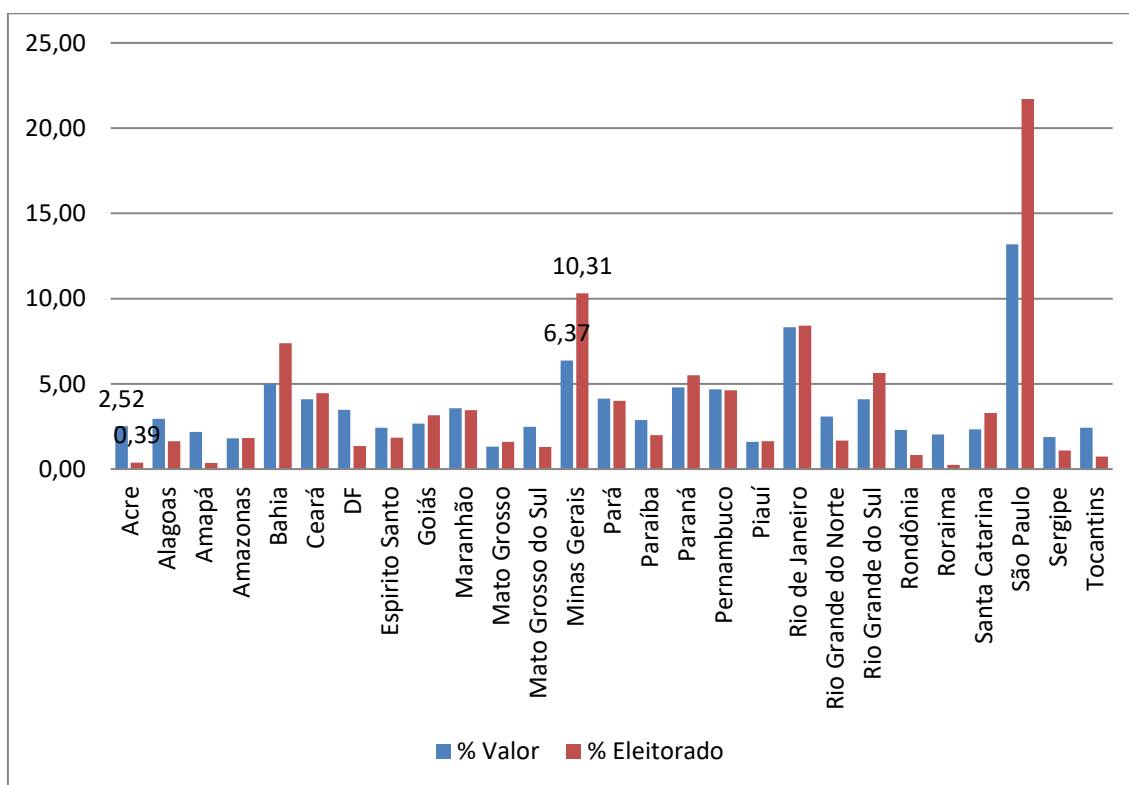
4.2 Modelo 2: Nacionalização ou a Distribuição de Recursos entre Estados

No segundo modelo, restringimos temporalmente o banco de dados. Justificamos esta opção pelo caráter exploratório da análise. Tratamos dos 20 partidos que distribuíram recursos em 2014⁸⁸, ano de eleições gerais, desagregando os dados por estado. O N final foi de 540 casos.

⁸⁸ A variação foi grande entre os casos. Em termos absolutos, o máximo distribuído foi mais de R\$ 19 milhões (PMDB), até o mínimo de R\$ 3 mil (PHS). Em termos proporcionais, medida utilizada no trabalho, o máximo distribuído foi 53,85% (PSD), até 0,10% (PHS).

No gráfico 6, expomos a relação entre o valor proporcional recebido pelas Direções Estaduais de todos os partidos nos estados e o valor proporcional do eleitorado de cada estado. A correlação entre as duas variáveis é de 0,955 (r^2), o que nos leva a uma primeira conclusão de natureza tautológica: os estados com maior número de eleitores tendem a receber maiores “fatias” dos recursos do Fundo Partidário, contabilizando todos os partidos. Os maiores estados são subrepresentados na distribuição de valores, enquanto que os menores sofrem do mal inverso. Minas Gerais, por exemplo, possui 10,31% do eleitorado brasileiro, mas as Direções partidárias mineiras receberam, em média, 6,37% do valor total distribuído. O caso do Acre, ao contrário, é de sobre representação, o estado possui 0,39% do eleitorado, e as Direções partidárias acreanas receberam 2,52% do valor total no ano de 2014.

Gráfico 6: Diretórios Estaduais que mais recebem recursos (%).



Fonte: TSE.

Após destacarmos os dados referentes aos estados, a título de ilustração, passamos a descrição dos partidos. Na tabela 9, destacamos as porcentagens de recursos recebidos pelos partidos, nacionalmente, em 2014, a distribuição de recursos para as subunidades, o quanto representaram estes valores para o cômputo total e a diferença entre esta variável

e a primeira. Em 2014, os partidos brasileiros distribuíram 32,27%⁸⁹ dos recursos do Fundo Partidário da Direção Nacional para as Direções Estaduais. Oito dos 20 partidos distribuíram valores acima desta média (marcados em negrito). A Direção Nacional do PSD, neste sentido, foi a mais generosa, distribuindo um montante que representou mais da metade dos recursos.

Tabela 9: Partidos e distribuição de recursos.

Partidos	% Total distribuído ao partido nacional	% Total distribuído unidades subnacionais	% do Total Distribuído	Diferença
DEM	4,83	24,30	3,91	0,92
PDT	3,97	33,38	4,34	-0,37
PHS	0,85	0,10	0,08	0,77
PMDB	11,66	45,13	17,28	-5,62
PP	6,59	40,78	8,81	-2,22
PPL	0,18	0,89	0,01	0,18
PPS	2,23	28,61	2,08	0,15
PR	6,64	52,11	11,36	-4,72
PRB	1,84	20,86	1,26	0,58
PSB	6,07	35,45	7,06	-0,99
PSC	2,75	10,20	0,92	1,83
PSD	6,03	53,85	10,66	-4,63
PSDB	11,03	33,90	12,29	-1,26
PSOL	1,29	21,31	0,90	0,39
PT	16,33	23,00	12,33	4,00
PTB	3,88	7,62	2,17	1,71
PTC	0,73	9,65	0,23	0,50
PTdoB	0,78	7,27	0,17	0,61
PV	3,16	13,75	1,42	1,74
SD	2,30	35,78	2,72	-0,42
Totais	93,14 ⁹⁰	32,27	100,00	

Fonte: TSE.

A porcentagem do total distribuído foi calculada a partir dos valores absolutos. Considerando-se o total, quanto cada partido distribuiu proporcionalmente? O PMDB foi o partido com maior valor despendido, seguido pelo PT. Este dado, por si só, porém, esconde outros olhares. O caso petista, por exemplo. O partido, por mais que tenha distribuído um montante de recursos grande, em termos absolutos, reteve, em sua Direção Nacional, a grande maioria dos recursos. Ou seja, distribuiu 12,33% do total (R\$

⁸⁹ Em números absolutos, o valor total distribuído aos partidos brasileiros foi de R\$ 340.579.917,14. Deste total, os partidos distribuíram, no agregado, R\$ 109921956,37.

⁹⁰ 12 partidos foram excluídos da análise, pois não distribuíram recursos no ano. A representatividade de recursos dos que foram analisados, no entanto, fica clara pelo valor que receberam.

13.730.908,98), considerando todos os partidos, mas quando o olhar se volta ao próprio partido, podemos observar que a distribuição não foi tão grande (23%).

As diferenças negativas, na última coluna, indicam que os partidos distribuíram valores proporcionalmente maiores do que receberam. O Solidariedade, por exemplo, em 2014, recebeu recursos que representaram 2,30% do total distribuído a todos os partidos. Mas quando observamos o valor distribuído as unidades estaduais, o partido “contribuiu” com 2,72% do total. Ou seja, em termos proporcionais a Executiva Nacional foi mais generosa para com as subunidades.

Para testarmos a hipótese de que a Direção Nacional do partido distribui recursos para os estados aonde a organização partidária já é forte (lógica de reforço), primeiramente rodamos a Correlação de Pearson entre variáveis contínuas. Tendo como referência as eleições de 2010 e 2012, bem como os filiados, contabilizamos quais estados seriam mais importantes para cada partido. O raciocínio foi descrito no capítulo anterior, mas o retomamos: somando todos os votos que o partido teve para a Câmara Federal, no agregado, quantos % o estado X representou? No nível agregado, existem correlações significativas, porém moderadas ou fracas. A variável % de Votos para Deputado Federal foi a relação mais forte ($r^2 = 0,364$). Como forma de controle, desagregamos os dados por ideologia, em nosso banco, e rodamos as mesmas correlações. Os resultados se alteram, mas não de maneira significativa. Para os partidos de centro (PMDB e PSDB), a relação mais significativa foi entre a distribuição de recursos e a porcentagem de votos para prefeito em 2012 ($r^2 = 0,417$). Para a direita e a esquerda, por sua vez, a relação mais forte foi entre filiados e distribuição de recursos. Para os Pequenos Partidos, de Direita e Esquerda (PTdoB, PHS, PTC e PPL), as relações foram mais fracas em comparação com todas as variáveis, sendo que a mais significativa foi a relação entre distribuição de recursos com votos para vereador em 2012.

Tabela 10: Variáveis Contínuas – Lógica de Reforço

	Centro	Direita	Esquerda	PPD/PPE	Agregado
Número	54	216	162	108	540
% Filiados	,393**	,425**	,568**	,275**	,342**
% Bancada Deputados Federais	,373**	,286**	,407**	,304**	,271**
% Votos Deputado Federal 2010	,284*	,406**	,506**	,351**	,364**
% Votos Deputado Estadual 2010	,303*	,349**	,491**	,199	,284**
% Votos Prefeito 2012	,417**	,389**	,482**	,095	,253**
% Votos Vereador 2012	,371**	,353**	,523**	,357**	,340**

Fonte: TSE.

Os resultados apontam que há uma lógica de distribuição de recursos que visa o reforço de bases políticas já consolidadas. No entanto, os dados não são robustos. Também existe, entre as variáveis testadas, alto índice de colinearidade⁹¹. Ou seja, as variáveis estão relacionadas: as porcentagens de votos para a Câmara Federal estão relacionadas aos votos para Assembleia e assim por diante. A relação mais significativa, no entanto, é entre a porcentagem de filiados e a porcentagem de votos para vereador ($r^2=0,901$)⁹².

Para testar a hipótese de que onde o partido lança candidatos majoritários, em nível estadual, constitui um destino maior de recursos do Fundo Partidário, trabalhamos com testes de diferença de médias. Como se tratam de variáveis *dummie* (dicotômicas), a visualização dos resultados se torna mais clara. O teste T possibilita a visualização das médias quando o fenômeno acontece (1), e quando não acontece (0). Não há, porém, significância estatística em nenhuma das equações. Ou seja, não existe diferença

⁹¹ Anexo.

⁹² Estas relações de colinearidade impedem testes de regressão, com todas as variáveis incluídas no modelo (FIGUEIREDO FILHO et al, 2009).

significativa de médias considerando-se, no agregado, os dados analisados. Dito de outra forma, apesar de que, em média, as seções estaduais do partido que competem no nível majoritário receberem mais recursos do que as seções estaduais que não competem, esta relação não possui significância estatística. Os resultados estão próximos. Na tabela 11, abaixo, podemos observar que a maior diferença se deu no caso do lançamento de candidato ao governo estadual em 2010.

Tabela 11: Variáveis Dicotômicas – Lógica de Reforço.

Variáveis	Dicotômicas	Média	Diferença	N	Desvio Padrão	Mediana
Candidato ao Governo 2010	Não	3,33	1,65	355	8,67	0,92
	Sim	4,98		104	10,75	2,63
Candidato ao Senado 2010	Não	3,31	1,37	328	9,98	0,79
	Sim	4,68		131	6,79	2,85
Executivo Estadual Atual	Não	3,59	0,68	135	3,42	2,75
	Sim	4,27		27	2,55	4,08
Senador Atual	Não	3,68	0,19	470	9,77	1,18
	Sim	3,87		70	3,27	3,71
Totais		3,70		540	9,19	1,61

Fonte: TSE.

Controlando os dados pela ideologia, temos resultados distintos. O centro tem um comportamento inverso ao que supúnhamos, distribuindo em média mais valores para os Diretórios que não lançaram candidatos majoritários em 2010. Para os demais campos, as diferenças são as esperadas, apesar de não apresentarem significância estatística. O único caso que foge a tendência é o dos PPD/PPE's. Em 2010, dos pequenos, apenas o PTdoB e o PHS lançaram candidatos ao governo estadual, uma candidatura cada. O PTdoB lançou Edilson Nascimento em Minas Gerais, e o PHS Petrônio Araújo em Roraima. Enquanto que o PTdoB distribuiu 100% dos recursos do Fundo Partidário para o Diretório de Minas Gerais em 2014, o PHS não distribuiu nada para o Diretório de Roraima.

Tabela 12: Variáveis Dicotômicas – Lógica de Reforço (Dados Desagregados).

	Centro	Média	Diferença	N	Desvio Padrão	Mediana
Candidato ao Governo 2010	Não	3,72	-0,03	26	2,51	3,19
	Sim	3,69		28	2,12	3,83
Candidato ao Senado 2010	Não	3,76	-0,10	23	2,49	3,95
	Sim	3,66		31	2,18	3,21
Executivo Estadual Atual	Não	3,61	0,38	41	2,36	3,47
	Sim	4,00		13	2,14	3,70
Senador Atual	Não	3,78	-0,17	29	2,62	3,47
	Sim	3,61		25	1,90	3,70
	Total	3,71		54	2,30	3,49
Direita						
Candidato ao Governo 2010	Não	3,66	0,47	146	8,08	1,63
	Sim	4,13		16	5,56	2,32
Candidato ao Senado 2010	Não	3,56	0,91	136	8,29	1,61
	Sim	4,47		26	5,01	3,28
Executivo Estadual Atual	Não	3,61	1,66	51	3,26	2,75
	Sim	5,27		3	1,43	4,55
Senador Atual	Não	3,67	0,38	195	7,24	2,20
	Sim	4,04		21	4,99	3,41
	Total	3,70		216	7,04	2,24
Esquerda						
Candidato ao Governo 2010	Não	3,38	0,90	104	5,49	2,04
	Sim	4,28		58	6,19	2,24
Candidato ao Senado 2010	Não	2,76	2,25	94	4,00	1,57
	Sim	5,01		68	7,37	2,58
Executivo Estadual Atual	Não	3,55	0,77	43	4,40	2,28
	Sim	4,32		11	3,25	3,36
Senador Atual	Não	3,66	0,31	138	6,14	1,94
	Sim	3,97		24	2,57	4,30
	Total	3,70		162	5,75	2,05
PPD/PPE						

Candidato ao Governo 2010	Não	2,53	47,47	79	13,32	0,00
	Sim	50,00		2	70,71	50,00
Candidato ao Senado 2010	Não	3,43	3,67	75	17,10	0,00
	Sim	7,11		6	17,41	0,00
	Total	3,70		81	17,04	0,00

Fonte: TSE.

No que concerne a lógica de investimento, realizamos o teste de correlação considerando outras variáveis: Vagas disponíveis para a Câmara Federal; Número Efetivo de Partidos (NEP) em cada estado; Volatilidade média para o cargo de Deputado Federal; Porcentagem do eleitorado; e as Candidaturas proporcionais de 2014. No nível agregado, a relação mais significativa foi entre eleitorado e distribuição de recursos. Uma relação aparentemente trivial, mas que ainda não havia sido testada pela literatura. Controlando os dados, porém, pela ideologia, existem outras relações de força: para os partidos de centro a relação mais significativa foi entre os candidatos lançados em 2014 para a Assembleia Legislativa e distribuição de recursos, enquanto que para a esquerda e direita foi a relação entre recursos distribuídos e candidatos lançados na Câmara Federal. Novamente, como podemos observar, os dois campos tiveram a mesma relação como sendo a mais significativa, o que denota, de certa forma, comportamentos semelhantes. A lógica de investimento, no entanto, tomada em termos comparativos com a lógica de reforço, é mais fraca.

Tabela 13: Variáveis Contínuas – Lógica de Investimento

	Centro	Direita	Esquerda	PPD/PPE	Agregado
% Vagas	,504**	,471**	,408**	,408**	,334**
NEP	,526**	,242**	,254**	,254**	,203**
Volatilidade Média	,007	-,077	-,175*	-,175*	-,054
% Eleitorado	,487**	,453**	,429**	,429**	,348**
% Candidatos Federal 2014	,486**	,510**	,500**	-,013	,256**
% Candidatos Estadual 2014	,531**	,350**	,477**	,347**	,345**

Fonte: TSE.

No contexto das eleições de 2014, os partidos analisados distribuíram mais recursos para os estados em que tiveram candidatos majoritários, em média, mas essa relação não possui significância estatística. Como fica claro na tabela 14, a diferença foi maior no caso do Senado do que para as Governadorias.

Tabela 14: Lógica de Investimento – Variáveis Dicotômicas.

	Agregado	Média	Diferença	N	Desvio Padrão	Mediana
Candidato ao Governo 2014	Não	3,56	0,71	428	9,93	1,15
	Sim	4,27		112	5,48	2,79
Candidato ao Senado 2014	Não	3,36	1,69	431	8,79	1,16
	Sim	5,05		109	10,54	2,98
	Total	3,70		540	9,19	1,61

Fonte: TSE.

Controlando os dados por ideologia, os resultados estão dentro do esperado. As diferenças mais significativas são, novamente, nos menores partidos. Estes tenderam a distribuir mais recursos nos estados em que lançaram candidatos ao Senado, em 2014, e menos nos estados em que lançaram candidatos ao Governo. O resultado, porém, é “inflado” pelo PTdoB, o partido lançou candidato ao Senado em Minas Gerais; enquanto que o PTC em Alagoas, Amapá, Paraíba e Paraná; e o PPL no Maranhão, Piauí, Roraima e Sergipe. O Diretório mineiro do PTdoB recebeu, como colocamos antes, 100% dos recursos que o partido distribuiu, as demais direções citadas não receberam nenhum valor.

Tabela 15: Lógica de Investimento – Variáveis Dicotômicas (Dados desagregados).

	<i>Centro</i>	<i>Média</i>	<i>Diferença</i>	<i>N</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Mediana</i>
Candidato ao Governo 2014	Não	3,27	0,78	24	1,78	3,12
	Sim	4,05		30	2,62	4,09
Candidato ao Senado 2014	Não	3,50	0,59	35	2,27	3,25
	Sim	4,09		19	2,36	4,31
	Total	3,71		54	2,30	3,49
<i>Direita</i>						
Candidato ao Governo 2014	Não	3,55	1,75	197	7,08	2,11
	Sim	5,30		19	6,66	3,03
Candidato ao Senado 2014	Não	3,55	1,09	186	7,31	2,15
	Sim	4,64		30	5,07	3,64
	Total	3,70		216	7,04	2,24
<i>Esquerda</i>						
Candidato ao Governo 2014	Não	3,22	1,43	107	5,39	1,95
	Sim	4,65		55	6,33	2,33
Candidato ao Senado 2014	Não	3,30	1,27	111	5,52	1,60
	Sim	4,58		51	6,17	2,61
	Total	3,70		162	5,75	2,05
<i>PPD/PPE</i>						
Candidato ao Governo 2014	Não	4,00	-4,00	100	17,15	0,00
	Sim	0,00		8	0,00	0,00
Candidato ao Senado 2014	Não	3,03	8,08	99	14,22	0,00
	Sim	11,11		9	33,33	0,00
	Total	3,70		108	16,53	0,00

Fonte: TSE.

A ausência de significância estatística, nos dados agregados e desagregados, nos impediu de realizar testes de regressão. Os testes que realizamos possibilitam algumas conclusões: em termos gerais, a lógica de reforço é superior a lógica de investimento no cálculo das elites partidárias nacionais. Os partidos brasileiros tendem a distribuir recursos aonde já são fortes, ou ao menos têm bases mais consistentes (ARRETCHE & RODDEN, 2004). Ao contrário do caso japonês, analisado por Carlson (2010), no Brasil os partidos parecem não privilegiar a competição majoritária, no sentido de que não

existem diferenças significativas na distribuição de recursos. No entanto, devemos nos reter aos dados que possuímos. Trabalhamos com a distribuição do Fundo Partidário e não com a distribuição de outros tipos de recursos. Provavelmente a distribuição de recursos privados, principalmente empresariais, tenderá a se concentrar nos locais onde o partido lança candidatos majoritários e estes têm chance real de vitória.

As correlações, e os testes T de diferenças de médias possibilitam perceber que existem dinâmicas distintas entre os campos ideológicos. Para a esquerda e a direita, a presença proporcional de filiados foi o fator mais importante para distribuição de recursos, de todas as variáveis que analisamos, enquanto que para o Centro e os pequenos partidos não. A ideologia, neste sentido, pode ser considerada como uma variável diferenciadora dos comportamentos partidários, no caso aqui analisado.

4.3 Além dos Números

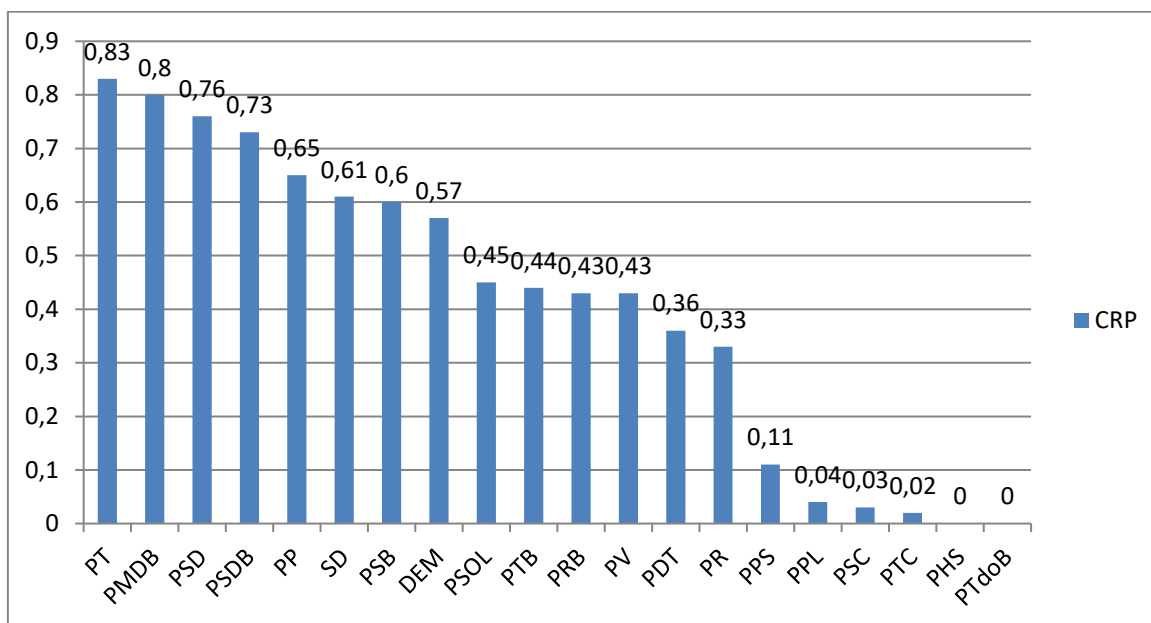
Os dados quantitativos possibilitam um olhar geral sobre o fenômeno estudado, no entanto não permitem que se capte detalhes mais específicos de cada um dos casos (SOARES, 2005). Na última sessão deste capítulo, tratamos de triangular os dados e mesclar o cruzamento entre variáveis, com a comparação por casos (RAGIN, 1987). Para isso, reduzimos o N.

Os partidos, quando distribuem recursos, tendem a alocá-los em bases já existentes, diminuindo as incertezas. No entanto, os testes que realizamos não possibilitam observar uma questão precedente: a proporcionalidade da distribuição. O ponto é observar a nacionalização financeira das organizações.

O conceito de nacionalização é usualmente operacionalizado a partir de dados eleitorais (JONES & MAINWARING, 2003; GOLOSOV, 2014; BORGES, 2015). Um partido nacionalizado, segundo a literatura, é um partido que possui votações mais ou menos homogêneas em todos os distritos. Como apontamos no primeiro capítulo, há um debate intenso sobre a definição do melhor índice de nacionalização a ser utilizado. Os primeiros estudos utilizaram o desvio padrão, e na medida em que se desenvolveram novos trabalhos, índices mais sofisticados surgiram. Em nosso caso, trabalhamos com o Coeficiente de Regionalização Partidária (desenvolvido por Golosov (idem)), substituindo os dados eleitorais pelos dados de distribuição do Fundo Partidário. Neste sentido, um partido nacionalizado é aquele que distribui recursos para suas subunidades de maneira mais homogênea. No gráfico 7, apontamos os respectivos escores dos partidos

analisados do CRP. O PT, neste caso, é o partido mais nacionalizado na dimensão de distribuição de recursos, seguido por PMDB, PSD e PSDB. PTdoB, PHS, PTC e PSC são os menos nacionalizados.

Gráfico 7: CRP (Financeiro)



Fonte: TSE.

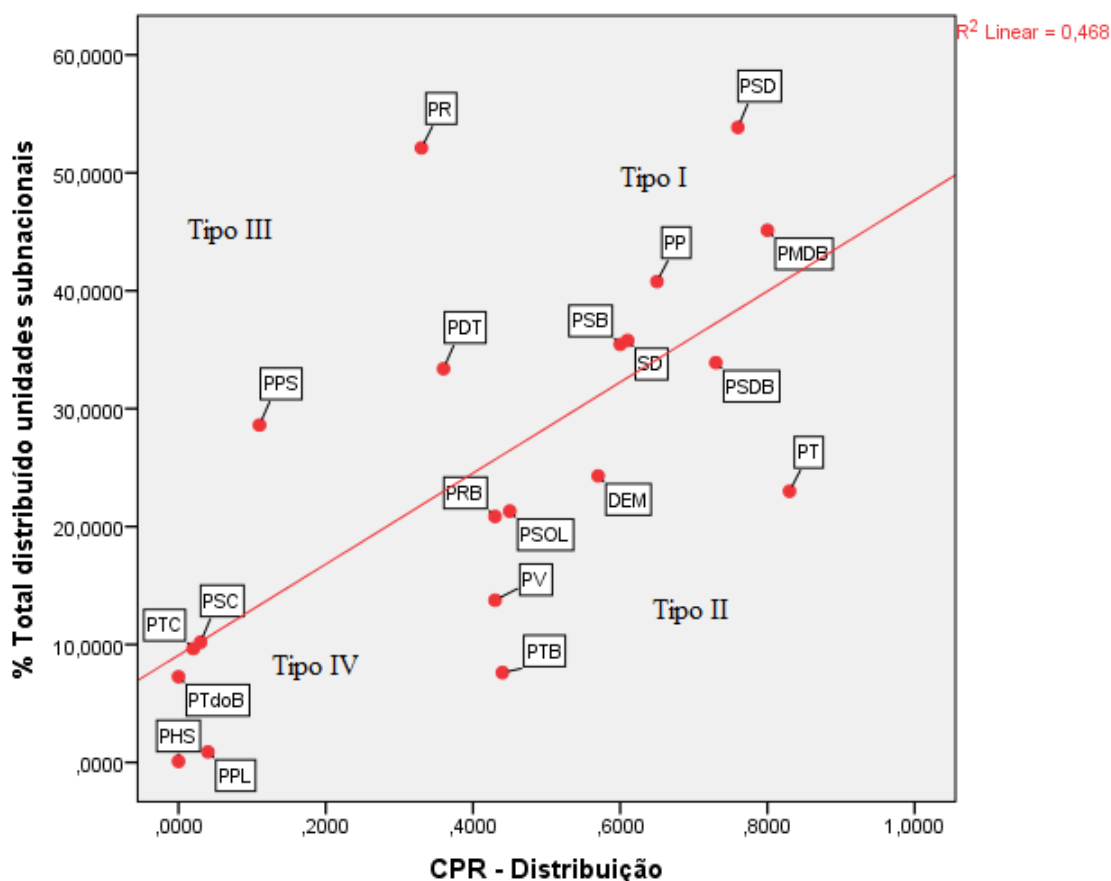
Os resultados possibilitam observar duas estratégias distintas de distribuição de recursos: dispersa e concentrada. Os partidos com valores mais altos distribuíram os recursos para todas, ou quase todas, subunidades, enquanto as organizações com menores valores tenderam a distribuir os recursos de maneira mais concentrada. PT e PSD contemplaram todas as Direções Estaduais com algum recurso do Fundo Partidário, enquanto PHS e PTdoB apenas distribuíram recursos para um estado cada. Há como observar, também, uma relação entre o volume de recursos que o partido dispõe e a estratégia adotada. Os partidos menores, com volume muito menor de recursos, sofrem uma contingência estrutural: têm de investir em poucos pontos, porque se dispersarem os recursos de maneira mais equânime cada quota será muito baixa (CAMPOS, 2009). A Direção Nacional de um partido maior, ao contrário, possui mais liberdade de ação, podendo alocar recursos consideráveis em todas ou quase todas subunidades. A integração geográfica, neste sentido, é mediada pelo tamanho dos partidos (DESCHOUWER, 2006).

Desta forma, partimos para o último momento da análise, aplicando a tipologia descrita no capítulo anterior. Nosso objetivo é conectar os dois conceitos trabalhados ao

longo do trabalho, propondo assim uma explicação para o comportamento organizacional-financeiro dos partidos brasileiros.

No gráfico 8, operacionalizamos os conceitos de centralização e nacionalização como dimensões. Na medida em que os valores crescem no eixo Y, podemos afirmar que os partidos são mais descentralizados. O mesmo vale para o eixo X, no que concerne a nacionalização. Observamos, então, os quatro tipos partidários brasileiros: “I” Nacionalizado/Descentralizado (PMDB, PP, PSB; PSD, SD, PSDB); “II” Nacionalizado/Centralizado (DEM, PT, PSOL, PV e PTB); “III” Regionalizado/Descentralizado (PR, PPS, PDT); e, por fim, o “IV” Regionalizado/Centralizado (PPL, PRB, PSC, PTC, PTdoB, PHS).

Gráfico 8: Centralização x Nacionalização.



Nossa análise, como colocamos anteriormente, é exploratória, pois está limitada a somente um ano. No entanto, conseguimos observar padrões que ainda não haviam sido testados na bibliografia sobre partidos brasileiros, ao menos não a partir da fonte por nós utilizada.

Os partidos brasileiros, majoritariamente, tendem a concentrar recursos em suas Direções Nacionais, ao invés de dispersá-los nos estados. E, quando distribuem recursos, há uma contingência estrutural que induz a comportamentos: os menores concentram mais recursos em estados específicos do que os grandes, que tendem a realizar distribuições mais equânimes. As exceções a estas regras parecem ser o PR, o PPS e o PDT que, apesar de dotados de mais recursos, concentraram a distribuição. No sentido de complementarmos a análise estatística, resumimos, na tabela 16, os estados que mais receberam recursos das Direções Nacionais dos partidos. Ordenamos os estados, em cada partido, de acordo com a fatia recebida do Fundo Partidário. Somamos os valores até chegar ao número de 50%, metade do total de recursos que o partido distribuiu em 2014. Desta forma, contabilizamos quantos estados representam, para cada partido, metade dos recursos. Este dado é complementar ao Coeficiente de Regionalização Partidária, mas possibilita um olhar mais detido nos estados mais beneficiados. Neste sentido, é possível se tirar duas informações: quanto mais estados, mais dispersos os recursos, e com o nome dos estados podemos triangular os dados quantitativos com o histórico de formação de cada organização partidária.

Tabela 16: Estados mais beneficiados por cada partido.

Tipo	Partido	Nº Estados	Quais Estados?	Diferença entre o primeiro e o segundo estado.
I	PMDB	8	São Paulo; Rio de Janeiro; Paraná; Santa Catarina; Pará; Ceará; Bahia; Minas Gerais.	1,49%
	PP	8	Pernambuco; Rio Grande do Sul; Acre; Rondônia; Bahia; Maranhão; Santa Catarina; Paraná.	2,34%
	PSB	4	São Paulo; Pernambuco; Espírito Santo; Bahia.	16,21%
	PSD	8	São Paulo; Bahia; Minas Gerais; Tocantins; Rio de Janeiro; Goiás; Paraná; Santa Catarina.	10,86%
	PSDB	9	DF; Minas Gerais; Maranhão; Pará; Mato Grosso do Sul; Bahia; Acre; Paraná.	2,07%
	SD	4	São Paulo; Pará; Rio de Janeiro; Bahia.	6,4%
II	DEM	6	Pará; Paraíba; Bahia; Pernambuco; Rio Grande do Norte; Minas Gerais.	5,09%
	PSOL	4	São Paulo; Pará; Rio Grande do Sul; Bahia.	0,03%
	PT	7	Minas Gerais; São Paulo; Ceará; Rio de Janeiro; Pernambuco; Rio Grande do Sul; Pará.	2,15%

III	PTB	5	Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Bahia; Rondônia; Mato Grosso do Sul.	0,59%
	PV	4	São Paulo; Paraná; Minas Gerais; Bahia.	23,4%
	PDT	4	Rio Grande do Sul; Ceará; Rio de Janeiro; Pará.	14,57%
	PPS	2	Alagoas; Paraná.	20,77%
	PR	2	São Paulo; Rio de Janeiro.	13,41%
IV	PHS	1	Rio Grande do Norte.	100%.
	PPL	1	São Paulo.	58,25%.
	PRB	2	São Paulo; Rio de Janeiro.	9,65%
	PSC	1	Minas Gerais.	71,99%
	PTC	1	DF.	7,36%
	PTdoB	1	Minas Gerais.	100%.

Fonte: TSE.

Como podemos observar há um *continuum*: desde os partidos nacionalizados até os regionalizados. Nos primeiros aparecem mais estados, nos segundos há a constatação inversa. São Paulo é o estado que aparece mais vezes, portanto, as Direções Nacionais tendem a distribuir mais recursos para a sua Seção Paulista⁹³. Surpreende o fato de que a Direção Nacional do PSDB não colocou o seu Diretório paulista em evidência, dado que o Governo Estadual, controlado pelos tucanos desde a década de 90 (eleição de 1994), tornou-se “vitruve” de gestão nas últimas eleições presidenciais que o partido disputou. A questão é observar se este fato constitui um padrão, ou se trata de uma estratégia contextual, da conjuntura de 2014.

Considerando que o dinheiro é uma das zonas de incerteza, de que fala Panebianco (2005), e quem o controla tem poder dentro da organização, é interessante observar esta “negligência”, no caso do PSDB. O controle da Executiva Nacional por Aécio Neves, em 2013, e a disputa interna no partido, pela candidatura à presidência, com nomes paulistas (Geraldo Alckimin e José Serra), parece ser uma variável que deva ser computada. Ao mesmo tempo, a eleição do Diretório brasiliense como o “favorito” na repartição de recursos não se insere em uma lógica eleitoral: de reforço ou investimento. Afinal de contas, o partido, no Distrito Federal, não possui a relevância que possui em outros estados. No entanto, o Diretório é controlado por Eduardo Jorge Caldas Pereira, um dos

⁹³ As exceções são o PP, PSDB, DEM, PTB, PDT, PPS, PHS, PSC, PTC, PTdoB.

fundadores do partido, que foi assessor especial de Fernando Henrique Cardoso no Senado, coordenador das duas campanhas vitoriosas do presidente (1994 e 1998), e Secretário Geral da Presidência no primeiro mandato de FHC⁹⁴. Caldas Pereira foi membro da Executiva Nacional do PSDB até 2013. Parece, neste sentido, que o poder e prestígio organizacional pode ser relevante no cálculo de repartição de recursos.

Esta variável: “prestígio dos dirigentes estaduais”, porém, é de difícil operacionalização. Como poderíamos quantificar o poder de um membro no interior de uma organização complexa, sem cair em ciladas de ordem metodológica? Um dos grandes problemas é que dados que os possibilitariam olhares mais claros sobre a dinâmica de poder intrapartidária, a política real segundo Sartori, não se encontram disponíveis, tais como: atas de reuniões, relatórios de convenções e outros documentos produzidos no interior do partido. O estudo da composição das Executivas Nacionais, tal como proposto por Ribeiro (2014), apesar de extremamente importante, também não possibilita observar a possível existência de “eminências pardas” no interior do partido: atores com grande poder interno, mas que costumam atuar somente nos bastidores, sem ocuparem cargos formais.

Neste sentido, como medida de aproximação à temática, colhemos o perfil dos Presidentes partidários estaduais das subunidades mais beneficiadas pela distribuição dos partidos. Depois, tratamos de operacionalizar nossa tipologia com oito casos (dois representando cada tipo), para adensarmos os dados.

Buscamos, assim, relacionar duas abordagens distintas: os estudos neoinstitucionalistas sobre organizações e os estudos sobre elites políticas. Os primeiros, que se tornaram hegemônicos na Ciência Política norte-americana a partir da década de 70, partem do princípio de que as instituições moldam o comportamento dos atores (LIMONGI, 1994; HALL & TAYLOR, 1996; MARENCO DOS SANTOS, 2008; PERES, 2008). Ou seja, as instituições, e os constrangimentos que proporcionam, são variáveis independentes na explicação do comportamento dos atores, em geral, e atores políticos, em particular. Para Peres (2008), o neoinstitucionalismo pode ser dividido em duas vertentes básicas, dadas distinções lógicas (teoria) e metodológicas (indução/dedução): a escola do Institucionalismo Sociológico e a escola do Institucionalismo Racionalista.

⁹⁴ Informações disponíveis no DHBB (Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro).

O Institucionalismo Sociológico se constitui, quase que, como um prolongamento crítico de abordagens culturalistas, de sistemas e do desenvolvimento político, com alterações significativas na direção das variáveis explicativas: se antes o comportamento explicava as instituições, agora as instituições⁹⁵ explicariam o comportamento. Há também o retorno da História como disciplina influenciadora dos trabalhos em Ciência Política (JENSEN, 1969), e a apropriação de novos conceitos, como: *path dependence*⁹⁶ (NORTH, 1991). Seguindo a distinção de Peres (2008), observam-se trabalhos realizados com foco na sociedade (SKOCPOL, 1980) e outros com foco no Estado (PIERSON, 2000; COLLIER & COLLIER, 1991)⁹⁷. O Institucionalismo Racionalista, por sua vez, se inscreve enquanto prolongamento crítico da teoria da escolha racional, com a inclusão das instituições enquanto variáveis explicativas (RIKER, 1990). A teoria da escolha racional heterodoxa, ou teoria da escolha pública, centrou-se nos estudos acerca das escolhas constitucionais dos países (BUCHANAN & TULLOK, 1962), comportamento legislativo (LIMONGI, 1994; COX & McCUBINS, 1993) e comportamento eleitoral.

Os estudos elitistas, também, inscrevem-se em uma longa tradição da análise política, remontando ao final do século XIX e início do século XX, com os trabalhos de Mosca, Pareto e, o anteriormente citado, Michels. Este tipo de abordagem, que visa os atores e, tangencialmente, as estruturas, esteve por bom tempo em um “beco sem saída”, nas palavras de Marengo dos Santos (2008, p.20). A ascensão do Comportamentalismo, enquanto paradigma dominante, e, posteriormente, a hegemonia neoinstitucionalista (PERES, 2008), relegaram os elitistas a um espaço marginal na Ciência Política. A reativação da abordagem, no entanto, segundo Marengo dos Santos (idem, p.20), é importante como contribuição aos próprios estudos sobre instituições, vinculados ao paradigma neoinstitucionalista:

(...) composição, recrutamento e circulação no interior de elites políticas afetam o modo como – e à medida que – grupos ou facções controlam recursos estratégicos e os convertem em coerção sobre o comportamento individual. Padrões de recrutamento endógenos, caracterizados por iniciação severa e longas trajetórias geram lealdades

⁹⁵ Instituições tanto formais (legais), quanto culturais e sociais (extra-legais).

⁹⁶ Path dependence, ou dependência de trajetória, foi um conceito, originalmente, utilizado na economia da tecnologia. Considera, basicamente, que escolhas tecidas inicialmente em uma organização têm impacto em seu posterior desenvolvimento.

⁹⁷ Além de trabalhos que buscam, ao elucidar seus problemas, relacionar ambos: caso de Putnam (1996), que analisa o desenvolvimento institucional na Itália a partir das diferenças históricas e culturais entre o norte (industrializado e portador de uma cultura cívica) e o sul (agrário e portador de uma cultura paroquialista).

institucionais, terminando por configurar modelos *path-dependent*: ingresso seletivo e carreiras verticais induzem homogeneidade interna, maior economia na produção de informação, menores custos de transição e incerteza.

Neste sentido, a inclusão do estudo das elites partidárias, enquanto uma variável de explicação de determinados comportamentos, é uma estratégia importante. O ponto é que, apesar de concordarmos com a afirmação de que as Direções Nacionais traçam estratégias de alocação de recursos e que estas estratégias são produto de racionalidade, pode ser que no cálculo final a questão eleitoral seja somente mais uma das questões e não a principal. Os resultados que apresentamos nos testes do segundo modelo indicam uma relação significativa entre a distribuição de recursos e a força eleitoral dos partidos. No entanto, esta relação é fraca. A disputa majoritária, da mesma forma, não apresentou resultados robustos, estatisticamente.

O poder discricionário da elite partidária nacional no ponto da distribuição de recursos é muito elevado (RIBEIRO, 2013). Como observamos pelos resultados do primeiro modelo, existem filtros de controle. A força eleitoral e, conseqüente, presença de políticos com mandato, ou ex-mandatários, nas Executivas Nacionais induz os partidos a uma lógica centrífuga de distribuição. A força eleitoral não pode ser observada isoladamente, mas em interação com a composição da elite partidária. O partido ser grande eleitoralmente, mas manter a Executiva sob o controle de funcionários de “carreira” da organização, recrutados verticalmente, tem o efeito de centralizar os recursos. O caminho inverso, com o predomínio da face pública, tem o efeito de descentralização. A discricionariade, no entanto, está presente também no momento de decidir aonde irão os recursos, isto é, quais estados serão beneficiados.

No segundo modelo, fica evidente que há, no nível agregado, uma tendência de alocação de recursos nos estados mais “rentáveis” eleitoralmente, mas esta relação não é tão robusta como se poderia esperar. Controlando os dados por ideologia observamos distintos comportamentos que vão desde a valorização da presença organizacional (filiados), até a manutenção da lógica eleitoral. Como descrevemos no caso do PSDB, há possíveis condicionantes que escapam de uma análise quantitativa. O prestígio de determinados dirigentes regionais, com perfis diversos, pode ter efeito sobre o cálculo da distribuição. Se considerarmos, a maneira de Downs, que os partidos visam somente a vitória eleitoral, este raciocínio não faz sentido. Mas, quando vinculamos a ideia de que as organizações, realmente, possuem autonomia, contingenciam comportamentos e são

marcadas pela sua própria história (PIERSON, 2000), à ideia de que as organizações são formadas por atores sociais, com interesses próprios e capitais específicos (BOURDIEU, 2008), a análise pode se tornar mais densa. Apreendendo, assim, que existem lógicas, no campo político, não diretamente vinculadas a arena eleitoral.

Realizamos, então, uma análise temporal mais longa da distribuição de recursos, dividindo os partidos pelos tipos antes descritos. Escolhemos dois “representantes” de cada tipo com a ideia de que os demais terão comportamentos semelhantes. Reduzimos o número de casos, também, com o intuito de ganho na descrição dos mesmos (RAGIN, 1987). Tratamos, primeiramente, dos partidos que são nacionalizados, centralizados e descentralizados, e, depois, os partidos regionalizados, centralizados e descentralizados.

4.3.1 Nacionalizados: Os maiores partidos e suas lutas internas.

Como representantes do Tipo I selecionamos os dois maiores partidos de Centro: PSDB e PMDB; e para o Tipo II selecionamos dois partidos distantes ideologicamente: PT e DEM, que foram extremamente relevantes na história política brasileira recente. Estes quatro partidos possuem histórias longas e se encontram capilarizados por todo o território nacional. Enquanto PT e PSDB polarizam a disputa eleitoral de 1994 até 2014, o PMDB foi o fiador de todas as coalizões presidenciais da Nova República, e o DEM, enquanto PFL, compôs os governos Sarney, Collor e Itamar Franco (1985 – 1994), até se tornar o parceiro de chapa de FHC em 1994 e 1998, sendo um dos partidos mais contemplados com ministérios nos governos tucanos (MENEGUELLO, 1998). Para centrar a análise em nosso argumento principal, não trataremos das histórias específicas de cada um destes partidos. Os diversos estudos monográficos e comparativos sobre estas organizações já avançaram bastante na compreensão do funcionamento dos partidos. Incluiremos estes achados ao longo do texto⁹⁸.

Utilizamos o mesmo procedimento exposto na tabela 17, para cada um dos anos da análise. Ou seja, de 2011 a 2015 observamos quais foram os estados mais privilegiados na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Se os estados se repetem podemos apontar que há um padrão de comportamento dos partidos, em que algumas Direções

⁹⁸ Sobre o PT há uma literatura extensa: Meneguello, 1989; Keck, 1991; Ribeiro, 2010. Sobre o PSDB ver Roma (2002). O DEM foi estudado de forma comparativa por Ferreira (2002), Mainwaring, Power & Meneguello (2005), e Epitáfio (2015), além do trabalho monográfico de Corbellini (2005). Sobre o PMDB ver Ferreira (idem),

possuem mais prestígio do que outras, se os estados não se repetem, no entanto, o modelo dois terá que ser lido como um achado contextual, do pleito de 2014.

Sobre os partidos nacionalizados e descentralizados (PMDB e PSDB), podemos observar que algumas Direções se repetem. No caso do PMDB, os diretórios do Pará, Rio de Janeiro e de São Paulo aparecem em todos os anos analisados como os “preferidos” pela elite nacional, Ceará e Santa Catarina tem quatro menções, Bahia, Minas Gerais e Paraná tem três. Ou seja, há um padrão de distribuição de recursos, geograficamente falando. Oito direções estaduais aparecem em pelo menos três anos, no período de 2011 a 2015.

Parece haver uma relação, também, entre o poder das lideranças regionais e sua capacidade de angariar fundos da Executiva Nacional. Os três diretórios preferidos foram, no período analisado (e ainda são), controlados por caciques históricos do PMDB: no Pará por Jader Barbalho, no Rio de Janeiro por Jorge Picciani, e em São Paulo por Baleia Rossi. O primeiro foi deputado federal, senador, ministro, governador do Pará e presidente nacional do PMDB (eleito na Convenção de 1998, por unanimidade)⁹⁹, o segundo foi eleito deputado estadual por quatro mandatos consecutivos (desde 1990), e após perder, em 2010, a disputa para o Senado, voltou, em 2014, para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Baleia Rossi é deputado federal, eleito em 2014, e durante a Legislatura foi aclamado líder do partido na Câmara dos Deputados. Observando mais atentamente estes três casos, a variável que está presente em todos não é eleitoral (no nível majoritário, o único governo que o PMDB possuiu no período foi o do Rio de Janeiro; e, no nível proporcional, da Câmara dos Deputados, também somente a bancada fluminense foi representativa (12,12% do total do PMDB)), mas sim de poder interno. Os três estados possuem representantes na Executiva Nacional, sendo que no caso paulista, até 2015, o presidente do partido era do estado, Michel Temer. Parece haver, neste sentido, uma mescla de capitais: posicionais (os estados são premiados na medida em que estão presentes na coalizão dominante) e de trajetória (os presidentes estaduais são lideranças com longos períodos de filiação ao partido).

Se pensarmos nos partidos enquanto sistemas próprios, podemos observar que a distribuição do fundo partidário, e seu padrão geográfico, ilustra relações assimétricas de poder. Apesar do PMDB possuir, dos partidos analisados, a distribuição mais proporcional, existem estados que são mais beneficiados. Estes possuem, como constante,

⁹⁹ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jader-fontenelle-barbalho>, acesso em 23 de maio de 2017.

o fato de terem lideranças históricas do partido que, mesmo derrotadas e/ou irrelevantes eleitoralmente para o conjunto da organização, conseguem fazer valer seu capital acumulado.

No caso tucano, as direções que mais aparecem como sendo mais beneficiadas (quatro casos cada), são, respectivamente: Pará, Minas Gerais e Pernambuco. O Diretório paraense foi controlado por Zenaldo Ribeiro (2011-2013) e Fernando Flexa Ribeiro (2013-2015). Ambos mandatários, o primeiro prefeito de Belém, capital do estado, e o segundo Senador. O PSDB também controla o governo estadual, desde 2010, com Simão Jatene. O Diretório mineiro foi controlado pelo deputado federal Marcus Pestana durante o período, enquanto que o Diretório Pernambucano foi controlado por Evandro Avelar, Sergio Guerra¹⁰⁰ e Bruno Araújo. Somente o primeiro não possuía mandato, tratando-se de um funcionário do partido. Sergio Guerra foi deputado federal e presidente nacional do PSDB, enquanto que Bruno Araújo é deputado federal e foi membro da Executiva Nacional, como vogal e vice-presidente. A constante se repete: as lideranças com trânsito no plano nacional, interno, de disputa, aparecem novamente como as mais beneficiadas.

A interrogação que colocamos anteriormente acerca da negligência da Direção Nacional em relação ao Diretório paulista parece ter uma resposta. Em 2013, com a troca de comando nacional tucano, passagem de Sérgio Guerra (PE) para Aécio Neves (MG), a Direção Nacional distribuiu 12,82% dos recursos para São Paulo. Em 2014, há uma redução para 4,08% dos recursos e, no último ano da série, a Executiva Nacional decidiu não transferir nenhum valor ao Diretório paulista. Em termos comparativos, o Diretório Mineiro do partido, no período, não recebeu nenhum recurso da Direção Nacional em 2012, em 2013 foram 5,95% dos recursos públicos distribuídos pelo partido, em 2014 6,75% e, por fim, em 2015, 9,03%. Parece haver, desta forma, uma vinculação entre a troca de mando da agremiação e a política de repasse dos recursos do Fundo Partidário.

Do tipo partidário II, os estados mais beneficiados pelo DEM foram: Pernambuco e Rio Grande do Norte (quatro vezes), além da Paraíba (três vezes). O Diretório pernambucano foi controlado por José Mendonça Filho, deputado federal, enquanto que no Rio Grande do Norte o presidente foi, no período, José Agripino Maia, senador e presidente da Executiva Nacional. Efraim de Araújo foi presidente do DEM paraibano, ex-senador e deputado federal, também acumulou cargo de direção na Executiva

¹⁰⁰ Morto em 2014.

Nacional, como vice-presidente. Todos os três além de mandatários, ou ex-mandatários, foram, e ainda são, membros da Executiva Nacional do partido.

Em termos de vinculação histórica, diversos trabalhos apontam a região Nordeste como a principal base eleitoral do DEM (CORBELLINI, 2005; EPITAFIO, 2015), bem como a região de onde saíram grande parte de suas lideranças com projeção nacional: Antônio Carlos Magalhães (Bahia), Marco Maciel (Pernambuco) e, atualmente, o próprio José Agripino Maia (Rio Grande do Norte), presidente do partido. A região, com seus nove estados, foi destinatária de 47,75% do total dos recursos públicos distribuídos pela Executiva Nacional do DEM. Enquanto que para a região sudeste, com maior número absoluto de eleitores, foram destinados 13,5% dos recursos. Neste sentido, podemos observar que apesar da queda do DEM no nordeste¹⁰¹, a partir da ascensão de Lula a presidência e a adoção de uma série de políticas sociais que enfraqueceram a máquina clientelista do partido, o papel das lideranças da região ainda é determinante no contexto de disputas internas. Em outras palavras, as lideranças da região possuem ingerência sobre os destinos da política nacional do partido.

No caso petista, as direções com a constante de bons repasses foram, respectivamente: Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo (em todos os anos). O PT, no entanto, é uma exceção aos demais partidos aqui tratados. O estatuto petista impede o acúmulo de cargos na Executiva Estadual e Nacional (RIBEIRO, 2014), além de que uma das características do partido é a composição das Executivas, nos dois níveis, com baixos níveis de parlamentarização. Ou seja, sem tantos políticos com mandato, ou ex-mandatários. Este processo, apesar de mitigado ao longo dos anos, com o crescimento eleitoral do partido (RIBEIRO, 2010), constitui uma diferença significativa do PT para os demais. As Direções Estaduais citadas, no entanto, foram controladas por políticos. Pernambuco: Pedro Eugênio¹⁰² e Teresa Leitão¹⁰³; Minas Gerais: Reginaldo Lopes¹⁰⁴ e Odair Cunha¹⁰⁵; São Paulo: Edinho Silva¹⁰⁶ e Emídio Pereira de Souza¹⁰⁷.

Apesar desta característica organizacional, impossibilidade de acúmulo de mandatos entre os níveis da federação, os estados mais beneficiados pela Executiva

¹⁰¹ A perda do governo estadual da Bahia talvez seja um feito simbólico, neste sentido.

¹⁰² Ex-deputado federal, por três mandatos (2003-2015).

¹⁰³ Deputada estadual.

¹⁰⁴ Deputado federal com mandato.

¹⁰⁵ Deputado federal com mandato, assumiu Secretário do Governo mineiro após a vitória de Fernando Pimentel (PT), na eleição de 2014.

¹⁰⁶ Ex-prefeito de Araraquara e ministro do Governo Federal no segundo mandato de Dilma Rousseff (2015 – 2016).

¹⁰⁷ Ex-prefeito de Osasco e ex-deputado estadual.

Nacional do PT foram estados importantes em definições da política nacional do partido. Em São Paulo, por exemplo, o PT nunca conquistou o governo estadual e, em 2014, amargou uma derrota ampla: perdeu a cadeira do Senado, seu candidato ao governo foi derrotado no primeiro turno e a bancada estadual do partido diminuiu, tanto na Assembleia Legislativa quanto na Câmara dos Deputados¹⁰⁸. No entanto, o estado continuou a ser um dos beneficiados na repartição do “bolo” de recursos públicos.

A explicação, logo, não reside na lógica eleitoral, mas parece estar vinculada a ideia de poder interno. O presidente nacional do partido no período, Ruy Falcão, é paulista e a principal tendência do partido, CNB (Construindo um Novo Brasil), possui seus principais membros provenientes daquele estado. É interessante observar que, comparativamente, a principal tendência de oposição no interior do PT, a DS (Democracia Socialista), possui sua maior “base” no Rio Grande do Sul e este estado, apesar do histórico de ser um forte reduto eleitoral petista, foi um dos menos beneficiados na repartição dos recursos. Em 2011, por exemplo, apesar da vitória eleitoral no ano anterior, nenhum recurso foi transferido da Direção Nacional para a seção gaúcha do PT¹⁰⁹.

4.3.2 Regionalizados: partidos com “donos”

Os partidos nacionalizados são, de modo geral, os maiores partidos e que, por consequência, recebem mais recursos. Os partidos regionalizados, por sua vez, recebem menos recursos e precisam, por contingência, concentrar os recursos em alguns estados. A questão, no entanto, permanece a mesma: para quais estados estes recursos vão? Esta distribuição constitui um padrão?

Os partidos de Tipo III (Regionalizados/Descentralizados) que analisamos foram o PPS e o PR. Sobre estes partidos, salvo engano, não existem trabalhos acadêmicos de natureza monográfica. As duas organizações, no entanto, possuem uma história já longa e, desde o surgimento de ambos, elegeram deputados federais e compuseram governos. O PPS foi composto, majoritariamente, por quadros do PCB, após a queda do Muro de Berlim e suposto esfacelamento do comunismo enquanto alternativa ideológica de disputa

¹⁰⁸ Para a Câmara dos Deputados o partido passou de 15 deputados federais eleitos em 2010, para 10 em 2014. Para a Assembleia Legislativa, a queda foi de 24 eleitos em 2010 para 15 em 2014.

¹⁰⁹ Em 2010, o PT elegeu o governador do estado (Tarso Genro), um senador (Paulo Paim), oito deputados federais (das 31 vagas em disputa), e 14 deputados estaduais (das 55 vagas em disputa).

política. Roberto Freire, candidato do PCB derrotado na eleição de 1989, assumiu a presidência do partido em seu início e, no período analisado, se manteve nesta condição. Em 1998 e 2002, o PPS lançou candidato a presidência da República (Ciro Gomes), e, após a vitória de Lula, chegou a entrar na base do governo. Em 2005, no entanto, em meio ao escândalo do chamado “Mensalão”, o partido passou a condição de oposição, atuando em sintonia com o PSDB e o DEM, então PFL. Apesar de ser classificado enquanto um partido de esquerda por grande parte da literatura temática (TAROUCO & MADEIRA, 2013), em nível nacional, o PPS se afastou do PT, apoiando as candidaturas do PSDB em 2006 e 2010 (Geraldo Alckmin e José Serra), e a candidatura do PSB em 2014 (Eduardo Campos e, depois, Marina Silva).

Os estados que mais apareceram como receptores dos recursos do Fundo Partidário foram: Paraná e Alagoas (todos os anos), e Pernambuco (quatro dos cinco anos analisados). Nestes estados, os presidentes dos Diretórios são lideranças com forte poder dentro do partido e todos membros da Executiva Nacional. A frente do Diretório paranaense esteve Rubens Bueno, deputado federal e líder do partido na Câmara; em Alagoas, o presidente foi José Regis Cavalcante, tesoureiro da Executiva Nacional. Em Pernambuco, o partido teve dois presidentes no período: Raul Jungmann e Débora Albuquerque. O primeiro foi deputado federal e vereador do Recife, no período, e a segunda não ocupou cargo eletivo. No entanto, os dois são membros da Executiva Nacional.

O PR surgiu oficialmente em 2006, a partir da fusão do Partido Liberal (PL) e o Partido da Reconstrução Nacional (PRONA). O primeiro teve como candidato a presidente em 1989, Guilherme Afif Domingos, e, em 2002, lançou o candidato a vice-presidência de Lula, José Alencar. No governo federal, com Lula, o partido passou a controlar o Ministério dos Transportes, mantendo-se nesta condição durante todos os governos petistas, apesar de denúncias de vários escândalos de corrupção (PRAÇA, FREITAS & HOEPERS, 2012). Em 2010, o PR elegeu 41 deputados federais, reduzindo este número para 34, no pleito seguinte. É importante ressaltar, também, que o partido manteve uma política nacional de aproximação ao PT, nos pleitos presidenciais, e uma estratégia coligacionista “gelatinosa” nos estados. Eleitoralmente, o partido possui uma estratégia que Borges (2015) chama de provincialização. Lançando candidatos aos pleitos proporcionais e compondo nos majoritários, ao estilo de partido *Office-seeking* (WOLINETZ, 2002). A organização, também, é extremamente centralizada, mantendo suas subunidades enquanto comissões provisórias e não diretórios.

O trabalho de Guarnieri (2011), neste sentido, é importante, pois identificou como as coalizões dominantes dos partidos, em alguns casos, podem utilizar do instrumento da comissão provisória como elemento de interferência em instâncias inferiores¹¹⁰. A comissão provisória substitui o diretório e se constitui como uma figura jurídica mais fraca. Desta forma, a intervenção das elites imediatamente superiores fica mais “fácil”. Por exemplo: a Convenção Partidária de uma cidade do Ceará, em determinada eleição, mesmo sem chances significativas, decide lançar candidato à prefeitura. O interesse do partido, no entanto, em nível estadual é outro: coligação com um candidato mais “viável” eleitoralmente. Se ao invés de diretório, no município houver uma comissão provisória, a decisão de “impugnar” a Convenção é facilitada. Desta forma, aonde o partido se organiza em comissão provisória, ao invés de diretório, a chance de lançamento de candidatos, em específico, ou do partido ter uma política mais autônoma em relação a instância superior (estado ou nacional), é dificultada (GUARNIERI, 2011). O PR manteve, durante o período, todas suas organizações estaduais como Comissões Provisórias.

Na questão financeira o partido apresentou a maior correlação entre a distribuição de recursos do Fundo Partidário por estado e a lógica de reforço. Ou seja, teve alto grau de coordenação para fortalecer suas bases já existentes. Nos anos analisados, os estados mais beneficiados pela política do partido foram: São Paulo (nos cinco anos), Rio de Janeiro (em quatro) e Minas Gerais (em três). No primeiro, a direção foi controlada por José Tadeu Candelária e Valdemar da Costa Neto. O primeiro, apesar de não ter mandato eletivo, foi membro da Executiva Nacional, como vice-presidente, enquanto que o último foi Secretário Geral do partido, na Executiva Nacional, da fundação até 2013, quando foi preso por seu envolvimento no chamado “Mensalão”. No Rio de Janeiro, quem tomou posse do partido foi Anthony Garotinho, ex-candidato a presidência da República pelo PSB (em 2002). Garotinho também foi, no período analisado, membro da Executiva Nacional do partido. Em Minas Gerais, o PR foi presidido pelo então deputado federal Bernardo Vasconcellos, e pelos ex-deputados federais Aelton Freitas e José Santana de Vasconcellos. O estado do presidente nacional do partido, no entanto, no cômputo geral não foi um dos mais beneficiados: Alfredo Nascimento, no período analisado era senador pelo Amazonas.

¹¹⁰ Ou seja, a Comissão Executiva pode alterar o status do Diretório para Comissão Provisória – tornando mais fácil a intervenção.

De Tipo IV, selecionamos dois partidos que, como o PPS e o PR, não foram objeto de estudos aprofundados, quais sejam: PSC e PTdoB. Os dois são classificados enquanto pequenos partidos em diversos trabalhos, e sobre estes a Ciência Política ainda não se debruçou de maneira sistemática (DANTAS & PRAÇA, 2004). Parte da literatura que trata dos pequenos partidos brasileiros, de forma tangencial ou como objeto principal, aponta que estes têm efeitos negativos sobre o conjunto do sistema partidário, pois aumentariam a fragmentação, além de dificultar a governabilidade (KINZO, 2004), ou seriam máquinas exclusivamente personalistas sem conexão com a sociedade. No entanto, em trabalho recente, Nascimento *et al* (2016) testaram a primeira hipótese empiricamente e obtiveram resultados que contradizem estes apontamentos. Os pequenos partidos, segundo os autores, eleitoralmente, não afetam a fragmentação de forma significativa. Além do que, como precedente, a literatura ainda não avançou em classificações mais claras sobre como são definidos os tamanhos dos partidos. No Capítulo 3, usamos o critério eleitoral como forma de classificação. Dividindo os partidos em quartis, a partir das votações para a Câmara dos Deputados, pontuamos com nos dois primeiros quartis estariam os partidos “nanicos” e pequenos, e nos dois últimos estariam os médios e grandes. Com estes critérios, o PSC foi considerado um partido médio e o PTdoB pequeno.

O PSC surge, oficialmente, em 1990¹¹¹. Lançou candidato a presidência da República em três oportunidades: 1994, 1998 e 2014, ficando sempre nos últimos lugares. Seu melhor desempenho eleitoral para a Câmara dos Deputados foi em 2014, em que elegeu 12 parlamentares. O PSC possui vínculos, desde seu surgimento, com a igreja pentecostal Assembleia de Deus¹¹², lançando diversos candidatos pastores nos vários níveis de disputa eleitoral no Brasil. De ideologia conservadora, o partido possui como lideranças de maior destaque nomes como Jair Bolsonaro¹¹³ e Marco Feliciano. Desde sua fundação até o final de 2015, a Executiva Nacional foi presidida por Vitor Nólseis, fundador da organização. Neste ano, o mesmo foi substituído pelo então vice-presidente do partido e candidato presidencial de 2014: Pastor Everaldo.

Na questão financeira, os estados mais beneficiados pelo partido foram o Paraná, Minas Gerais e o Rio de Janeiro. No estado sulista, o partido foi controlado pelo deputado

¹¹¹ <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>, acesso em 24 de maio de 2017.

¹¹² <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-cristao-psc>, acesso em 24 de maio de 2017.

¹¹³ Este está em vias de sair do partido no momento em que este trabalho é escrito.

federal Carlos Massa Jr (Ratinho Júnior), membro da Executiva Nacional, além de que o estado representou, ao longo do período, a maior bancada estadual do partido. Em Minas Gerais, estado do fundador da organização, o presidente foi Antonio Oliboni, Secretário Geral da Executiva Nacional. Ronald Ázaro presidiu o PSC no Rio de Janeiro, ele, como os demais, foi membro da Executiva Nacional durante o período analisado.

O PTdoB obteve registro definitivo do TSE em 1994. O partido surgiu de uma dissidência dentro do PTB paulista e fluminense¹¹⁴, que conjugou diversos movimentos políticos, como o Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista (PASART), grupos do Partido Democrático Cristão do Brasil, além do Movimento Unidade Trabalhista – grupo que se opôs, dentro do PTB, a liderança de Roberto Jefferson. O PTdoB, apesar de ter lideranças, em seu princípio, com mandato ou ex-mandatários, não obteve relevância eleitoral. Conseguiu eleger um deputado federal somente em 2006, crescendo para três em 2010, e voltando a um em 2014.

A Executiva Nacional do PTdoB é presidida por Luis Henrique de Oliveira Resende (MG), ou Luis Tibé, desde 2006. Em 2010, Tibé foi eleito deputado federal e, no pleito seguinte, reeleito. No período analisado, o PTdoB nacional distribuiu recursos para somente um estado: Minas Gerais. A concentração de recursos é exceção em relação a todos os demais partidos. O controle da máquina, neste sentido, garante ao presidente da Executiva autonomia para distribuir todos os recursos do partido ao seu próprio estado, no qual também é presidente do Diretório estadual.

Neste sentido, apesar da constância da relação entre estados mais beneficiados e a lógica posicional dos atores (estarem na Executiva Nacional), nos partidos maiores há mais dispersão dos recursos. PSC e PTdoB, por serem menores, além de centralizem mais recursos no plano nacional, distribuem os recursos de forma bastante concentrada. A dimensão da organização tem o efeito contrário ao proposto por Michels. Para o autor, a dimensão da organização seria a variável independente que explicaria a oligarquização (PANEBIANCO, 2005). Ou seja, quanto maior a organização maior a probabilidade de que sua direção se encastele no poder existente e trate de garantir sua própria sobrevivência.

Observando esta tese a partir dos dados da distribuição de recursos, no entanto, ficamos com uma conclusão inversa. Não se trata de dizer que os maiores partidos sejam mais democráticos que os menores, mas sim de que os primeiros, por abrigarem mais

¹¹⁴<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-do-brasil-1989>, acesso em 24 de maio de 2017.

elites regionais, acabam por ter que distribuir mais incentivos com a ordem de manter a própria unidade – lógica centrífuga. A relevância eleitoral apesar de importante, como fator de legitimação em algumas das organizações, não é, porém, determinante. A variável que constatamos como mais significativa, nos estados que mais receberam recursos dos partidos analisados, foi a composição da Executiva Nacional. Ser membro da elite nacional parece ser condição suficiente para que o seu estado seja beneficiado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Parece que a ancestral ojeriza aos partidos, ou pelo menos o ceticismo quanto ao papel destas instituições no Brasil, começa a ceder lugar a uma concepção oposta. Oposta e, diga-se de passagem, simétrica em formalismo e ingenuidade, como se tratasse menos de organizar a representação política que de providenciar uma decoração harmoniosa” (SOUZA, 1976, p.169).

O trabalho de dissertação aqui apresentado teve o intuito de demonstrar empiricamente como os partidos brasileiros distribuem os recursos públicos em sua dimensão federativa. Testamos conceitos muito utilizados na literatura sobre organização de partidos políticos (centralização e nacionalização), no Brasil e no mundo a partir de um indicador específico, a distribuição do Fundo Partidário de acordo com a dimensão federativa dos partidos. Neste sentido, buscamos nos situar entre o ceticismo e a ingenuidade, ressaltadas por Souza, como forma de contribuir com a literatura temática.

No que concerne a questão da centralização partidária, pudemos observar que os partidos brasileiros, de modo geral, concentram os recursos públicos em seu órgão máximo: a Executiva Nacional. Quando a opção é distribuir, essa se dá de acordo com contingências estruturais: quanto mais recursos, mais distribuição. Esta constatação, a primeira vista trivial, não havia sido testada com os dados aqui apresentados. No que concerne a questão da nacionalização partidária, observamos que os partidos maiores tendem a distribuir os recursos de maneira mais homogênea de acordo com uma lógica de reforço das bases eleitorais já constituídas. As elites nacionais tendem a privilegiar os estados aonde a presença organizacional e/ou eleitoral é mais forte. No entanto, como apontado pelos dados, as variáveis eleitorais devem ser postas em perspectiva. Muitas vezes, os estados mais beneficiados na distribuição do “bolo” de recursos públicos não são os mais fortes eleitoralmente, quando passamos da análise geral (quantitativa) para um olhar mais destacado nos casos (qualitativo). O reforço às bases parece ter um caráter de retroalimentação das elites nacionais. Ou seja, os membros das Executivas de maior destaque conseguem captar recursos para seus estados, mesmo que estes não representem as maiores forças eleitorais do partido.

A tipologia que propomos, construída a partir dos dados, indica distintos comportamentos mesmo em condições semelhantes. A liberdade organizacional dos partidos, garantida pela Constituição e pela Legislação regulatória, é utilizada de modo

diferente pelos distintos partidos. Enquanto alguns distribuem mais recursos e o fazem de maneira mais homogênea (PSDB, PSD, PMDB), outros possuem a mesma tendência descentralizadora, mas acabam por concentrar estes recursos em estados específicos (PPS, PR e PDT). Enquanto alguns tendem a centralizar recursos na esfera nacional, mas quando distribuem dinheiro o fazem de maneira mais ou menos homogênea (DEM, PT), outros possuem a mesma tendência geral, mas concentram recursos em alguns estados (PTdoB, PSC).

Os distintos comportamentos têm relação com uma série de variáveis sobrepostas que, dado o caráter exploratório do trabalho, devem ser verificadas posteriormente. Uma questão essencial, neste sentido, é a composição da elite nacional (Executiva). Testamos o papel dos mandatários e ex-mandatários na tendência centrífuga ou centrípeta de distribuição de recursos e constatamos, tal como já apontado por Duverger (1992), que o papel da face pública no interior do partido é determinante. Quando falamos em sobreposição de variáveis, então, devemos considerar a força eleitoral, a gênese da organização e o papel da ideologia. Em um partido de centro, com maior força eleitoral e origem parlamentar, a tendência é a “colonização” da Executiva por políticos. A gestão de recursos, então, obedecerá uma lógica centrífuga. O caso do PMDB é ilustrativo: o partido possui a Executiva Nacional mais “parlamentarizada” de todos os casos analisados, sua origem é interna ao Parlamento, bem como as dinâmicas regionais são essenciais para o entendimento de sua organização (FERREIRA, 2002). A conclusão, respaldada pelos dados, é a descentralização de recursos e sua distribuição nacionalizada. O PT, por sua vez, possui origem externa ao Parlamento, força eleitoral significativa, mas, apesar das tendências de colonização da face externa, mantém uma Executiva com presença efetiva de burocratas. A tendência, neste sentido, foi maior centralização dos recursos.

Do ponto de vista teórico, é importante observar os mecanismos de disputa dos partidos em direção aos recursos. Como já apontado pela literatura temática, os partidos tornaram-se, nos últimos anos, cada vez mais dependentes do Estado, seja em termos da conquista de postos efetivos no Governo e no Parlamento, seja pelos subsídios cedidos pelo Estado e regulamentados em lei (VAN BIEZEN & KOPECKY, 2007; CARLSON, 2010; KRAUSE et al, 2015; BOLOGNESI, 2016). Esta dependência levou alguns autores a decretar o fim dos partidos enquanto mecanismos de intermediação de interesses sociais (MAIR, 1994). Sem entrarmos em inferências desta envergadura, podemos afirmar que o

trabalho contribuiu para o entendimento de como as organizações partidárias brasileiras gerem os recursos públicos que recebem na dimensão federativa.

Pudemos confirmar nossas hipóteses iniciais, através da análise quantitativa dos dados. A saber: (1) os maiores partidos operam em uma lógica centrífuga de recursos, sendo que a variável tamanho deve ser mediada por variáveis como (2) ideologia e grau de parlamentarização da Executiva Nacional. Os dados demonstram que a segunda variável tem um efeito superior quando consideramos todas as demais que foram incluídas no modelo. Em termos teóricos (3), os dados do Fundo Partidário se mostraram pertinentes para a mensuração dos conceitos de centralização e nacionalização, sendo que a (4) nacionalização financeira dos partidos é determinada mais por uma lógica de reforço de bases já existentes do que por uma lógica de investimento, apesar desta também possuir significância estatística. Por último, (5) os partidos maiores, centralizados ou descentralizados, tendem a ter um comportamento de distribuição de recursos mais equitativo entre os estados. No entanto, como pudemos observar com o teste de modelos, somente variáveis quantitativas não são suficientes para dar conta da dinâmica de distribuição dos recursos. Apesar da significância estatística, quando retemos o olhar para além dos números, constatamos o impacto de lideranças regionais para a distribuição de recursos dos partidos. Mesmo estados sem relevância eleitoral para a legenda, como o Distrito Federal para o PSDB, são “premiados” com fatias generosas de recursos públicos. No caso dos tucanos brasilienses, o comando estadual da legenda estava nas mãos de um quadro histórico do partido, com assento na Executiva Nacional. Fazer parte desta elite parece ser condição suficiente, nos partidos analisados, para reter quantias mais volumosas do Fundo Partidário. Bem por isso, constatamos a existência não de uma lógica de distribuição de recursos, mas várias lógicas que são perpassadas por diversas variáveis a serem controladas.

Em ano de eleições, com o fim das doações de empresas aos partidos e o aumento dos recursos públicos dispendidos (a criação de mais um fundo de financiamento) esses achados têm algo a contribuir na observação da política brasileira em sua prática. Se os partidos políticos adotarem comportamentos semelhantes quando distribuírem os recursos oriundos do recentemente aprovado Fundo de Financiamento da Democracia (FFD), podemos esperar que as organizações promovam diversas “listas fechadas” nos estados, concentrando recursos nos candidatos “preferidos” das elites partidárias. Este comportamento centralizador das elites nacionais já foi constatado em outros trabalhos

(RIBEIRO, 2013; GUARNIERI, 2011) e demonstra que “nem tanto ao céu, nem tanto a terra” os partidos políticos brasileiros dispõem de recursos de poder ignorados por parte da literatura. Entre o ceticismo e a ingenuidade, os dados apontam um caminho que deve ser trilhado em pesquisas futuras, principalmente, com a perspectiva de comparar o caso brasileiro com outras democracias, recentes e consolidadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, Fernando. **Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ALCÁNTARA SAÉZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos Políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VIII, nº 2, 2002, pp. 137-157.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ARRETICHE, Marta and RODDEN, Jonathan. Política distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. **Dados** [online]. 2004, vol.47, n.3, pp.549-576
- BARBOSA, Tiago Alexandre Leme; SCHAEFER, Bruno Marques; RIBAS, Vinicius de Lara. Novos competidores no Brasil? Candidatos e eleitos pela REDE, PMB e NOVO. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**. NUSP/UFPR, v.4, n.3, p.1-17, 2017.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo brasileiro (1945 a 1965)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.
- BLYTH, Mark; KATZ, Richard. From Catch-all Politics to Cartelisation: The Political Economy of the Cartel Party. **West European Politics**, Vol. 28, No. 1, 33 – 60, January 2005.
- BOLLEYER, Nicole. New Party Organization in Western Europe: Of Hierarchies, Stratarchies and Federations, **Party Politics**, vol. 3, no. 18, 2012, 315-336.
- _____. Inside the Cartel Party: Party Organization in Government and Opposition, **Political Studies**, vol. 3, no. 57, 2009, 559-579
- BOLOGNESI, Bruno. Dentro do estado, longe da sociedade: a distribuição do fundo partidário em 2016. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do brasil**. Nusp/ufpr, v.3, n.11, julho. P. 1-15. Issn 2359-2826, 2016.
- BORGES, André. **Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão**. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 651-688, jul./set. 2015.
- BOUCHER, G. **Marxismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.
- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

- BRAGA, M. S.S.; BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, 35, pp. 117-148, 2009.
- BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. **Lei nº 9095/1996**. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.
- BUCHANAN, James & TULLOCK, Gordon. **The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1962.
- CAMPOS, M.M. **Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- CARAMANI, Daniele. **The Nationalization of Politics: The Formation of National Electorates and Party Systems in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CARLSON, Matthew. Financing democracy in Japan: The Allocation and consequences of government subsidies to political parties. **Party Politics**, 18(3) 391–408, 2010.
- CARTY, K. Parties as Franchise Systems: The stratarchical organizational imperative. **Party Politics**, 10(1), pp. 5-24, 2004.
- CODATO, Adriano. Estado Novo no Brasil: Um Estudo da Dinâmica das Elites Políticas Regionais em Contexto Autoritário. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 58, n. 2, p. 305-330, June 2015
- COLLIER, David; MAHON JR, James. "Stretching" Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis Source. **The American Political Science Review**, Vol. 87, No. 4 (Dec., 1993), pp. 845-855
- COLLIER, R. B.; COLLIER, D. **Shaping the political arena: Critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1991.
- CORBELLINI, Juliano. **O Poder como Vocação: o PFL na Política Brasileira (1984-2002)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UFRGS. 2005.
- COX, Gary. Electoral Rules and Electoral. **Annu. Rev. Polit. Sci.** 1999. 2:145.61.

- COX, Gary; McCUBBINS, Matthew. **Legislative Leviathan Party Government in the House**. University of California Press, 1993.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- DAHL, Robert. The behavioral approach in political science: epitaph for a monument to a successful protest. **American Political Science Review**, 55 (4): 763-772, 1961.
- DANCEY, Christine & REIDY, John. **Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Porto Alegre, Artmed, 2006.
- DESCHOUWER, Kris. 2006. Political parties as multi-level organizations. In: KATZ, R; RORTY, W. **Handbook of Political Parties**. London: Sage, 2006.
- DOWNS, Anthony. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. **The Journal of Political Economy**, vol. 65, Issue 2 (April 1957), pp. 135 – 150.
- DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- ELDERSVELD, S. 1964. **Political Parties: A behavioral analysis**. Chicago: Rand McNally.
- EPITAFIO, Sara S. **A trajetória dos partidos de direita na democracia recente: caso do Brasil e do Chile**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UFRGS. 2015.
- FABRE, Elodie. Measuring party organization: The vertical dimension of the multi-level organization of state-wide parties in Spain and the UK. **Party Politics**, 17(3) 343–363. 2010.
- FERREIRA, P.D. 2002. **PFL x PMDB: Marchas e Contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Editora Alternativa.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. **Dados**, 1995, 38 (3): 497-525.
- FIGUEIREDO FILHO, D.; SILVA JR., J. Desvendando os mistérios da correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Vol. 18, n. 1, 2009.
- FORMISANO, Ronald. The Concept of Political Culture. **The Journal of Interdisciplinary History** Vol. 31, No. 3 (Winter, 2001), pp. 393-426.
- FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.55, nº 4, 2012, pp. 951 a 986.

GOLOSOV, Grigori. **Factors of party system nationalization**. International Political Science Review 2014a, Vol. 37(2) 246–260.

_____ (2014b) Party system nationalization: The problems of measurement with an application to federal states. **Party Politics**, pre-published electronically as DOI: 10.1177/1354068814549342.

GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. São Paulo: Mauad, 2009.

GUARNIERI, Fernando. **A Força dos Partidos “Fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros**. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política USP. 2009.

_____. A força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. "Political science and the three new institutionalism". **Political Studies**, 44 (5): 936-957, 1996.

HARMEL, Robert; ROBERTSON, John. D. Formation and Success of New Parties: A Cross-National Analysis. **International Political Science Review**, New York, v. 6, n. 4, p. 501-523, oct. 1985.

HAUSS, Charles; RAYSIDE, David. The development of new parties in western democracies since 1945. In: COOPER, Joseph; MAISEL, Louis. **Political Parties: development and decay**. Beverly Hills: Sage, 1978.

HEBERLIG, Eric; LARSON, Bruce. Congressional Parties and the Mobilization of Leadership PAC Contributions. **Party Politics**. VOL 16. No.4 pp. 451–475. 2009.

HIPPOLITO, Lucia. **PSD: De raposas e reformistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.

HIRSCHMAN, Albert O. **Saída, Voz e Lealdade - Reações ao declínio de firmas, organizações e estados**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1973.

HODGSON, Geoffrey. What are Institutions? **Journal of Economic Issues**, Vol. XL No. 1 March 2006

IMMERGUT, Ellen. The theoretical core of the new institutionalism. **Politics and Society**, 26 (1): 5-30. 1998.

JANDA, Kenneth. **Political Parties: A Cross-National Survey**. Nova York: The Free Press, 1980.

JENSEN, Richard. History and political scientist, in Seymour Lipset (ed.), **Politics and the social sciences**. Nova York: Oxford University Press, 1969.

JONES, Mark; MAINWARING, Scott. The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas. **Working Paper #304** - February 2003.

KATZ, R. No Man Can Serve Two Masters: Party politicians, party members, citizens and principal-agent models of democracy. **Party Politics**, 20(2), pp. 183-193, 2014.

KATZ, R.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, 1(1), pp. 5-28, 1995.

KECK, Margaret. **PT: A Lógica da diferença**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana y LUCCA, Juan B. “Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso?”. **Revista Debates**, 2013, 7 (2), 159-171.

KINZO, Maria. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, Nº 54, pp. 23–51, 2004.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and political Development**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 137-176.

KOPECKY, Petr; SPIROVA, Maria; SCHERLIS, Gerardo. **Beyond the Cartel Party? Party Patronage and the Nature of Parties in New Democracies**. Paper prepared for the Joint IPSA/ECPR conference, Sao Paulo, Brazil, 16-19 February 2011.

KRAUSE, Silvana; REBELLO, Maurício Michel; Da SILVA, Josimar Gonçalves. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem? **Revista brasileira de ciência política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

KRAUSE, Silvana; GERARDI, Dirceu André; SCHAEFER, Bruno Marques. As coligações do novo PSD: da máquina aos grotões, da métrica aos resultados. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República: Aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. O PT e a Unidade Partidária como Problema. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002 .

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and political Development**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 3-42.

- LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/Editora do Iuperj, 1991.
- LASSWELL, Harold. **Politics: Who Gets What, When and How?** New York, P. Smith, 1936.
- LEIRAS, Marcelo. Los procesos de descentralización y la nacionalización de los sistemas de partidos en América Latina. **Política y Gobierno**, volumen XVII · Número 2 · ii semestre de 2010.
- LIMA JR., Olavo Brasil de. O sistema partidário brasileiro, 1945-1962, in David Fleischer (org.), **Os partidos no Brasil**, Brasília, Editora da UnB (col. Cadernos da UnB), 1981.
- LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **BIB**, 37: 3-38, 1994.
- LIMONGI, Fernando; CORTÊZ, Rafael, As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 88, November, pp. 21-37, 2010.
- LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An introduction. In: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. New York/London: The Free Press, Macmillan Limited, 1967.
- LUCAS, João Ignácio. A estabilidade dos dirigentes partidários do PMDB e do PT do Rio Grande do Sul-1979 a 1995. In: TELLES, Helcimara e LUCAS, João Ignacio (orgs.). (2003), **Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul, Educs.
- MAINWARING, S. **Rethinking Party System in the Third Wave of Democratization: The case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- _____. **Brasil. Partidos Débiles, Democracia Indolente**. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina**. Santiago: CIEPLAN, 1996.
- MAIR, Peter (2003). Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, v. XXXVIII, n. 167, p. 277-93.
- MANCUSO, W.P.; SPECK, B.W. Financiamento empresarial e desempenho eleitoral no Brasil: um estudo das eleições para deputado federal em 2010. In: **VIII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**. Curitiba. 2012.

- MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 23, n. 54, p. 155-183, jun. 2015
- MARCELINO, D. 2010. **Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- MARCH, James & OLSEN, John. The new institutionalism: organizational factors in political life. **The American Political Science Review**, 78 (2): 734-749, 1984.
- MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições? **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 65, p. 5- 26, 2008.
- MARENCO DOS SANTOS, André; NOLL, Maria Izabel. Décadas de Michels: marcos contextuais e prazo de validade para a "lei de ferro". **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 20, n. 44, p. 63-72, Nov. 2012 .
- MELO, Carlos Ranulfo. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 13-41.**
- MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. **PT: A formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MIRANDA, Geralda Luiza de. Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 21, n. 47, p. 69-90, Sept. 2013 .
- MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen; CASTGNOLA, Andrea. Party Nationalization and Institutions. **The Journal of Politics**, Vol. 71, No. 4, October 2009.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

- NASCIMENTO, Willber et al . Does Size Matter? Electoral Performance of Small Parties in Brazil. **Bras. Political Sci. Rev.**, São Paulo , v. 10, n. 2, e0005, 2016 .
- NEUMANN, Sigmund. **Hacia un estudio comparativo de los partidos políticos**. Madrid: Alianza, 1966.
- NORTH, Douglas C.. Institutions **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1. (Winter, 1991), pp. 97-112.
- OSTROM, E. Institutional rational choice: An assessment of the Institutional Analysis and Development Framework. In: **Theories of the Policy Process**, 2nd ed., P.A. Sabatier (ed.). Cambridge, MA: Westview Press, 2007.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEDERSEN, Helene H. How intra-party power relations affect the coalition behaviour of political parties?. **Party Politics**, Vol. 16, Issue 06, 2010.
- PERES, Paulo. As Abordagens Neo-Institucionais da Política: Uma Proposta Alternativa de Análise Classificatória. **Revista Versões - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSCar** (2008).
- _____. Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Nº 68, 2º Semestre, 2009, pp. 17-58.
- PERES, Paulo; RICCI, Paolo e GUARNIERI, Fernando. **How brazilian parties organize: Centralization by strategic leadership design**. [Manuscrito], 2012. Disponível em:<http://works.bepress.com/pauloperes/19/>. Acesso em: 25 de março de 2015.
- PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 81-106, Oct. 2012.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, jun 2009.
- PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence and the Study of Politics. **The American Political Science Review** Vol. 94, No. 2 (Jun., 2000)

- POGUNTKE, Thomas; SCARROW, Susan; WEBB, Paul. Party rules, party resources and the politics of parliamentary democracies: How parties organize in the 21st century. **Party Politics**, 2016, Vol. 22(6) 661–678
- PRAÇA, S.; FREITAS, A.; HOEPERS, B. A rotatividade dos servidores de confiança no governo federal brasileiro, 2010-2011. **Novos Estudos**, 94, pp. 91-107, 2012.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAGIN, Charles C. **The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Los Angeles, University of California Press, 1987.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 10, 2013.
- _____. **Dos Sindicatos ao Governo: a organização nacional do PT entre 1980 e 2005**. São Carlos: EdUFScar, 2010.
- _____. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 22, n. 52, p. 121-158, Dec. 2014.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados**. 2014, vol.57, n.2, pp.443-479.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.
- ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 17, n. 49, p. 71-92, June 2002 .
- RUBIO, D.F. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos vs. fundos privados. **Novos Estudos**, 73, 2005.
- SANTOS, Rodrigo D. **A Economia Política das Eleições 2002. Um Estudo Sobre a Concentração de Financiamento de Campanha para Deputado Federal**. Dissertação de Mestrado. Niterói/RJ. Universidade Federal Fluminense. 2009.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília : Editora UnB, 1982.
- SCARROW, Susan E. Party subsidies and the freezing of party competition: do cartel mechanisms work?. **West European Politics**, v. 29, n. 4, p. 619-39, 2006.
- SCHAEFER, Bruno M. **Cálculo Estratégico e Controle das Zonas de Incerteza. Surgimento de PSD, PROS e Solidariedade (2011-2014)**. Trabalho apresentado no VII Seminário Nacional Sociologia & Política, UFPR, Curitiba, 11 a 13 de maio de 2016.

_____. Como os partidos brasileiros distribuem os recursos do Fundo Partidário? Evidências a partir das eleições de 2014. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**. NUSP/UFPR, v.4, n.5,p.1-16. 2017.

SCHATTSCHEIDER, E. E.. **The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SCHIELD, Milo. Correlation, Determination And Causality In Introductory Statistics. **American Statistical Association, Section on Statistical Education**. 1995.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State back in: strategies of analysis in current research, in: Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol. **Bringing the State back in**, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras , n. 48, p. 27-52, maio 2005 .

_____. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo, Difel, 1973.

_____. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo C. Estado e partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

_____. O processo político-partidário da Primeira República, in Carlos Guilherme Mota (org.), **Brasil em perspectiva**, São Paulo, Difel, 1966.

SPECK, B. W., 2010. O financiamento de partidos e campanhas eleitorais nos Estados Unidos: uma aproximação descritiva. OPEU, Estudos e Análises de Conjuntura, 2, pp. 3–28.

SPECK, B.W.; Mancuso, W.P. 2011. O financiamento político nas eleições brasileiras de 2010: um panorama geral. In 35º Encontro da Anpocs. Caxambu.

TAROUCO, Gabriela da Silva & MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conte.do de documentos programáticos. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013.

TAVITS, Margit. “Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies.” **British Journal of Political Science**, 2008, 38 (1): 113-133.

_____. Party Systems Change: Testing a New Model of New Party Entry. **Party Politics**. Vol.12, nº 01, pp. 99-119. 2006.

VAN BIEZEN, I. On the Internal Balance of Party Power: Party Organizations in New Democracies. **Party Politics**, 6(4), pp. 395-417, 2000.

VAN BIEZEN, Ingrid & KOPECK., Petr. The State and the parties: public funding, public regulation and rent-seeking in contemporary democracies. **Party Politics**, n. 13, p. 235-54, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

_____. **Economia e Sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília : Ed. da Unb, 2004. Volume 1.

WOLINETZ, Steven. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. and LINZ, J. (Eds.), **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opin. Publica**, Campinas , v. 11, n. 2, p. 287-336, Oct. 2005 .

ZUCCO, C. Esquerda, Direita e Governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In T. Power & C. Zucco, eds. **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ANEXOS

Capítulo IV:

Gráfico 8: Distribuição de recursos x Centralização burocrática

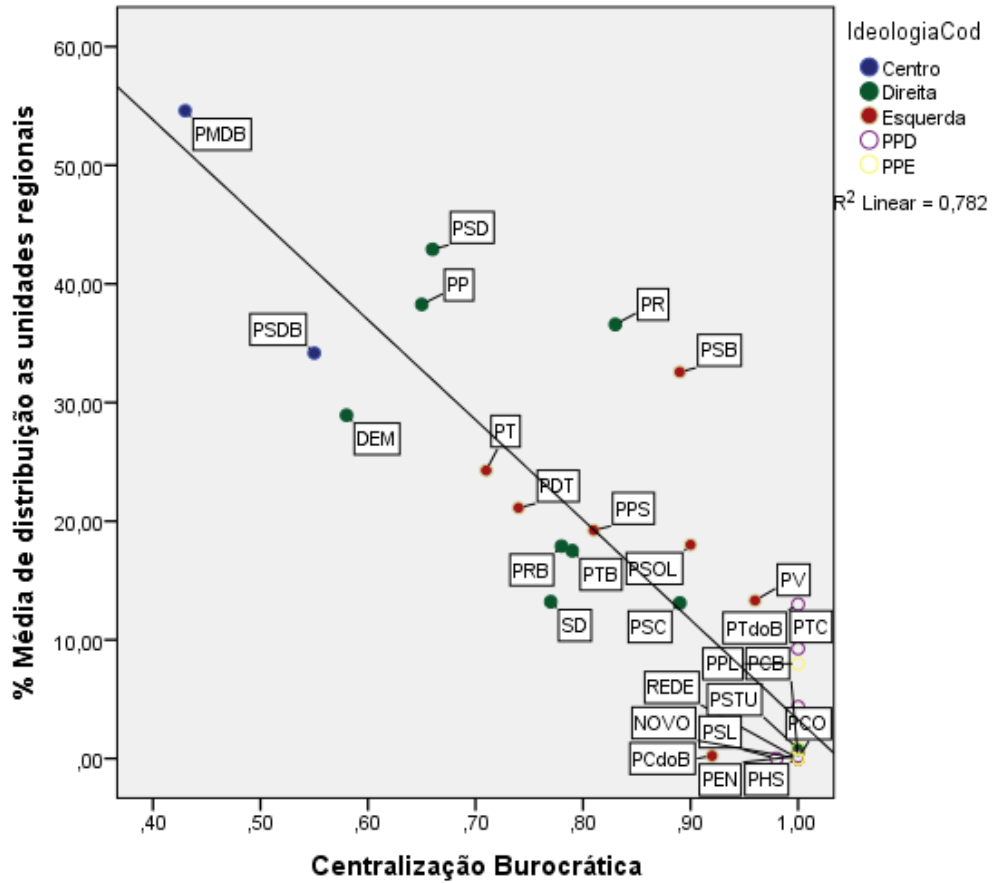


Gráfico 9: Votos a vereador em 2012 x % filiados.

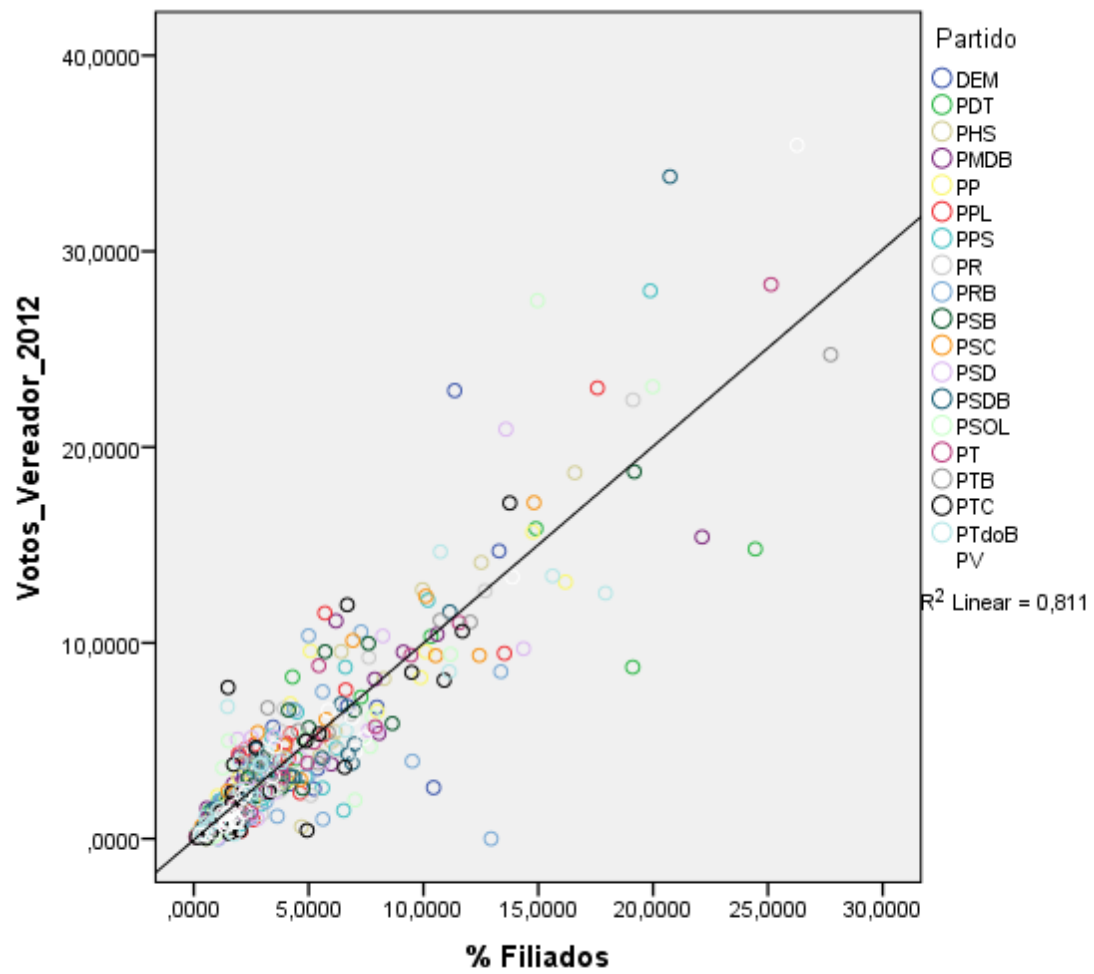
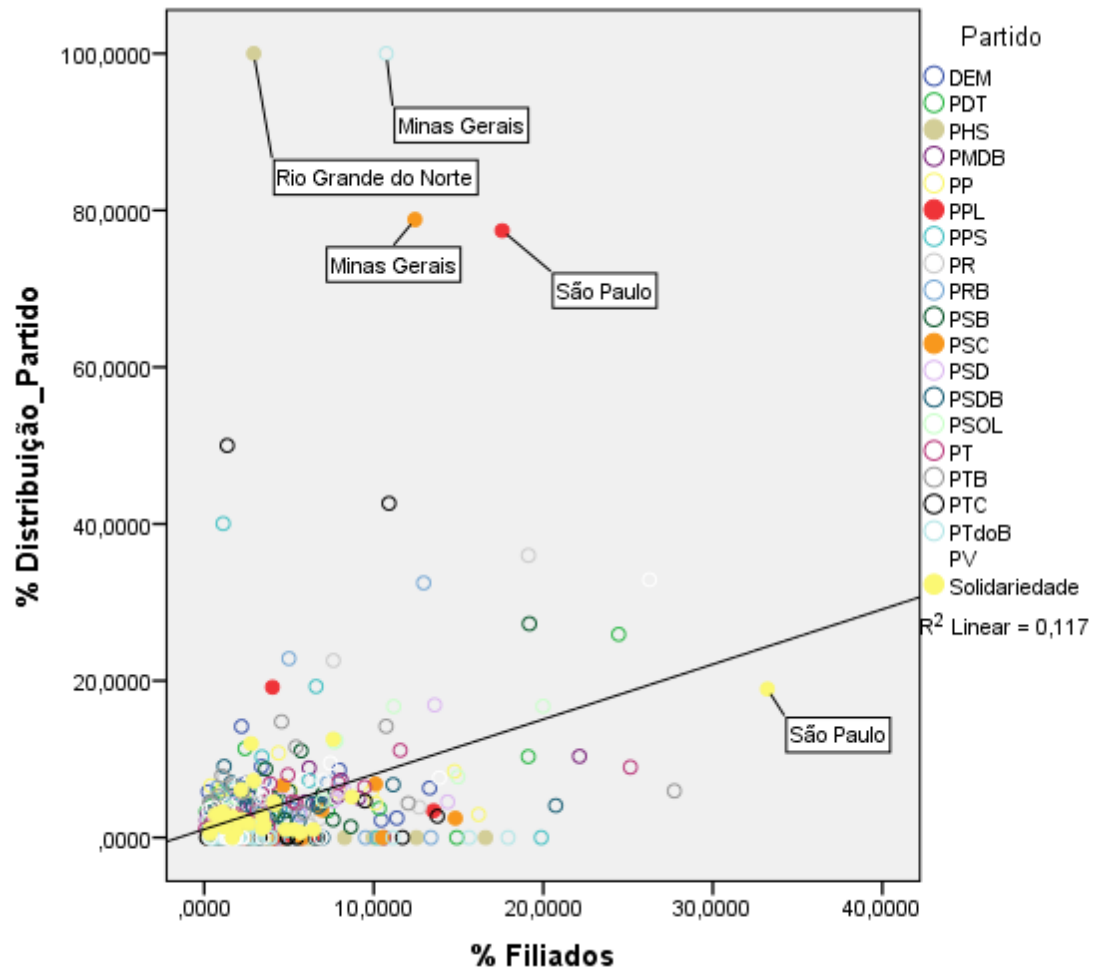


Tabela 18: Correlação entre medidas de nacionalização.

	% Total distribuído ao partido nacional	% Total distribuído unidades subnacionais	Desvio Padrão Distribuição	% Estados em que distribuiu	CPR - Distribuição
% Total distribuído unidades subnacionais	,525*	1			
Desvio Padrão Distribuição	-,632**	-,696**	1		
% Estados em que distribuiu	,688**	,797**	-,934**	1	
CPR – Distribuição	,769**	,684**	-,909**	,947**	1
% do Total Distribuído	,896**	,771**	-,637**	,716**	,765**

Gráfico 10: Distribuição de recursos x Filiados.



Quadro 8:

Partido	Ano	Estados	Nº
PMDB	2011	Minas Gerais, São Paulo , Rio de Janeiro , Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pará, Ceará.	8
	2012	Rio de Janeiro , São Paulo , Maranhão, Ceará, Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba.	8
	2013	São Paulo , Rio de Janeiro , Santa Catarina, Pará, Maranhão, Goiás, Paraíba, Ceará.	8
	2014	São Paulo ; Rio de Janeiro ; Paraná; Santa Catarina; Pará; Ceará; Bahia; Minas Gerais.	8
	2015	São Paulo , Rio de Janeiro , Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais, Pará.	9
PSDB	2011	Espírito Santo ; São Paulo ; Amazonas; Minas Gerais ; Goiás; Pará; Pernambuco .	6
	2012	Pernambuco ; São Paulo ; Espírito Santo ; Pará; Paraíba; Rio Grande do Norte; Piauí.	7
	2013	São Paulo ; Pará; Minas Gerais ; Pernambuco ; Mato Grosso do Sul; Paraíba; Rio Grande do Sul; Acre.	8
	2014	DF; Minas Gerais ; Maranhão; Pará; Mato Grosso do Sul; Bahia; Acre; Paraná.	8
	2015	Paraíba; Minas Gerais ; Goiás; Paraná; Bahia; Pernambuco ; Ceará ¹¹⁵ .	7
DEM	2011	Pernambuco , Sergipe, São Paulo, Amapá, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte , Rio de Janeiro, Paraíba.	8
	2012	Pernambuco , Bahia, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte , Rio Grande do Sul.	6
	2013	Pernambuco , Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte , Goiás.	6
	2014	Pará, Paraíba, Bahia, Pernambuco , Rio Grande do Norte , Minas Gerais.	6
	2015		

¹¹⁵ Não houve distribuição para o Diretório paulista em 2015.

PT	2011	São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraná.	
	2012	São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco.	
	2013	São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia.	
	2014	Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Pará.	
	2015	São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará.	
PPS	2011	Paraná, Alagoas, Pernambuco.	
	2012	Pernambuco, Paraná, Alagoas, Pará.	
	2013	Alagoas, Paraná, Pernambuco.	
	2014	Alagoas; Paraná.	
	2015	Alagoas, São Paulo, Paraná.	
PTdoB	2011	Minas Gerais	
	2012	Minas Gerais	
	2013	Minas Gerais	
	2014	Minas Gerais	
	2015	Minas Gerais	
PSC	2011	Rio de Janeiro; Paraná.	
	2012	Minas Gerais; Paraná.	
	2013	Rio de Janeiro.	
	2014	Minas Gerais.	
	2015	Rio de Janeiro; Paraná.	

Tabela 19: estados e partidos.

Estado	Tipo	I	I	II	II	III	III	IV	IV	Total
	Partido	PMDB	PSDB	DEM	PT	PPS	PR	PSC	PTdoB	
AC	N	0	2	0	0	0	0	0	0	2
	%	0,0%	5,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
	Resíduos Padronizados	-7	2,4	-5	-6	-4	-4	-3	-2	
AL	N	0	0	0	0	5	0	0	0	5
	%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	31,3%	0,0%	0,0%	0,0%	2,8%
	Resíduos Padronizados	-1,1	-1,0	-8	-9	6,8	-7	-5	-4	
AM	N	0	1	0	0	0	1	0	0	2
	%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	1,1%
	Resíduos Padronizados	-7	,9	-5	-6	-4	1,8	-3	-2	
AP	N	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	%	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	,6%
	Resíduos Padronizados	-5	-5	2,3	-4	-3	-3	-2	-2	
BA	N	3	2	2	2	0	1	0	0	10
	%	7,3%	5,1%	8,0%	7,1%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	5,6%
	Resíduos Padronizados	,5	-1	,5	,4	-9	0,0	-7	-5	
CE	N	4	1	0	2	0	2	0	0	9
	%	9,8%	2,6%	0,0%	7,1%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	5,0%
	Resíduos Padronizados	1,4	-7	-1,1	,5	-9	1,2	-6	-5	
DF	N	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	,6%
	Resíduos Padronizados	-5	1,7	-4	-4	-3	-3	-2	-2	
ES	N	0	3	0	0	0	0	0	0	3
	%	0,0%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%
	Resíduos Padronizados	-8	2,9	-6	-7	-5	-5	-4	-3	
GO	N	1	2	1	0	0	0	0	0	4
	%	2,4%	5,1%	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%
	Resíduos Padronizados	,1	1,2	,6	-8	-6	-6	-4	-3	
MA	N	2	1	0	0	0	2	0	0	5
	%	4,9%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	2,8%
	Resíduos Padronizados	,8	-1	-8	-9	-7	2,1	-5	-4	
MG	N	3	4	2	5	0	3	2	5	24
	%	7,3%	10,3%	8,0%	17,9%	0,0%	16,7%	25,0%	100,0%	13,3%
	Resíduos Padronizados	-1,1	-5	-7	,7	-1,5	,4	,9	5,3	
MS	N	0	2	0	0	0	0	0	0	2
	%	0,0%	5,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
	Resíduos Padronizados	-7	2,4	-5	-6	-4	-4	-3	-2	
PA	N	5	4	1	1	1	0	0	0	12
	%	12,2%	10,3%	4,0%	3,6%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	6,7%
	Resíduos Padronizados	1,4	,9	-5	-6	-1	-1,1	-7	-6	
PB	N	2	3	3	0	0	0	0	0	8
	%	4,9%	7,7%	12,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%
	Resíduos Padronizados	,1	1,0	1,8	-1,1	-8	-9	-6	-5	
PE	N	0	4	4	5	4	0	0	0	17
	%	0,0%	10,3%	16,0%	17,9%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,4%

	Resíduos Padronizados	-2,0	,2	1,1	1,4	2,0	-1,3	-,9	-,7	
PI	N	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	,6%
	Resíduos Padronizados	-,5	1,7	-,4	-,4	-,3	-,3	-,2	-,2	
PR	N	3	2	0	1	5	0	3	0	14
	%	7,3%	5,1%	0,0%	3,6%	31,3%	0,0%	37,5%	0,0%	7,8%
	Resíduos Padronizados	-,1	-,6	-,1,4	-,8	3,4	-,1,2	3,0	-,6	
RJ	N	5	0	1	4	0	4	2	0	16
	%	12,2%	0,0%	4,0%	14,3%	0,0%	22,2%	25,0%	0,0%	8,9%
	Resíduos Padronizados	,7	-,1,9	-,8	1,0	-,1,2	1,9	1,5	-,7	
RN	N	2	1	4	0	0	0	0	0	7
	%	4,9%	2,6%	16,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,9%
	Resíduos Padronizados	,3	-,4	3,1	-,1,0	-,8	-,8	-,6	-,4	
RO	N	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	,6%
	Resíduos Padronizados	-,5	1,7	-,4	-,4	-,3	-,3	-,2	-,2	
RS	N	2	1	2	3	0	0	0	0	8
	%	4,9%	2,6%	8,0%	10,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%
	Resíduos Padronizados	,1	-,6	,8	1,6	-,8	-,9	-,6	-,5	
SC	N	4	0	0	0	0	0	0	0	4
	%	9,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%
	Resíduos Padronizados	3,2	-,9	-,7	-,8	-,6	-,6	-,4	-,3	
SE	N	0	0	2	0	0	0	1	0	3
	%	0,0%	0,0%	8,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	1,7%
	Resíduos Padronizados	-,8	-,8	2,5	-,7	-,5	-,5	2,4	-,3	
SP	N	5	3	2	5	1	5	0	0	21
	%	12,2%	7,7%	8,0%	17,9%	6,3%	27,8%	0,0%	0,0%	11,7%
	Resíduos Padronizados	,1	-,7	-,5	1,0	-,6	2,0	-,1,0	-,8	
Total	N	41	39	25	28	16	18	8	5	180
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Teste Geral

Como forma de tornar mais ilustrativo o argumento desenvolvido nas últimas sessões do trabalho, retomamos os dados referentes aos 20 partidos analisados no ano de 2014. Realizamos, primeiramente, um teste T de diferença de médias considerando dois grupos: o dos estados do presidente da Executiva Nacional e os estados que não possuem a presidência. Em nível agregado a diferença foi estatisticamente significativa (ao nível de 0,01), no valor de 15,44%. Ou seja, considerando nossa amostra, os estados do presidente da Executiva Nacional tendem a receber, em média, 18,57% dos recursos distribuídos, enquanto os demais recebem, em média, 3,13%. Na tabela 18, expomos os mesmos dados desagregados por partido. De modo geral, os estados do presidente da

Executiva Nacional recebem mais recursos do que os demais. Sendo a diferença exposta na última coluna da tabela. Apenas em quatro partidos a diferença é negativa.

Tabela 20:

Partido	Tipo	Média dos Estados	Média dos Estados - Presidente	Diferença
PMDB	I	3,45	10,36	6,91
PP		3,84	0,25	-3,58
PSB		3,42	11,06	7,64
PSD		3,19	16,92	13,73
PSDB		3,59	6,75	3,16
Solidariedade		3,12	18,95	15,83
DEM	II	3,58	6,92	3,34
PSOL		3,20	16,75	13,54
PT		3,50	8,97	5,47
PTB		3,40	11,56	8,16
PV		2,58	32,88	30,30
PDT	III	3,45	10,32	6,87
PPS		3,85	0,00	-3,85
PR		3,78	1,78	-2,00
PHS	IV	3,85	0,00	-3,85
PPL		0,87	77,42	76,55
PRB		2,60	32,48	29,88
PSC		3,71	3,51	-0,20
PTC		3,67	4,65	0,98
PTdoB		0,00	100,00	100,00
Totais		3,13	18,58	15,45

Fonte: TSE.

De modo geral, nos estados originários dos presidentes das Executivas Nacionais, a distribuição de recursos tende a ser mais “generosa” do que nos demais. Na tabela 19, codificamos os valores percentuais de recursos em três categorias: distribuição inferior, intermediária e generosa (a partir dos tercís da amostra). Nos 20 partidos, apenas cinco foram os casos em que o estado do presidente não apareceu na categoria mais elevada de distribuição de recursos. Os destacamos mais a frente. O resultado dos resíduos padronizados aponta que as duas categorias limite têm o resultado que esperamos. Segundo Codato, Bolognesi & Roeder (2015, p.129): “Resíduos padronizados são um indicativo de que os valores encontrados excedem os valores observados. Ou seja, dada uma distribuição probabilística ideal, o resíduo padrão denota o dado que foge à probabilidade esperada estatisticamente, para mais ou para menos na distribuição”. Geralmente, quando o valor do resíduo excede 1,96, isto indica que o dado está além ou aquém da distribuição probabilística normal da amostra. No caso analisado, estes valores excedentes aparecem nas categorias limites dos estados dos presidentes das Executivas.

Tabela 21:

Distribuição Codificada						
			Distribuição Inferior	Distribuição Intermediária	Distribuição Mais "Generosa"	Total
Estado Presidente	Não	N	205	195	120	520
		%	39,4%	37,5%	23,1%	100,0%
		Resíduos Padronizados	,4	,3	-,9	
	Sim	N	2	3	15	20
		%	10,0%	15,0%	75,0%	100,0%
		Resíduos Padronizados	-2,0	-1,6	4,5	
Total	N	207	198	135	540	
	%	38,3%	36,7%	25,0%	100,0%	

Fonte: TSE.

Os cinco casos que fugiram à tendência foram, respectivamente: PPS e PHS, no caso de distribuições inferiores; PSC, PTC e PR, no caso de distribuições intermediárias. Nestes partidos, o estado do presidente da Executiva não foi beneficiado de maneira dispare aos demais.